

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA (QSiGA)



Ribeiras do Algarve



Minho e Lima



Cávado, Ave e Leça



Guadiana



Douro



Sado e Mira



Tejo e Ribeiras do Oeste



Vouga, Mondego e Lis

Participação Pública | Avaliação dos resultados
ANEXO VI – Notas da sessão com os setores e das
sessões regionais



ÍNDICE

TODAS AS RH - SESSÃO COM OS SETORES	3
RH1 - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MINHO E LIMA	12
RH1 - SESSÃO CONJUNTA PORTUGAL-ESPANHA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MINHO E LIMA.....	22
RH2 - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CÁVADO, AVE E LEÇA	29
RH3 - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO.....	34
RH3 - SESSÃO CONJUNTA PORTUGAL-ESPANHA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO	42
RH4A - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS	49
RH5A - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE	53
RH5A - SESSÃO CONJUNTA PORTUGAL-ESPANHA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE.....	60
RH6 - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO SADO E MIRA.....	75
RH7 - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO GUADIANA	83
RH7 - SESSÃO CONJUNTA PORTUGAL-ESPANHA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO GUADIANA.....	90
RH8 - SESSÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE	101

Todas as RH - Sessão com os setores 15 de setembro de 2020

A intervenção ativa das partes interessadas no processo de participação pública das QSiGA, com especial relevo para os principais setores utilizadores dos recursos hídricos, é fundamental para o sucesso de todo o processo de planeamento. Neste sentido, a APA realizou no dia 15 de setembro de 2020, uma sessão setorial *online*, via plataforma Zoom, constituída por uma sessão plenária geral, seguida de sessões paralelas com os vários setores, cujas conclusões se apresentam nos itens seguintes.

Setores agrícola e pecuária

A agricultura é um setor essencial enquanto atividade económica e como elemento agregador e estruturante do território. A perspetiva de recuperação do interior e a minimização dos riscos de incêndios tem de passar pelo setor da agricultura e da floresta. Grandes desafios, atendendo não só aos efeitos das alterações climáticas mas também às metas que o Green Deal vem trazer, incluindo as exigências das diretivas em vigor. O desenvolvimento dos setores tem de estar integrado numa política ambiental sustentável, tanto ao nível da utilização da água e do solo, como ao nível da utilização dos fertilizantes e fitofármacos.

Algumas questões: aspetos quantitativos	Algumas questões: aspetos qualitativos
<ul style="list-style-type: none"> • Como gerir as necessidades crescentes de água para o setor sem colocar em causa os objetivos ambientais, conforme preconizam as exigências da nova PAC? • Que medidas do lado da gestão da procura podem ser preconizadas? • Existem sistemas com 40% de perdas. Como ultrapassar esta situação? • Reutilização: como abraçar os principais desafios? • Implementação de caudais ecológicos nos sistemas de regadio público. Como ultrapassar o incumprimento ou ineficiência? • Como potenciar o respeito pelos limites das margens e preservar a galeria ripícola, importante na gestão das cheias e incêndios? 	<ul style="list-style-type: none"> • Como atingir as metas definidas na Estratégia “Farm to Fork”? • Para as grandes explorações o Código das Boas Práticas Agrícolas deveria ser obrigatório? • Como potenciar a responsabilidade de manter e recuperar galerias ripícolas para diminuir erosão e poluição difusa? • Qual o grau de integração das políticas da água nos programas e planos do setor? • Como é possível ainda se verificarem todos os anos descargas ilegais de explorações pecuárias, nomeadamente no Lis, colocando em causa os recursos hídricos e a saúde pública? Como ultrapassar a situação de injustiça para os que cumprem as regras?

Principais ideias transmitidas pelos participantes:

- Difícil gerir as necessidades crescentes de água;
- Desenvolver planos de contingência, devendo a APA e a DGADR definir os critérios a que devem obedecer;
- Elaborar estudos experimentais para definir as necessidades associadas a cada cultura, para promover uma rega dirigida às necessidades e diminuir as perdas. Definir regras de dotações de sobrevivência;

- Na RH6 e RH7 existem problemas de alteração do regime de escoamento que vão para além das condições meteorológicas e que se prendem com captações clandestinas que podem pôr em causa as que estão licenciadas;
- Estudos de avaliação de integração de matéria orgânica nos solos para diminuir as necessidades de rega e diminuir a poluição da água;
- Gestão das exóticas, articulação entre APA, ICNF e utilizadores, definindo instrumentos financeiros e promovendo a atuação pelos utilizadores;
- Gestão integrada água subterrânea e superficial, nomeadamente na gestão das secas;
- Definição de tarifário que integre os serviços da água e que tenha escalões que propiciem a poupança;
- Necessidade de articular a Lei da água e o regime jurídico dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- A produção de água para reutilização (ApR) está dependente em alguns casos da remodelação das ETAR;
- Ponderar a passagem de forma intensiva de culturas do sequeiro para o regadio sem qualquer controlo. Problemas de disponibilidade de água e de biodiversidade;
- Peso dos PGRH noutros setores é muito baixo. São previstas medidas mas dependem de outros organismos que depois não os implementam nem os fazem cumprir;
- Espalhamento do chorume e seus impactos a nível das águas, sai do âmbito da APA e é necessário uma articulação entre entidades nesta área. Mas é importante promover a sua valorização usando as práticas corretas;
- Porque se exige aos particulares a implementação de RCE quando os aproveitamentos hidroagrícolas públicos não implementam?
- Remoção das infraestruturas hidráulicas obsoletas é fundamental;
- Licenciamento e controlo das águas subterrâneas é fundamental serem incrementados;
- Criação de um currículo ambiental das empresas com o historial do seu desempenho. Para evitar que mudem de concelho e continuem a ter más práticas;
- A gestão dos efluentes pecuários fica prejudicada com a repartição de competências pelos diferentes organismos da administração,
- Dificuldades da APA em articular com outras entidades de outros ministérios na gestão dos recursos hídricos,
- As entidades fiscalizadoras (APA, IGAMAOT, e outras) aplicam sucessivas contraordenações mas sem resultados práticas, não havendo implicações, devia haver seguimento para o Ministério público;
- O acesso a fundos exige o cumprimento de determinadas regras;
- É importante o desenvolvimento de mais campanhas para levar o conhecimento das boas práticas aos utilizadores;
- É fundamental apostar na profissionalização da agricultura. É importante que os agricultores reguem bem pois diminuem os custos e provoca menos impactos quantitativos e qualitativos na água;
- Para ter alimentos de qualidade também é preciso ter água de qualidade;

- A aplicação de adubos e pesticidas deve ser efetuada de forma profissional. Nos grandes aproveitamentos há um grande controlo mas fora é mais difícil esse controlo;
- Não devem ser feitas mudanças radicais mas sim concertadas e dar tempo para a mudança;
- As ajudas aos agricultores devem permitir aplicar as boas práticas agrícolas como seja a rotação das culturas.

Setores urbano e turismo

Algumas questões: Setor urbano

1. Quais os principais problemas resultantes do setor urbano que podem impedir alcançar o bom estado das massas de água?
2. As águas residuais urbanas ainda representam um problema de poluição? Se sim, quais as soluções?
3. Como resolver a situações de incumprimento da DARU que se transformam em contenciosos?
4. Como ultrapassar a situação de injustiça para os que cumprem as regras?
5. As perdas de água nas redes de distribuição, que chegam a 40%, contribuem para uma maior escassez de água?
6. Existe de facto uma falta de eficiência hídrica neste setor? O que fazer para resolver?
7. A utilização de origens de água alternativas, como a reutilização de água e a dessalinização são soluções para a escassez de água?
8. Que outras medidas do lado da gestão da procura podem ser preconizadas?
9. Qual o grau de integração das políticas da água nos programas e planos do setor?

→ Principais conclusões

- Sessão útil para os setores;
- A evolução dos PGRH desde o 1º ciclo, particularmente quanto aos Programas de Medidas, tem sido acompanhada pelo setor;
- Aparentemente não está ainda refletido no estado das massa de água o esforço financeiro executado pelo setor;
- A resiliência das infraestruturas é um aspeto que está a ser considerado pelo setor;
- Existem ainda problemas mas, o esforço e a evolução do setor tem sido muito significativa;
- Novos desafios: digitalização dos processos, economia circular,

Algumas questões: Setor turismo

1. Quais os principais problemas resultantes do setor do turismo que podem impedir atingir o bom estado das massas de água?
2. Como quantificar o peso do turismo dentro do setor urbano?
3. O turismo na malha urbana contribui para a poluição urbana? E para a escassez de água?
4. Os campos de golfe contribuem para a escassez de água?
5. A utilização de origens de água alternativas, como a reutilização de água e a dessalinização são soluções para a escassez de água?
6. Que outras medidas do lado da gestão da procura podem ser preconizadas?
7. O turismo está a crescer de uma forma ambientalmente sustentável?
8. Qual o grau de integração das políticas da água nos programas e planos do setor?

Contributo do Turismo de Portugal IP

A Estratégia para o Turismo 2027 (ET27) tem entre os seus objetivos de sustentabilidade ambiental Impulsionar uma gestão racional do recurso Água no Turismo e como meta o propósito de mais de 90% das empresas turísticas promoverem uma utilização eficiente da água nas suas operações.

As soluções que visem a reutilização de água ou que promovam o seu uso eficiente são consideradas valorizadoras do projeto no âmbito da apreciação de candidaturas a apoios financeiros por parte do Turismo de Portugal, IP.

A adoção de sistemas que promovam o consumo eficiente da água, incluindo a utilização de fontes de água alternativa, e a utilização de espécies autóctones da região nas áreas verdes do empreendimento são soluções valorizadas na atribuição da classificação dos empreendimentos turísticos (Portaria n.º 327/2008, de 28/04, com a redação dada pela Portaria n.º 309/2015, de 25/09, com as correções da Declaração de Retificação n.º 49/2015, de 2/11).

No acompanhamento de Planos Diretores Municipais o Turismo de Portugal, IP defende que seja exigido, na implementação de empreendimentos turísticos, tanto em solo rústico como em solo urbano, a adoção de soluções que garantam a sustentabilidade ambiental do empreendimento entre as quais se inclui a eficiência no consumo de água. (<http://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/ordenamento-turistico/guia-orientador-pdm-mar-2020.pdf>).

A implementação de grandes empreendimentos turísticos em solo rústico, além de estar sujeita a procedimento de avaliação de impacte ambiental reconduz-se, no território abrangido por PROT, à figura de Núcleo de Desenvolvimento Turístico que engloba igualmente critérios de sustentabilidade entre os quais a utilização eficiente da água, a valorização da utilização de fontes alternativas, a reutilização de água tratada e a garantia de tratamento adequado dos efluentes.

Por fim salienta-se que o Turismo de Portugal, IP defende, no acompanhamento de Planos Diretores Municipais que incluam os campos de golfe na sua estratégia de desenvolvimento turístico, que sejam adotadas medidas de eficiência ambiental nos campos de golfe, entre os quais se inclui a garantia da disponibilidade de água recorrendo sempre que possível à reutilização integral de águas residuais tratadas e a seleção de espécies vegetais com menores exigências de rega, à semelhança do que é também preconizado nas orientações do PROT do

Algarve. (<http://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/ordenamento-turistico/guia-orientador-pdm-mar-2020.pdf>).

→ Principais conclusões

- Sessão útil para os setores;
- A eficiência e eficácia da gestão dos recursos hídricos são essenciais para o setor do turismo;
- Os investimentos no setor urbano beneficiam também o setor turismo;
- O Algarve apresenta valores elevados de eficiência hídrica relativamente ao resto do país;
- No plano de eficiência hídrica, importa o equilíbrio entre o investimento e respetivo retorno;
- Os consumos do golfe estão muito dependentes da agricultura, pelo que importa conciliar as duas políticas;
- As questões da gestão e poupança de água devem ser articuladas com o setor agrícola;
- O setor do golfe está disponível para a utilização de água para reutilização, importando estimar os custos para que essa possibilidade possa ser uma realidade;
- As ajudas financeiras são essenciais para viabilizar a utilização de água para reutilização;
- A eficiência da utilização dos recursos hídricos é tida em conta na classificação dos empreendimentos;
- A sustentabilidade está presente no setor do turismo;
- Quanto à dessalinização foi referido que existem alguns exemplos na região do Algarve que se têm demonstrado muito onerosos quando adotados no âmbito dos empreendimentos turísticos;
- Têm sido reforçados os critérios de sustentabilidade ambiental na avaliação dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico e PMOT.

Setores da indústria, energia, aquicultura e pescas

Indústria e Aquicultura- Principais conclusões

Limitações tecnológicas: Como ir para lá das MTD (melhores tecnologias disponíveis) nas indústrias abrangidas pelo Regime das Emissões Industriais?

A revisão dos BREFs está a impor continuas melhorias que são difíceis de acomodar pelos diversos setores industriais.

Quais os desafios na aplicação da abordagem combinada para as pequenas e médias indústrias?

Defendida a descarga “zero” efluentes para algumas indústrias e a promoção de produção de “resíduos líquidos” nas empresas de menor dimensão em alternativa a sistemas de tratamento sofisticados.

Campanha nacional para as empresas de menor dimensão para reduzir descargas e promover a reutilização.

Como criar sinergias entre indústrias ou setores com vista ao “zero pollution”?

Sinergias entre indústrias só são viáveis nos parques industriais mas grande parte das industriais não se encontram nestes locais. Importa estabelecer como prioridade a análise de sinergias.

Reutilização: como abraçar este desafio dentro da indústria e/ou processo?

Este desafio depende da promoção de sinergias entre as diversas empresas. É importante apelar ao entendimento entre os diferentes setores.

Como podem as aquiculturas relacionar-se com os outros setores (urbano e industrial) para minorar impactes sobre a qualidade da água captada?

A aquicultura existe em todo o país e requer água de boa qualidade, daí a sensibilidade deste setor ao aumento de nutrientes no meio, não estando esta temática muito desenvolvida nos documentos colocados a Consulta pública. Foi referida a poluição e qualidade da água como ameaça ao setor da aquicultura e a discordância com a posição referida relativamente à RH8, em que a aquicultura é responsável pelos problemas de qualidade (microbiológica) da água.

A qualidade da água na aquicultura não pode afetar o produto que neste caso são animais vivos para consumo humano direto, aspeto a ser tido em conta se se quiser a produção multitrófica.

Como podem as aquiculturas incorporar os nutrientes das rejeições ou fitoremediação para eventual produção multitrófica?

A produção multitrófica é um potencial que pode ser incorporado pelas aquiculturas mas requer e espaço e ordenamento de território que hoje em dia não existe.

Energia e Pescas - Principais conclusões

- A Hidroeletricidade é vital para cumprimento dos compromissos ambientais assumidos por Portugal.
- Favorecimentos das soluções de bombagem para produção de energia e a possibilidade de turbinar os caudais ecológicos.
- Reforçada a vitalidade dos caudais ecológicos para a aquicultura.
- Foi referida a possibilidade de sinergias entre a produção de energia hidroelétrica e a aquicultura (ex: da albufeira do Alto Rabagão) e a promoção de aquicultura em outras albufeiras cuja água não seja utilizada para consumo humano, sendo necessário para isso a alteração da legislação sobre esta matéria (Regime de Utilização das Albufeiras de Águas Públicas).

Biodiversidade e investigação

- Tema com importância crescente em termos de políticas ambientais europeias e nacionais (Diretivas comunitárias, *Green Deal*, Estratégia de Biodiversidade da UE, Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030);
- Múltiplas ameaças identificadas e muitas temáticas ainda pouco estudadas;
- Sessão temática com participação de agentes chave: Administração, Academia, Utilizadores, Sociedade Civil / ONG.



Questões Chave

- ✓ Identificação dos problemas/pressões sobre as massas de água;
- ✓ Aprofundamento da relação pressão/estado;
- ✓ Priorização de ações/medidas em função da sua eficácia;
- ✓ Ligação entre os temas da investigação científica e as necessidades da Administração Pública;
- ✓ Articulação entre as várias entidades para obtenção, análise e partilha de informação.

Compatibilização de usos da água e manutenção da biodiversidade:

- Como é que a Academia pode contribuir para consolidar a base técnico-científica para fundamentar as medidas a implementar?
- Áreas em que o conhecimento pode ser aprofundado/robustecido;
- Medidas para controlo das espécies invasoras:
Como priorizar? Quando agir? Sobre que espécies? A que escalas? De que forma?
- Investigação de novas tecnologias mais eficazes na deteção e controlo de ameaças identificadas.
- Desenvolvimento de métodos ou abordagens que permitam detetar e agir sobre problemas / riscos que possam surgir.
- Abordagens possíveis para facilitar a obtenção, sistematização e centralização de dados e de informação. A importância da comunicação: como melhorar a disseminação da informação e a sensibilização das comunidades e dos agentes económicos na proteção e preservação da biodiversidade?

Foram sinalizadas algumas áreas “cinzentas” em termos de conhecimento e para as quais se considera particularmente importante aprofundar estudos.

APA reforçou a pertinência de articular trabalhos académicos, como teses de mestrado, e trabalhos feitos pela administração, como no caso da remoção de invasoras (neste caso jacinto).

Pedro Anastácio (U Évora)

Conectividade é importante, mas não só para o peixes - ter em conta a relevância de outros grupos que também são beneficiadas, como sejam os bivalves.

Foi referido o Projeto LifeINVASAQUA, que privilegia a articulação com a administração, e têm como objetivo consciencializar a sociedade civil e cooperar com as entidades, havendo abertura para trabalhar em articulação com a APA na definição de medidas. Foram abertas vagas para desenvolvimento de trabalhos académicos no âmbito do LifeInvasaqua.

Como priorizar e agir? Depende da espécie. Nalguns casos é possível a remoção mecânica, mas nem sempre é viável. A utilização como recurso de algumas espécies pode ajudar a controlar a expansão excessiva (ex: lagostim-vermelho). A deteção precoce de espécies implica a ação imediata.

Fundamental manter a monitorização dado que permitirá uma ação rápida no terreno. A rapidez de atuação é fundamental para garantir um controlo eficaz.

Mexilhão zebra dado como caso de sucesso e de gestão atempada de espécies invasoras com elevado potencial para impactes sobre a biodiversidade e também do ponto de vista económico. Sobre este foi referido que a sua expansão foi controlada até ao momento, mas que é expectável que venha novamente a constituir um problema.

Alterações climáticas, novas invasões e riscos para a saúde:

Modelação de distribuição de espécies permite prever futuras invasões e potencial desaparecimento de espécies nativas.

Caso concreto relevante: transmissão de doenças transmitidas por mosquitos, muito relacionado com sistemas aquáticos.

DNA ambiental: tema emergente que deverá ter num futuro próximo um papel importante na monitorização, por exemplo.

As parcerias com a administração são fundamentais para facilitar a integração de ação que previna comportamentos de risco.

LifeInvasaqua monitoriza a eficácia das suas ações em parceria com o departamento de psicologia, para avaliar a possibilidade de modificar comportamentos. Esta monitorização é conseguida através de inquéritos que são realizados ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do projeto.

Manuela Morais (U Évora)

Trouxe a questão do restauro fluvial de rios temporários ou intermitentes. Considera que há muito a desenvolver, nomeadamente no que se refere aos sistemas de avaliação do estado ecológico.

Referiu também a necessidade de gerir as albufeiras, nomeadamente quanto às cianobactérias. Falou na possibilidade de recorrer à deteção remota para a avaliação da qualidade destas massas de água.

Refere a importância da monitorização por satélite, resultante de equipas multidisciplinares: cianobactérias e clorofila a.

Novas tecnologias de biologia molecular - facilitam e aceleram a identificação da toxicidade em cianobactérias.

Poluentes emergentes e medicamentos - estão a ser estudados no âmbito da Cátedra Energias Renováveis da Universidade de Évora, para conseguir degradar moléculas através de recurso a reatores - mais uma vez são equipas multidisciplinares.

Articulação e comunicação são fundamentais - como fazer? Quais são as abordagens adequadas para essa comunicação? É importante um trabalho multidisciplinar, nomeadamente a colaboração com as ciências sociais, no sentido de conseguir uma comunicação eficaz com a comunidade científica e a sociedade civil.

Carla Sousa Santos (ISPA)

Referência a projetos direcionados à preservação de ciprinídeos nativos à escala do troço e da Bacia hidrográfica, desenvolvidos com as autarquias (ex. CM Torres Vedras).

Refere a dificuldade de articulação entre as entidades da administração local, nomeadamente entre as Câmaras Municipais e as juntas de freguesia, e a pouca sensibilização quanto às questões de limpeza de linhas de água, que pode ter como consequência a destruição de habitats.

Projeto de peixes nativos permitiu aproximar diferentes grupos da sociedade civil, em particular com as escolas.

Ana Ilhéu (EDIA)

Prevenção e controlo precoce são fundamentais para o sucesso da gestão de invasoras.

Abordagens têm de ser adaptadas à realidade das espécies.

Os PGRH devem incluir medidas de prevenção e sensibilização.

Importância da continuidade/sustentabilidade das medidas e da existência de financiamento. Nos PGRH deve ser tido em conta o Plano de ação Nacional para as espécies exóticas, a elaborar pelo ICNF.

Ana Lillebø CESAM, Universidade de Aveiro

Quanto ao transporte de sedimentos, verificaram dificuldades em integração deste tipo de informação em estudos (por exemplo, dados de turvação), mas são centrais para muitos ecossistemas de transição.

RH1 - Sessão da Região Hidrográfica do Minho e Lima 7 de julho de 2020

No âmbito da 2.ª fase da elaboração do PGRH do Minho e Lima (RH1) do 3.º ciclo, 2022-2027, a APA, através do departamento regional Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte) realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA).

Considerando a situação excecional do Estado de Emergência decretado no contexto do combate à pandemia COVID-19 (que esteve em vigor desde 1 de abril até 29 de julho de 2020), a sessão foi realizada por meio de uma vídeoconferência online (webinar) na plataforma ZOOM, no dia 7 de julho de 2020, entre as 10h30m e as 12h00m.

A agenda da sessão foi constituída pelos seguintes pontos:

1. Boas vindas;
2. Apresentação das QSiGA identificadas na RH;
3. Respostas a questões colocadas pelos participantes;
4. Encerramento.

Tendo como objetivos a apresentação das principais QSiGA identificadas na RH1, bem como o debate possível com os diversos stakeholders, a sessão contou com um total de 42 inscrições realizadas online, sendo que a assistência foi de 40 pessoas, na sua maioria a título individual, em representação de organismos da Administração Pública Central/Regional e Local, associações setoriais e empresas de diversos setores.

Como oradores nas sessões para a abertura, apresentações, debate e encerramento estiveram os seguintes elementos da APA:

- José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA;
- Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte;
- Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos (DRH);
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH;
- Susana Sá, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- João Mamede, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte.

Como orador convidado, participou Rodrigo Maia, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Secretário-Geral do Conselho de Região Hidrográfica do Norte.

Inês Andrade, Administradora Regional da ARH do Norte, procedeu à abertura da sessão, dando as boas-vindas institucionais e introduzindo a temática da sessão, descrevendo a importância dos PGRH para a gestão da água, na atual fase do ciclo de planeamento e as atividades envolvidas, e chamando a atenção para a importância da participação pública na revisão e atualização dos planos, em particular no âmbito das QSiGA.

Seguiu-se uma breve apresentação, feita por Susana Sá, da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte, dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados obtidos no sentido da identificação de uma proposta de QSiGA para a RH1. Foi também reforçada a informação relativa aos mecanismos de participação pública disponíveis no processo em curso de consulta pública.

Seguiu-se a fase das perguntas colocadas pelos participantes na sessão e correspondentes respostas pelos técnicos da APA, conduzida por João Mamede, da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte. As questões foram colocadas através de e-mail, sendo que a maioria foi respondida durante a sessão e tendo sido comunicado que as restantes seriam respondidas posteriormente por escrito. No entanto, considera-se pertinente que as mesmas fiquem registadas no relatório e daí a elaboração desta síntese.

A conclusão da sessão foi feita por Rodrigo Maia, Secretário-Geral do Conselho de Região Hidrográfica do Norte. Neste sentido, entre outros aspetos, concluiu da relevância das questões transfronteiriças, da aplicabilidade da dimensão “eficiência” dentro das dimensões da Governança da água e, no âmbito dos princípios desta mesma eficiência, da necessidade de dados e de informações consistentes, o que leva a encorajar a conceção de sistemas de informação harmonizados e consistentes à escala das bacias, incluindo os casos das águas transfronteiriças, o que também está inscrito noutra dos princípios da Governança da água. Relativamente ao abordado na sessão relativamente ao planeamento conjunto entre Portugal e Espanha, realçou a importância de se melhorar e desenvolver um planeamento coordenado, algo já amplamente reconhecido e preconizado na Lei da Água, que determina a cooperação internacional, dizendo que o planeamento das águas deve encarar de forma concertada a gestão dos recursos hídricos. Foi ainda dito que deveremos caminhar para a harmonização dos sistemas de informação e dos sistemas de modelação.

O encerramento da sessão contou com a participação do Vice-Presidente da APA, José Carlos Pimenta Machado que, relativamente às questões que foram colocadas pelos participantes durante a sessão, destacou algumas notas. Assim, lembrando que se está no 3.º ciclo de planeamento e que o objetivo central do PGRH é a obtenção do Bom estado das massas de água, um caminho difícil que coloca desafios a todos – APA e stakeholders da região – realça que gostaria que o setor agrícola se pronunciasse mais a esse respeito e até tivesse intervindo mais na sessão, colocando questões, uma vez que é o principal utilizador dos recursos hídricos e que é muito importante envolver aqueles que mais usam a água, para participarem e ajudarem neste processo para que no final do 3.º ciclo se possa atingir o bom estado pleno das massas de água. No que respeita à dimensão transfronteiriça resultante da partilha das bacias dos rios Minho e Lima com Espanha, realçou o bom trabalho de articulação com Espanha que tem vindo a ser feito, patente também no conjunto de projetos que têm vindo a ser desenvolvidos em conjunto, bem como reforçou a hipótese de um dia haver efetivamente um plano conjunto Portugal-Espanha. Também considerou pertinentes as questões no âmbito da gestão de riscos, de saber como é que a Administração se vai articular face à existência de vários planos específicos como o PGRH, o Plano de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI) e o Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (POC-CE). Uma outra nota foi a ausência de questões colocadas sobre a Governança, sempre um tema pertinente ao nível da gestão de recursos hídricos: hoje em dia há um reforço do papel das regiões do ponto de vista administrativo e é importante perceber como é que se encaixa aqui a gestão dos recursos hídricos, pelo que seria importante ter sido colocada a questão a este nível. Ainda ao nível da Governança, também não se falou do licenciamento e daquilo que é a abordagem combinada praticada pela APA, algo muito inovador que consiste em ligar as várias dimensões tempo-espço no licenciamento das águas residuais – um excelente instrumento que tem tido boa aplicação e grandes efeitos na recuperação do estado das massas de água.

No final, foi solicitado aos participantes que respondessem a um inquérito de avaliação da sessão que seria enviado por e-mail (o tratamento dos respetivos resultados consta do relatório de participação pública).

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes bem como as respostas/ponderação da APA:

1) Qual o grau, como e a que nível se vai efetivar a coordenação com Espanha na implementação das medidas? Nomeadamente, ao nível da Qualidade e da Quantidade. Está prevista uma monitorização conjunta? De que forma se vai articular a gestão do regime de caudais ecológicos, uma vez que existem aqui diferenças a nível internacional?

Relativamente às questões com Espanha e as diferenças que existem, quer em termos de monitorização conjunta, quer dos caudais ecológicos, deve realçar-se a existência de uma Convenção que estimula e obriga os dois países a terem este olhar relativamente às massas de água transfronteiriças de uma forma conjunta para além daquilo que é a Diretiva-Quadro da Água. Nesta região hidrográfica há de facto um trabalho muito próximo entre a ARH do Norte e a *Confederación Hidrográfica de Miño-Sil*, é uma relação bastante ativa e tem sido desenvolvido um trabalho de proximidade em várias temáticas.

Relativamente à monitorização, está neste momento a decorrer um projeto conjunto entre os dois países, que abrange não só esta região hidrográfica mas também todas as bacias internacionais entre Portugal e Espanha, no sentido de melhorar a monitorização e, até, de estabelecer critérios comuns de avaliação do estado das massas de água. É um trabalho que está a decorrer, ainda que este ano mais prejudicado pela pandemia, que dificultou nomeadamente o trabalho de campo, mas no ano passado já foi feita uma monitorização conjunta de várias massas de água, no sentido de afinar os protocolos de amostragem, nomeadamente, dos elementos biológicos, e depois ter aqui de facto uma visão mais integrada dessa monitorização.

Relativamente aos caudais ecológicos, essa é uma temática que necessita de ter um novo desenvolvimento entre os dois países. De facto há critérios diferentes, há metodologias que são utilizadas que não são comuns e, portanto, resultam em valores discrepantes daquilo que depois é o resultado. O mais importante vai ser a monitorização que se está a fazer da avaliação dos efeitos desse regime de caudais ecológicos que são definidos, para perceber se os troços das massas de água a jusante estão efetivamente a recuperar o bom estado ou o potencial; acima de tudo, o mais importante - e que é um dos objetivos da Diretiva-Quadro da Água - é diminuir o comprimento desses troços que ficam fortemente modificados devido à existência desta infraestrutura que provoca a pressão hidromorfológica e, portanto, altera o regime de caudais. Esta é uma temática que necessita de uma colaboração e, talvez, de um projeto comum para o fazer. De qualquer maneira, há um projeto que tem a ver com a migração das espécies piscícolas mais determinantes desta bacia e que, no fundo, está também a avaliar, sobretudo no rio Minho, não no rio Lima, essas questões de eficiência dos caudais ecológicos que estão definidos. E a partir daqui poder-se-á desenvolver estas temáticas no sentido de melhor, quer definir estes caudais ecológicos, quer avaliar a sua eficácia e eficiência naquilo que se pretende para ajudar as massas de água a jusante, que é atingir os objetivos ambientais que para estas massas de água foram definidos.

2) Qual o risco de não se atingir a meta dos 77% de massas de água em bom estado, tendo em conta que algumas medidas foram adiadas?

A análise que foi feita permitiu fazer o ponto de situação, uma avaliação do estado das massas de água com resultados de 2017, em 2018 e 2019 houve um programa de monitorização que abrangeu outros parâmetros com outra frequência, houve também vários projetos, nomeadamente o projeto Albufeira e, portanto, há muito mais informação, que está a ser tratada e que vai permitir reavaliar o estado das massas de água e eventualmente fazer a análise se de facto as medidas que foram implementadas entretanto e que o estão a ser neste momento serão ou não suficientes para atingir a meta proposta para 2021.

3) De que forma a avaliação das condições ambientais, em termos quantitativos, se vai realizar com a Confederación Hidrográfica del Miño-Sil, ou seja, com Espanha? Qual o grau de coordenação com Espanha em termos de gestão de riscos de inundações?

Relativamente às questões da quantidade, como sabem a Convenção de Albufeira tem um protocolo em que estão definidos os regimes de caudais (são os regimes mínimos) que devem ser verificados quer trimestralmente, quer anualmente. Essa verificação é alvo de relatórios que são feitos trimestralmente e depois anualmente e publicados e aprovados nas reuniões plenárias da CADC.

Relativamente às questões que têm a ver mais com a gestão de fenómenos extremos, nomeadamente as inundações, para além da articulação que está a ser feita no âmbito da Diretiva relativa à Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações, e portanto, a elaboração dos próprios Planos de Gestão dos Riscos de Inundações em que neste 2.º ciclo, que está a decorrer, foram identificadas zonas comuns de inundação, está também já instalada uma colaboração que se pretende automatizar e tornar ainda mais eficaz de troca de informação em situações de fenómenos extremos, no sentido de se avaliar as consequências em termos da gestão da bacia nacional face aos caudais afluentes de Espanha. Portanto, já existe uma articulação, nomeadamente através da ARH do Norte, com a *Confederación Hidrográfica del Miño-Sil* e o que se está a tentar neste momento é agilizar a informação recebida, que seja colocada de forma automática na base de dados do sistema de informação de gestão de riscos de inundações.

Não se pode afastar a questão da gestão dos caudais das alterações climáticas. E embora aquilo que se vive seja menos sensível nesta região, há de facto que ter um planeamento a longo prazo que integre esta componente das alterações climáticas, não só em termos da gestão de fenómenos extremos (secas e cheias), mas também em termos da sustentabilidade das utilizações que existem e que têm a sua perspetiva de evolução futura. Em termos daquilo que é a avaliação com Espanha, são os instrumentos de planeamento, Planos de Gestão de Região Hidrográfica e Planos de Gestão dos Riscos de Inundações, que constituem as ferramentas mais importantes para se poder ter (e com o chapéu bastante abrangente que são a Diretiva-Quadro da Água e a Diretiva Inundações) o local de excelência para programar e planear como é que esta gestão é feita para atingir os objetivos ambientais.

Portanto, nesta região hidrográfica onde já existe um nível significativo de massas de água em bom estado, a batalha vai ser de facto não permitir que esse nível baixe mas que aumente. As questões de quantidade não podem ser separadas da parte da qualidade, porque a qualidade depende da quantidade e quando se avalia a parte do estado ecológico se está também a avaliar a parte da quantidade, portanto a sustentabilidade das utilizações, quaisquer que elas sejam, é cada vez mais uma premissa que tem que estar ao nível do licenciamento, que é o instrumento de excelência para permitir ter uma gestão dos recursos quer em cenários atuais, quer nos cenários futuros, em termos quer das alterações climáticas, quer também daquilo que é a evolução dos diferentes sectores. Portanto é um desafio bastante grande para todos, porque a gestão da água é da responsabilidade de todos, sendo que a APA tem um papel fundamental e de articulação com os colegas de Espanha, no sentido em que ambos têm que cumprir aquilo que são as exigências comunitárias da legislação e, também, da própria Convenção que, assinada em 1998, tem já muitos destes requisitos. Assim, há muitos trabalhos a decorrer neste momento, que ainda não estão concluídos com Espanha e que vão dar os seus frutos a curto prazo, permitindo a sua utilização no 3.º ciclo dos PGRH que está atualmente em curso.

Existe um projeto de cooperação transfronteiriça no âmbito do POCTEP, designando RISC_ML - *Prevenção de riscos de inundações e secas na bacia internacional do Minho-Lima* (risc-ml.eu/risc_ml/2540-2/?lang=pt-pt), cofinanciado pelo POCTEP, e que tem como parceiros a APA/ARH do Norte, a *Confederación Hidrográfica del Miño-Sil*, a Universidade de Vigo e a

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e que tem como objetivos desenhar medidas conjuntas orientadas para a prevenção, preparação, previsão e melhor gestão perante os fenómenos extremos, inclusivamente com a ampliação da rede de estações de controlo e, no caso da APA, uma das tarefas definidas era melhorar essa rede, instalando mais estações no âmbito deste projeto. Também esta a ser desenvolvido com Espanha um projeto de retenção natural, que ainda está a decorrer e deverá terminar no final de 2021.

4) Das medidas adiadas, quais as que terão ou que é expectável que tenham maior impacto na recuperação do bom estado das massas de água, para atingir o bom estado das massas de água?

Está atualmente a decorrer a atualização do ponto de situação de implementação das medidas, agora também referente a 2018 e a 2019, exatamente para se poder determinar aquilo que vai poder transitar, ou não, para o 3.º ciclo, e eventualmente atualizar o ponto de situação que já tinha sido feito relativo a 2016 e 2017, uma vez que se chegou à conclusão que houve alterações, algumas coisas que não estavam previstas e que foram reportadas e que, afinal, sempre se iniciaram; portanto, esta 2.ª avaliação dará provavelmente alguma margem para as medidas serem implementadas. Claro que das medidas inicialmente identificadas, que são muitas, é difícil mencionar agora quais especificamente poderiam contribuir para atingir os objetivos pretendidos, mas aquelas que estão diretamente relacionadas com os impactos mais significativos identificados – como a poluição orgânica ou a poluição por nutrientes – serão, provavelmente, e se forem implementadas, as que terão maior impacto para atingir os objetivos ambientais.

Quando se definem as metas para atingir os objetivos ambientais em 2021, essa definição é feita com base também nas medidas que são definidas na altura e com base no estado das massas de água que foi determinado em 2015. Se houve medidas que foram adiadas, ou medidas que não são realizadas (muito devido a problemas de financiamento), tudo isso pode realmente afetar o atingir dos objetivos ambientais. E é por isso que agora é necessário ver quais as medidas cujo adiamento será mais problemático; com isso, com base nesta avaliação intercalar e na avaliação do estado das massas de água que vai ser feita para o 3.º ciclo será possível verificar quais as massas de água que continuam com problemas, para quais realmente fez diferença o adiamento de medidas e tentar retomar essas medidas ou outras que permitam realmente atingir o bom estado.

5) Na gestão dos riscos extremos, como é feita a articulação com os instrumentos de planeamento específicos, nomeadamente, os PGRI e o Programa da Orla Costeira (POC)?

Relativamente à questão das zonas de inundação, neste 2.º ciclo que está a decorrer e no âmbito do qual já foram aprovadas as zonas críticas, pela primeira vez foram identificadas zonas de risco de inundação por galgamento costeiro ou erosão, e portanto faz aqui a ponte com os programas da orla costeira. Portanto, através do planeamento definem-se as zonas críticas, através do PGRI define-se qual é a sua magnitude, qual é o impacto que têm estes fenómenos, quer através da subida do nível do mar, quer a questão das tempestades que surgem da parte costeira e depois, através do ordenamento, que é o programa da orla costeira, vai-se olhar para a ocupação do território, para os riscos que resultam efetivamente daquilo que foi calculado para o período de retorno de 100 anos e para os fenómenos que ali possam estar afetados, também já numa previsão das alterações climáticas e, então, definir a ocupação do território. Estes dois instrumentos no fundo complementam-se e são extremamente importantes para a segurança de pessoas e bens e, também, para diminuir os custos envolvidos na recuperação. Portanto, a prevenção deve prevalecer sobre o remediar das situações após acontecerem determinados fenómenos e esta articulação entre o planeamento e o ordenamento vai dotar o país com instrumentos importantes na gestão do território. O resultado dos PGRI deverá ser traduzido,

incorporado nos PDM, portanto todos os instrumentos territoriais têm que estar enquadrados uns nos outros, facilitando efetivamente a gestão destas áreas. O desenrolar destes novos PGRI, ou esta nova componente da parte costeira, vem fornecer uma visão muito mais integrada e muito mais próxima daquilo que são as vulnerabilidades do território nesta região hidrográfica.

6) O insuficiente nível de recuperação dos custos dos serviços de água é um problema identificado nas QSiGA, bastante complexo de resolver. Qual é a perspetiva de abordagem a esta questão?

Em relação ao nível de recuperação de custos, é muito importante que seja realizada uma recuperação de custos dos serviços de água, sendo um dos objetivos da própria Diretiva-Quadro da Água. Para tal, é preciso ter em conta toda a parte das receitas que vai ser gasta, como os seus custos, tanto de investimento como de exploração, e é necessário realmente garantir que os serviços de água tenham sustentabilidade económico-financeira. Para atingir essa sustentabilidade, é essencial o sistema tarifário e é através do valor desse sistema tarifário que é necessário cada vez mais, tanto a nível do ciclo urbano, como também a nível do setor agrícola e industrial (que são os sectores que a própria DQA determina), atingir o nível de recuperação de custos. É necessário ser cada vez mais sustentável ao nível económico-financeiro, pois os investimentos que se estão a fazer, nomeadamente no setor urbano e no setor agrícola, são muitas vezes derivados de fundos comunitários, que são uma ajuda para relançar esses setores, mas que irão, eventualmente, terminar e portanto é essencial garantir que esses sistemas por si só sejam sustentáveis; é essa a questão, cada vez mais receitas e os proveitos e os custos equilibrados para que o sistema seja sustentável.

7) Faria sentido pensar-se num PGRH para a bacia internacional do Minho e Lima, ou seja, um processo de planeamento conjunto entre Portugal e Espanha?

Torna-se complicado fazer o planeamento conjunto total, ou seja, como se fosse um único plano, atendendo à legislação de cada país e às questões associadas ao financiamento das medidas. O que sempre se tem feito é uma articulação muito orientada para aquilo que é a gestão das massas de água transfronteiriças e fronteiriças, neste caso bastante significativas, sem prejuízo que cada país faça também uma avaliação daquilo que desenvolve para toda a região hidrográfica nacional. De facto, há essa dificuldade em realizar um planeamento conjunto, devido a essas diferenças (legislações nacionais e financiamento), mas tem-se tentado incrementar a avaliação conjunta daquilo que são os problemas, pois a gestão de um país tem impacto nas massas de água que estão a jusante, quer seja Portugal ou Espanha (porque há bacias em que Espanha volta a estar a jusante). E, portanto, nesse sentido, tem-se investido nos projetos já referidos, no sentido de dotar com instrumentos e com a possibilidade de ter conhecimento, um conhecimento necessário para que cada país possa implementar as medidas que de facto vão contribuir para que num todo na bacia internacional sejam atingidos os objetivos da DQA. Esta tem sido a metodologia implementada, porque é aquela que efetivamente melhor permite articular com aquilo que são as realidades de cada país e a sua especificidade de legislação e gestão territorial e, portanto, não se optou ainda, de facto, por elaborar um único plano, uma única avaliação de toda a bacia internacional. De qualquer forma, a preocupação existe, os projetos que estão em curso, nomeadamente nesta região hidrográfica, ilustram bem a vontade das partes em ter nas zonas comuns ou influenciadas por gestão de montante uma partilha, quer de informação, quer de instrumentos que permitam uma melhor gestão.

8) Poderia a APA/ARH fornecer orientações às instituições de ensino superior da região sobre lacunas de informação atualmente existentes e que poderiam melhorar o processo de planeamento, para que estas instituições possam alinhar as suas atividades de desenvolvimento e investigação (incluindo trabalhos de licenciatura, mestrado e/ou

doutoramento) para produzir esses dados ao longo do tempo, estabelecendo assim uma relação de benefício mútuo?

A articulação com a comunidade académica é essencial, nomeadamente nas questões em que são necessários novos instrumentos, permitindo ter uma avaliação com o conhecimento científico que depois se junta àquilo que é a gestão técnica dos recursos hídricos. Isso é algo que a APA pretende atingir, começando a estabelecer protocolos de entendimento, região hidrográfica a região hidrográfica, aproveitando a Academia que existe localmente, porque conhece também bem a região, para definir efetivamente os projetos que possam vir a contribuir para a gestão da água.

Cada vez mais a água vai ser, de facto, um elemento que vai determinar o desenvolvimento económico dos setores e existindo alterações climáticas que potenciam a diminuição das disponibilidades, a articulação entre os setores é fundamental. É muito importante ter uma visão da ciência que possa ajudar, quer a melhorar os instrumentos, quer também a conhecer melhor a realidade local e até das medidas, porque há um esforço que o país está a fazer para implementar as medidas, sendo importante conhecer bem a relação pressão-impacto e o efeito que essas medidas efetivamente têm para atingir aqueles objetivos. Portanto, há aqui efetivamente muito para contribuir para atingir esses objetivos.

A APA e todas as ARH disponibilizam informação para todos os estudos que são realizados por não só instituições de ensino superior, mas também instituições de ensino secundário, outras instituições de ensino profissional, etc., e é importante haver aqui uma estreita colaboração não só na cedência dos dados, mas também na partilha dos resultados. E é importante levantar aqui essa questão, porque com certeza na Academia há algum conhecimento, na Administração há outro e conjugando tudo isto obtém-se um resultado muito mais profícuo. Para além disto, como a Diretiva-Quadro da Água determina a participação pública como instrumento fundamental, só se consegue ter PGRH mais robustos se todos participarem neste plano, neste caso, não só a Academia mas também os cidadãos, as organizações e os setores de atividade.

9) Gostaria de saber se de alguma forma está prevista no âmbito das QSIGA ou do próprio processo de planeamento a avaliação e a monitorização de substâncias provenientes de atividades humanas que possam gerar lixo marinho, nomeadamente macro e micro partículas de plásticos e outras substâncias similares.

O lixo marinho é uma preocupação e uma obrigação da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha, que depende efetivamente de informação daquilo que resulta dos inputs que chegam através dos estuários e através das linhas de água que chegam às zonas costeiras, portanto há aqui uma perspetiva que o outro plano que ainda está em vigor, do 2.º ciclo, previa: uma ligação efetiva com a estratégia marinha, ou seja, entre estas duas diretivas para atingir esses objetivos. Já os microplásticos, é uma preocupação muito grande que existe, verificam-se ainda algumas dificuldades em termos da sua monitorização que está neste momento em implementação, até no âmbito daquilo que vão ser as obrigações da nova Diretiva da água para consumo humano, que é bastante exigente.

Há que ter um conhecimento a nível das bacias, destes poluentes de preocupação emergente que irão contribuir para alimentar aquilo que poderá vir a chegar às zonas costeiras e, depois, também ao mar territorial, isto é, aquilo que é o aporte da parte continental para estas zonas. Esta articulação entre as entidades que gerem estas duas diretivas é cada vez mais importante, os recursos são escassos, podem ser desenvolvidos projetos conjuntos para identificar e para melhorar esta monitorização. E, mais uma vez, a parte científica, a Academia, pode representar um aporte muito significativo atendendo a que se trata de poluentes de preocupação emergente e que ainda se estão a desenvolver novas tecnologias. Portanto, há aqui um esforço,

até de saúde pública, e importa criar laços e protocolos entre diferentes entidades para atingir estes objetivos de melhor gestão, de melhoria efetiva das massas de água.

10) Sendo a agricultura o principal utilizador da água, o número de medidas de responsabilidade do setor agrícola não acompanha essa importância porquê?

Neste plano não se encontra nenhuma medida para as águas de reutilização; não deveria ser equacionado?

Nos planos do 2.º ciclo, tendo que atingir o bom estado químico e ecológico das águas superficiais e o bom estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, a maior parte das medidas são mais viradas para atingir o bom estado da parte da qualidade, mas não quer dizer que a quantidade não seja importante e esse paradigma até vai mudar no 3.º ciclo, ou seja, será dada tanta importância à quantidade, como à qualidade. No 2.º ciclo, o número de medidas do setor agrícola a nível da quantidade estava ligado às medidas do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) para o melhor uso eficiente da água na agricultura, nomeadamente, projetos de regadios mais eficientes, de melhoria de regadios existentes. Portanto, havia essas medidas do PDR que realmente também tiveram muitos projetos e será agora avaliado novamente qual o número de projetos e, até, os investimentos que foram financiados nesse âmbito, para se ter uma ideia do que é que foi feito nessa área. Será tido o cuidado, agora maior no 3.º ciclo, de olhar para a parte da quantidade devido aos problemas que têm ocorrido de escassez da água e do aumento do número de secas relacionadas com as alterações climáticas, como já aqui foi referido, mas realmente é necessário olhar para a escassez de uma forma muito assertiva no sentido de confrontar a procura de água face à oferta. E isso leva à identificação de origens de água alternativas, como é o caso de reutilização de águas residuais que cada vez mais deve ser um meio, uma origem de água a ser utilizada, nomeadamente para a agricultura e para espaços verdes em que não se justifica ter água de outra qualidade.

Nas zonas onde a escassez de água é mais intensa, há que encontrar novas fontes de água e as águas para reutilização é uma delas, estando agora a fazer-se um caminho nesse sentido. A APA fez aqui um grande esforço, quer do ponto de vista do novo diploma, quer do ponto de vista do guia de metodologia, para estimular o uso das águas para reutilização.

11) O aviso publicado pelo POSEUR recentemente condiciona a aprovação ao PGRH; não está prevista nesta região que não pode ser beneficiada por este aviso?

O quadro comunitário de apoio está muito próximo do final, a verba disponível já é muito escassa, a dotação financeira deste aviso são cerca de seis milhões de euros, mas este aviso é muito dirigido para as zonas onde a escassez de água é mais intensa, como o Algarve, Alentejo e Tejo e, claramente, aqui a RH1, do Minho e do Lima, felizmente do ponto de vista de quantidade de água e do ponto de vista dos recursos hídricos está mais bem dotada; é uma zona mais tranquila, claramente o acesso é possível, mas não tem uma majoração como noutras regiões que têm problemas mais complicados e grandes desafios do ponto de vista da gestão da água.

12) Começando a haver sinais de aumento dos riscos de períodos de seca (incluindo na RH1, como indicado pelo recente Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho), está previsto algum instrumento de planeamento específico para este tipo de risco na RH1, e/ou a sua articulação com as QSIGA e o PGRH?

A ocorrência de períodos de seca tem vindo a acontecer com maior frequência, assim como outros fenómenos extremos decorrentes das alterações climáticas. Neste contexto, e reconhecendo a importância acrescida que as alterações climáticas têm no planeamento e gestão dos recursos hídricos, a APA/ARH do Norte está envolvida num projeto de cooperação transfronteiriça designado RISC_ML (risc-ml.eu/risc_ml/2540-2/?lang=pt-pt), já referido

anteriormente. Este projeto visa a definição e o desenho de medidas conjuntas orientadas à prevenção, preparação, predição e uma melhor gestão perante aos fenómenos extremos, tais como inundações e secas, em toda a bacia hidrográfica internacional do Minho-Lima, de forma a mitigar os seus efeitos. No que respeita à seca, importa salientar que o RISC_ML tem como objetivo melhorar os mecanismos de gestão existente em relação à identificação e gestão de secas em toda a bacia internacional. Neste sentido, está prevista a elaboração de um Plano de Seca Conjunto, o qual tem como objetivo aumentar o conhecimento e a capacitação institucional, de forma a melhorar a monitorização dos diferentes estados de seca, através da definição de indicadores, que permitam estabelecer objetivos e medidas de gestão (ações, informação, alertas, etc.).

A seca e/ou outros fenómenos climáticos, pela sua natureza, têm um impacto significativo na gestão e planeamento dos recursos hídricos e por conseguinte nas QSIGA, ainda que indiretamente, e nos PGRH, pelo que serão equacionados através do balanço hídrico ao nível da bacia (disponibilidades vs necessidades) e nos cenários de alterações climáticas.

Reconhece-se a importância que este risco e outros têm vindo assumir no processo de planeamento dos recursos hídricos e a necessidade de uma articulação entre diferentes planos e políticas setoriais que se refletem no território e nos seus valores naturais.

13) Nestas regiões hidrográficas (RH1 e RH2) a área de culturas de regadio (que são sobretudo culturas de primavera-verão) tem vindo a decrescer ao longo dos anos. Também se constata que o sector agrícola utiliza cada vez mais sistemas de rega mais eficientes. Nestas regiões hidrográficas o regadio tradicional detém grande expressão e tem vindo a ser intervencionado desde os anos 80 com o objetivo de diminuir as perdas de água ao longo do sistema de distribuição. Todos sabemos, além disso, que este sistema de rega, durante grande parte do ano, faz retornar às linhas de água uma grande parte da água que é captada nessas mesmas linhas de água. Sem agricultura de regadio nestas zonas o que existe é abandono. Abandono, significa mais incêndios. O que é preferível? O que é mais benéfico em termos ambientais?

A agricultura é grande utilizador, mas tem investido, tem melhorado os sistemas de rega, tem diminuído os consumos. Não sabemos se o mesmo se passa nos outros sectores.

Porque não se estuda a relação gastos/benefícios/produzividade/proteção de paisagem, da agricultura em comparação às restantes atividades e utilizadores?

A agricultura de regadio tal como outra atividade económica que utiliza a água no seu processo produtivo restitui uma parte do volume captado ao meio natural para as linhas de água ou para os aquíferos subterrâneos, daí a importância acrescida do setor agrícola no ciclo da água.

Reconhece-se a importância que o regadio assume na atividade agrícola e no desenvolvimento e dinâmica socioeconómica dos territórios, evitando assim o abandono da atividade produtiva e a degradação crescente da paisagem rural e dos ecossistemas.

Importa também referir que o setor agrícola tem demonstrado uma crescente evolução e adaptação aos princípios de sustentabilidade e de valorização dos recursos naturais e da biodiversidade. Neste contexto, tem-se assistido à definição de orientações e implementação de medidas que visam a adoção de sistemas de rega com maior potencial de eficiência, contribuindo assim para uma poupança potencial de água. No entanto, verifica-se que existe uma lacuna histórica relativamente aos dados de volumes captados, utilizadores/regantes, culturas e áreas regadas, entre outros, que permitam evidenciar uma redução dos consumos e consequentemente um aumento da eficiência dos sistemas de rega, nomeadamente nos perímetros de rega dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.

Também se reconhece que existe uma dificuldade acrescida na recolha dos dados de um conjunto de agricultores dispersos, e que por vezes têm rega apenas nalguns terrenos, o que não acontece nos terrenos e utilizadores que se encontram em áreas servidas por Aproveitamentos Hidroagrícolas. Considera-se que estes já têm implementados mecanismos e sistemas que visem a recolha e sistematização de todos os dados, no sentido de definir indicadores que mostrem a importância do regadio na agricultura e que respondam aos desígnios da gestão e planeamento dos recursos hídricos. O estudo e análise comparativa entre as diferentes atividades económicas e utilizadores do recurso água é fundamental para todo o processo de planeamento dos recursos hídricos, por isso foram identificadas duas QSiGA na área temática de comunicação e sensibilização, nomeadamente o “Insuficiente envolvimento dos setores e participação pública” e o “Insuficiente envolvimento e disponibilização de informação, pelos diferentes setores, relativos às utilizações da água”. Os processos de planeamento assentam no envolvimento e participação de todos os *stakeholders*, através da partilha de dados, informação e conhecimento (metodologias, projetos, experiências entre entidades institucionais e a sociedade civil), permitindo assim direcionar esforços para áreas onde existe maior défice de conhecimento, evitar duplicação de esforços humanos e financeiros e por conseguinte assegurar processos de tomada de decisão mais sustentados. Por outro lado, permite também diminuir eventuais conflitos por desconhecimento ou falta de informação e promover um maior entendimento dos problemas ambientais e da contribuição dos vários setores para a melhoria do estado das massas de água e atingir os objetivos ambientais.

RH1 - Sessão conjunta Portugal-Espanha da Região Hidrográfica do Minho e Lima 8 de setembro de 2020

No âmbito da 2.ª fase da elaboração do PGRH do Minho e Lima (RH1) do 3.º ciclo, 2022-2027, a APA, através do departamento regional Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte) realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) em conjunto com a *Confederación Hidrográfica del Miño-Sil* (CH Miño-Sil).

Tendo como fundamento a partilha entre Portugal e Espanha das bacias hidrográficas dos rios Minho e Lima, a sessão conjunta visou informar e promover a participação, em ambos os lados da fronteira, com destaque para as questões significativas nas zonas transfronteiriças (em Espanha denominadas *Esquema provisional de Temas Importantes*, EpTI) e principais ações para as ultrapassar, constituindo um momento privilegiado na articulação entre os dois países e promovendo o debate e impulsionando a visão bilateral na gestão das bacias hidrográficas.

Considerando as restrições associadas ao combate à pandemia COVID-19, no âmbito do estado de alerta então em curso, bem como a extensa área geográfica em causa e, como tal, necessidade de fazer chegar a informação objeto da sessão a todos os interessados portugueses e espanhóis, a sessão foi realizada por meio de uma videoconferência *online* (*webinar*) na plataforma ZOOM, no dia 8 de setembro de 2020, entre as 10h30m e as 12h30m.

A agenda da sessão conjunta foi constituída pelos seguintes pontos:

1. Boas vindas da Administradora da ARH do Norte e do Presidente da CH Miño-Sil;
2. Apresentação da CH Miño-Sil;
3. Apresentação da ARH do Norte;
4. Moderadores da ARH do Norte e CH Miño-Sil;
5. Debate;
6. Encerramento.

A sessão contou com um total de 79 inscrições realizadas *online*, sendo que a assistência foi de 71 pessoas, na sua maioria a título individual, empresas, em representação de organismos da Administração Pública Local e Central/Regional e associações profissionais.

Como oradores nas sessões para a abertura, apresentações, debate e encerramento estiveram os seguintes elementos:

CH Miño-Sil:

- José Antonio Quiroga Díaz, Presidente da CH Miño-Sil;
- Carlos Guillermo Ruiz del Portal Florido, *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Miño-Sil*;
- Agustín Sevilla Briceño, *Jefe del Área de Planes y Estudios de la CH Miño-Sil*;

APA:

- José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA;

- Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte;
- Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos (DRH);
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH;
- Susana Sá, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte.

A Administradora Regional da ARH do Norte, Inês Andrade, procedeu à abertura da sessão, dando as boas-vindas institucionais e saudando o Presidente da CH Miño-Sil, José Antonio Quiroga Díaz, e o *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Miño-Sil*, Carlos Guillermo Ruiz del Portal Florido. Introduziu a temática da sessão e salientou a colaboração muito estreita e proveitosa com a CH Miño-Sil e a existência de projetos comuns importantes para a troca de experiências, de conhecimento e de informação que potencia a qualidade da gestão que ambos os países fazem dos recursos hídricos: os projetos RISC Minho-Lima (RISC_ML), no âmbito da prevenção de riscos, e Migra Miño-Minho, no âmbito da preservação da biodiversidade.

Seguidamente, o Presidente da CH Miño-Sil, José Antonio Quiroga Díaz, apresentou também as boas vindas e encaminhou para o *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Miño-Sil*, Carlos Guillermo Ruiz del Portal, para a apresentação do EpTI, no âmbito do qual destacou também a cooperação com Portugal na gestão das massas de água partilhadas e os projetos comuns em execução: RISC_ML, Migra Miño-Minho e Raia Termal.

Posteriormente, Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte, procedeu à apresentação dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados obtidos no sentido da identificação de uma proposta de QSIGA para a RH1. Reforçou, também, a informação relativa aos mecanismos de participação disponíveis no processo, em curso, de consulta pública. Apresentou, ainda, juntamente com Carlos Guillermo Ruiz del Portal Florido, um pequeno questionário *online* para resposta pelos participantes durante a sessão, cujo tratamento está descrito no relatório de Participação Pública.

Seguidamente seguiu-se a fase das perguntas colocadas pelos participantes na sessão, que foi conduzida pelos moderadores Susana Sá, da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte, e Agustín Sevilla Briceño, *Jefe del Área de Planes y Estudios de la CH Miño-Sil*.

As questões foram colocadas através de e-mail, sendo que a maioria foi respondida durante a sessão, tendo sido informado que as restantes seriam respondidas posteriormente por escrito. No entanto, considera-se pertinente que as mesmas fiquem registadas no relatório e daí a elaboração desta síntese. Foram intervenientes nas respostas Carlos Guillermo Ruiz del Portal Florido, *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Miño-Sil*, Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos (DRH), Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte, Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH, Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte e José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA.

O encerramento da sessão contou com a participação do *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Miño-Sil*, Carlos Guillermo Ruiz del Portal Florido, e Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte. Carlos Guillermo Ruiz del Portal Florido destacou, no âmbito da colaboração com a APA, a cooperação de longa data em projetos comuns, num caminho para um projeto de plano hidrológico conjunto para a região hidrográfica internacional como objetivo final e a melhoria do estado das massas de água em coordenação com os colegas portugueses.

Inês Andrade destacou, no âmbito das questões colocadas, o reiterar da importância das alterações climáticas nos processos de planeamento e o incremento da colaboração e trabalho em conjunto com a CH Miño-Sil, no sentido de poder resolver os problemas que se colocam, quer do lado espanhol, quer do lado português.

Por fim, solicitou aos participantes que respondessem a um inquérito de satisfação da sessão (o tratamento dos respetivos resultados consta do relatório de participação pública).

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes bem como as respostas/ponderação da APA:

1) Depois dos investimentos realizados ao longo dos outros dois ciclos de planeamento para combater a poluição, a qualidade das massas de água piorou; qual é a explicação para isto? Estaremos a ser demasiado ambiciosos ao pretender atingir os objetivos de 100% das massas de água em bom estado em 2027?

Relativamente ao estado das massas de água, no que se refere a esta região hidrográfica, ela manteve, no caso das águas superficiais, o estado que na avaliação intercalar apresentava. Efetivamente fica longe da meta que tinha sido proposta, mas ainda não chegou o fim do ciclo, que será em 2021, e quando se fez esta avaliação intercalar foi com dados de 2014-2017. Muitas das medidas do 2.º ciclo ainda não estavam a ter efeito e muitas delas estavam a ser implementadas e, portanto, ainda não se via aqui nesta avaliação intercalar o esforço das medidas que estão em curso. Esta região, comparada com outras, é daquelas que apresenta uma percentagem superior em termos do número de massas de água em Bom Estado, mas isso dá ainda mais responsabilidade para manter esse Bom Estado. E muitas das massas de água são compartilhadas com Espanha, nomeadamente no rio Minho, e portanto há aqui um esforço que tem mesmo que ser conjunto para que haja um remar para o mesmo lado para se conseguir atingir efetivamente os objetivos ambientais. No caso do rio Lima, há uma partilha mas há uma transferência daquilo que é a qualidade que vem de Espanha e portanto esse esforço também tem que ser conseguido entre as partes para efetivamente se conseguir atingir os objetivos da Diretiva-Quadro da Água, muito ambiciosos, mas essenciais. Cada vez mais o desenvolvimento dos setores está muito dependente de atingir este Bom Estado, porque ele vai permitir uma maior sustentabilidade ambiental dos mesmos e, também, que tudo aquilo que são as necessidades dos setores estejam mais enquadradas ambientalmente. Há este esforço, mas há também o reflexo da questão da classificação “One out all out” feita com base numa monitorização mais intensa, com mais parâmetros. Quanto mais se aumenta o conhecimento, mais se clarifica o efeito que as pressões identificadas têm na qualidade das massas de água e, portanto, mais preparado se fica para definir as medidas. Na avaliação que vai ser feita com os dados até 2019 espera-se que haja uma recuperação, atendendo a que muitas das medidas já implementadas tenham os seus efeitos.

2) Como se van a incorporar los aspectos hidromorfológicos en la evaluación del estado de las massas de agua en ambos países e particularmente en los acuerdos alcanzados en el marco del convénio de Albufeira? Y como se van a coordinar las acciones para abordar e mejorar el estado hidromorfológico de las massas de água entre los dos estados miembros en el marco del programa de medidas?

Portugal também desenvolveu estudos no sentido de intensificar e melhorar os critérios de classificação deste indicador de qualidade – os aspetos hidromorfológicos – um trabalho elaborado em colaboração com as universidades portuguesas, no sentido de melhorar, para as diferentes categorias, as características hidromorfológicas que podem influenciar o estado da massa de água. Os resultados do projeto em curso ao nível das bacias internacionais, projeto “Albufeira”, financiado pelo INTERREG, vão ser muito importantes porque, para as massas de água partilhadas, está a ser feita uma avaliação comum que, através de um projeto conjunto

entre Portugal e Espanha, vai permitir um olhar integrado para estas massas de água que são partilhadas e, de alguma forma, poder então ter o mesmo entendimento para melhor definir as medidas que são necessárias para atingir os objetivos ambientais. É um caminho que está a ser percorrido, não é matéria fácil, há que ponderar bem todos os elementos, mas esta articulação não deixará de ser feita e este projeto INTERREG vai ajudar a ter para estas massas de água partilhadas uma visão muito mais integrada dos dois países que vai favorecer depois a implementação dos planos.

3) Qual é a influência das alterações climáticas no desenho das QSiGA e dos PGRH?

Esta é uma questão que não é específica desta região hidrográfica, obviamente, e portanto é transversal ao planeamento de todas as regiões hidrográficas; de facto, um dos efeitos mais graves das alterações climáticas é o que respeita ao aumento expectável da frequência e da intensidade dos períodos de seca e, nesta medida, um dos critérios de seleção que foi aplicado à lista das potenciais questões significativas, que permitiu chegar à lista final de QSiGA, foi exatamente se a questão pode agravar-se devido a efeitos climáticos. Esteve, portanto, sempre presente desde o início da definição das questões significativas como um critério de seleção. Nas bacias internacionais, nos rios Minho e Lima, o escoamento está fortemente condicionado pelas aflúências provenientes de Espanha, sendo que esta condicionante é de facto mais crítica em situações de seca e de cheias. Os últimos anos hidrológicos, relativamente à precipitação, têm sido secos ou médios e esta situação em termos de cenários de alterações climáticas poderá ser mais frequente, o que torna particularmente importante o acompanhamento em contínuo do cumprimento do regime dos caudais consignados na convenção de Albufeira.

Nas orientações para os PGRH 2022-2017, neste 3.º ciclo, nos relatórios das QSiGA disponíveis no site da APA, há um conjunto de orientações em que precisamente está previsto nas alterações ao regime de escoamento fazer-se modelação, tendo em conta os cenários das alterações climáticas; também nesta questão significativa está previsto, como orientação, uma análise do impacto das alterações da QSiGA nas inundações. Refira-se, também, a degradação das zonas costeiras que são regularmente ameaçadas por fenómenos de galgamento e de erosão costeira, e que os efeitos das alterações climáticas tendem a acentuar estes fenómenos, portanto este é um assunto que também está presente nesta questão significativa.

Por fim, de referir também que neste 3.º ciclo, e no 2.º ciclo também dos PGRI, que estão a decorrer, em momentos semelhantes em Portugal e em Espanha, o mesmo acontecendo com a respetiva avaliação ambiental, a importância que tiveram as reuniões bilaterais realizadas entre as entidades portuguesas e espanholas no âmbito da preparação destes planos (os PGRI e os PGRH), tendo sido acordadas várias ações entre estes países, nomeadamente a integração dos efeitos ou, melhor dizendo, das alterações climáticas em ambos os planos, tanto ao nível do cálculo das disponibilidades hídricas futuras, como do mapeamento das áreas de risco. Dada a importância das alterações climáticas, realça-se mais uma vez que estão sempre presentes em todos os momentos ou em todas as fases de planeamento.

No âmbito do trabalho de identificação das QSiGA, foi decidido que se iria incluir na lista de potenciais QSiGA os efeitos das alterações climáticas e por isso estão lá as secas, inundações, a própria degradação das zonas costeiras, também alteração do regime de escoamento, ou seja, colocou-se aquilo que as alterações climáticas poderiam provocar e usaram-se as alterações climáticas como critério para cada QSiGA.

Nos planos, também como já foi referido, vão entrar os cenários climáticos e também todo o cálculo das disponibilidades hídricas futuras, tendo em conta esses cenários climáticos. Portanto, as alterações climáticas estão nos dois processos, estão nas QSiGA e também estarão até mais desenvolvidos no âmbito dos planos.

4) De que maneira as alterações climáticas, nomeadamente os eventos extremos secas e cheias podem conduzir à alteração da Convenção de Albufeira?

Relativamente àquilo que são os efeitos das alterações climáticas, elas estão a ser avaliadas quer em sede de planos próprios, quer também ao nível dos PGRH, que são planos de 6 anos e, portanto, mostram o impacto ao nível de serem atingidos os objetivos ambientais. No que diz respeito à Convenção, esta está em vigor, tem que ser cumprida, faz todo o sentido e tem feito toda a diferença para a gestão das massas de água. Os caudais estabelecidos ao nível da Convenção são caudais mínimos e portanto trata-se de caudais que estarão perfeitamente enquadrados naquilo que é a realidade atual, sem prejuízo de estudos que estão a ser realizados de forma conjunta entre os dois países, para avaliar a situação. O que não se pode é, de facto, colocar em causa o estado das massas de água, porque a quantidade de água, embora não seja nas águas superficiais um parâmetro que entre na classificação diretamente, está relacionada com o estado das massas de água, quer para os elementos físico-químicos, quer para os elementos de qualidade, nomeadamente os biológicos, onde tem um impacto substancial a redução dos caudais. Tanto Portugal como Espanha têm que “apostar” nas alterações climáticas, nomeadamente ao nível da escassez e das secas (ou seja, da diminuição das disponibilidades hídricas), fomentando o aumento do nível de eficiência que os vários sectores devem ter na utilização da água e garantindo sempre os caudais ambientais; a Convenção fala em caudais mínimos e, portanto, no fundo são caudais ambientais essenciais para a manutenção dos ecossistemas. A perspetiva a ter é a da implementação de atividades ambientalmente sustentáveis, ecossistemas com uma resposta positiva e, portanto, serem atingidos os objetivos ambientais, porque essa será a forma mais equilibrada para se obter um desenvolvimento não só a curto prazo, mas a médio prazo. Essa tem que ser a aposta e por isso, sem prejuízo dos estudos que estão em curso, o que não se pode esquecer é que os caudais que estão definidos na Convenção são caudais mínimos.

No fundo, é necessário haver preparação para lidar com eventos extremos, quer secas, quer inundações, e essa é uma realidade. Mas no caso particular da bacia do Minho e Lima, nesta boa articulação com Espanha, com a Confederação e no âmbito do projeto já referido, o RISC_ML (risc-ml.eu/risc_ml/2540-2/?lang=pt-pt), vão ser proporcionadas condições, ferramentas tecnológicas e modelos para essa preparação, com o apoio da Academia, quer da Universidade do Porto, quer da Universidade de Vigo.

5) As dificuldades de licenciamento e de fiscalização são apontadas como áreas com insuficiências ou ineficientes no âmbito da Governança. Que medidas são propostas ao nível de alteração do quadro legal e meios técnicos disponíveis para capacitar a Administração de mais competências e capacidades para apoio à tomada de decisão? E qual é a mais-valia de alguns processos de licenciamento se depois não existem mecanismos de verificação e controlo automatizados?

Esta é, de facto, uma questão importante. Foram consideradas duas QSiGA relativas ao licenciamento e à fiscalização por insuficiência ou por ineficiência e isto aconteceu neste ciclo e não aconteceu no ciclo anterior. Estas QSiGA foram consideradas e são efetivamente pertinentes. Elas estão, também, relacionadas com outras áreas da temática Governança. Há outra QSiGA, a medição e autocontrolo insuficiente, que também está relacionada com essas e que também é muito importante. Portanto, muito há a fazer nesta matéria e na preparação do programa de medidas, já numa fase seguinte, onde serão equacionadas aquelas que forem mais relevantes para a resolução destas QSiGA. No processo de identificação das QSiGA, a classificação das questões do tema Governança foi baseada na experiência dos serviços da APA,

tendo-se considerado que estas questões são transversais ao seu funcionamento e que são transversais, de certa maneira, também ao país.

A diminuição dos recursos humanos afetos ao licenciamento e fiscalização e o insuficiente (também) conhecimento das pressões, com lacunas de informação na medição e autocontrolo, também está, de certa maneira, relacionada. São problemas que importa resolver. Já muito tem sido feito mas, de facto, ainda há muito a fazer, nomeadamente na manutenção, na evolução do SILiAmb e na aplicação de uma abordagem combinada de licenciamento e de ações de fiscalização. Esta questão que está a ser colocada realmente reforça a importância da identificação destas duas questões, de licenciamento e fiscalização, o que não aconteceu, como referido anteriormente, no ciclo anterior.

Relativamente à legislação, existe legislação suficiente para lidar com estas questões; eventualmente poderão faltar alguns meios em termos de fiscalização e de acompanhamento e melhorar a qualidade do licenciamento.

O tema Governança é um tema que é transversal, quer ao 1.º ciclo, como ao 2.º ciclo e ao 3.º ciclo de planeamento, mas tem diferentes pesos ou pode ser colocado a diferentes níveis. Por um lado, a necessidade de capacitação institucional das ARH, com recursos humanos especializados e as novas ferramentas tecnológicas que têm vindo a ser implementadas. Tudo aquilo que tem a ver com a fiscalização e com o autocontrolo passa muito por haver sistemas automáticos de controlo. Foi feito um trabalho muito particular no rio Tejo, iniciado em 2018, o qual se pretende alargar a outras regiões hidrográficas, e que consiste em implementar sistemas automáticos de controlo das descargas dos efluentes das indústrias, das ETAR urbanas, num sistema automático de informação (visualizado através de um smartphone), permitindo saber rapidamente se há uma descarga não conforme. Pretende-se, assim, ter um sistema automático na própria descarga ou mesmo no rio, com um sistema de reporte, que analise regularmente, tornando-se possível saber se alguma coisa de anormal está a acontecer na massa de água. No fundo, está aqui uma mudança, quase de paradigma, através da aposta nas novas ferramentas tecnológicas, para que rapidamente a Administração possa controlar a qualidade das massas de água. Essa é uma aposta que tem de ser feita: do lado da Governança, reforçar os sistemas de informação e usar ferramentas tecnológicas.

Também é muito importante referir a cooperação transfronteiriça; em Portugal mais de 50% dos recursos hídricos provêm de Espanha. Sendo um país de jusante, é mesmo essencial trabalhar conjuntamente para criar metodologias ou formas de articular procedimentos para gerir melhor o recurso água.

Depois há o processo de comunicação, de participação. É necessário encontrar – e esta pandemia trouxe novos desafios – uma forma de envolver mais os utilizadores da água, os usuários, aqueles que têm mais a perder ou a ganhar com a boa gestão das bacias hidrográficas. É um tema central, encontrar uma forma de os envolver mais neste processo, porque assim será um melhor processo, mais legítimo, em suma, um processo mais democrático. Este é um compromisso da APA, naquilo que é o seu modelo institucional atual para a gestão da água (um modelo que sofreu alterações entre 2008 e 2012, passando da gestão por bacia hidrográfica através das ARH com autonomia financeira e administrativa, para a sua integração na APA). Um modelo que acima de tudo incorpora aquilo que tem de melhor: a articulação e integração de uma extensão de proximidade e de uma extensão mais central.

6) Como se articulam os planos de bacia e as QSiGA com os planos intermunicipais/regionais de adaptação às alterações climáticas que têm vindo a ser elaborados em Portugal e Espanha?

Os PGRH têm um programa de medidas dedicado à adaptação às alterações climáticas onde irão constar as medidas necessárias para se atingir o bom estado das massas de água. No entanto,

os planos intermunicipais/regionais de adaptação às alterações climáticas serão mais abrangentes e, com certeza, terão mais medidas do que apenas as relativas à gestão da água.

7) Como funciona a tributação portuguesa para que a considerem insuficiente ou ineficaz, e que ações novas se podem implementar?

Se, neste contexto, considerarmos tributação portuguesa a aplicação da TRH, se esta fosse suficiente e eficaz teríamos mais resultados em termos de eficiência hídrica. As novas ações previstas são maior fiscalização para que todos os utilizadores paguem efetivamente esta taxa e a revisão dos coeficientes de escassez por região na aplicação da TRH.

8) E a questão das espécies invasoras, uma vez que os elementos biológicos são essenciais para a avaliação da qualidade da água? Os índices devem ser sensíveis e ter em conta esta realidade, para todos os grupos taxonómicos.

Os índices utilizados para a classificação dos elementos de qualidade biológicos no âmbito da Diretiva Quadro da Água (DQA) foram desenvolvidos tendo por base as definições normativas estabelecidas nesta Diretiva e foram sujeitos a Exercícios de Intercalibração, promovidos pela Comissão Europeia, que visaram assegurar a comparabilidade entre Estados-Membros e, ao mesmo tempo, o cumprimento da DQA. O recurso a vários elementos de qualidade biológicos permite caracterizar diferentes escalas temporais e espaciais, mas também diferentes pressões. Conforme os casos, as espécies exóticas invasoras são consideradas de forma direta ou indireta: uma espécie invasora pode representar um decréscimo de qualidade de forma direta quando o índice de qualidade inclui métricas específicas para este tipo de pressão, ou de forma indireta, quando estas espécies são consideradas, por exemplo, como indicadoras de perturbação ou pela sua abundância. A problemática das espécies invasoras é também alvo de análise no contexto da inventariação das pressões biológicas, sendo recolhida informação relativamente às espécies registadas nas diferentes regiões hidrográficas, com base nos dados obtidos durante os trabalhos de monitorização e ainda com base em informação bibliográfica e outras fontes de dados disponíveis. Desta forma, as espécies invasoras são tidas em consideração quer na avaliação do estado, quer na avaliação das pressões.

9) No seguimento da sessão, solicita-se informação acerca da posição da APA em relação a novos investimentos em explorações mineiras (ex. serra d arga) e possíveis impactos na qualidade da água nos rios Minho e Lima.

Não se insere no âmbito da sessão pois não se trata da análise de uma QSiGA existente. Relativamente a qualquer exploração mineira, a APA pronuncia-se em sede de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

RH2 - Sessão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça 7 de julho de 2020

No âmbito da 2.ª fase da elaboração do PGRH do Cávado, Ave e Leça (RH2) do 3.º ciclo, 2022-2027, a APA, através do departamento regional Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA).

Considerando a situação excecional do Estado de Emergência decretado no contexto do combate à pandemia COVID-19 (que esteve em vigor desde 1 de abril até 29 de julho de 2020), a sessão foi realizada por meio de uma videoconferência *online* (*webinar*) na plataforma ZOOM, no dia 7 de julho de 2020, entre as 15h00m e as 16h30m.

A agenda da sessão foi constituída pelos seguintes pontos:

1. Boas vindas;
2. Apresentação das QSiGA identificadas na RH;
3. Respostas a questões colocadas pelos participantes;
4. Encerramento.

Tendo como objetivos a apresentação das principais QSiGA identificadas na RH2, bem como o debate possível com os diversos *stakeholders*, a sessão contou com um total de 57 inscrições realizadas *online*, sendo que a assistência foi de 68 pessoas, na sua maioria a título individual, em representação de empresas de diversos setores, de organismos da Administração Pública Local e Central/Regional, assim como de associações profissionais.

Como oradores nas sessões para a abertura, apresentações, debate e encerramento estiveram os seguintes elementos da APA:

- José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente do Conselho Diretivo;
- Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte;
- Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos (DRH);
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH;
- Susana Sá, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- João Mamede, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte.

Como orador convidado, participou Rodrigo Maia, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Secretário-Geral do Conselho de Região Hidrográfica do Norte.

Inês Andrade, Administradora Regional da ARH do Norte, procedeu à abertura da sessão, dando as boas-vindas institucionais e introduzindo a temática da sessão, descrevendo a importância dos PGRH para a gestão da água na atual fase do ciclo de planeamento e as atividades envolvidas, e chamando a atenção para a importância da participação pública na revisão e atualização dos planos, em particular no âmbito das QSiGA.

Seguiu-se uma breve apresentação, por Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte, dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados obtidos no sentido da identificação de uma proposta de QSiGA para a RH2. Foi também reforçada a informação relativa aos mecanismos de participação disponíveis no processo, em curso, de consulta pública.

Apresentou, ainda, um pequeno questionário *online* para resposta pelos participantes durante a sessão, cujo tratamento está descrito no relatório de Participação Pública.

Seguiu-se a fase das perguntas colocadas pelos participantes na sessão e correspondentes respostas pelos técnicos da APA, que foi conduzida por João Mamede, da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte. As questões foram colocadas através de e-mail, sendo que a maioria foi respondida durante a sessão e tendo sido informado que as restantes seriam respondidas posteriormente por escrito. No entanto, considera-se pertinente que as mesmas fiquem registadas no relatório e daí a elaboração desta síntese.

Inês Andrade agradeceu a colaboração dos participantes e passou a palavra a Rodrigo Maia para este fazer a conclusão da sessão e, depois, o fecho por José Carlos Pimenta Machado.

No final, foi solicitado aos participantes que respondessem a um inquérito de avaliação da sessão que seria enviado por e-mail (o tratamento dos respetivos resultados consta do relatório de participação pública).

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes bem como as respostas/ponderação da APA:

1) Implementação insuficiente e /ou ineficiente do regime de caudais ecológicos.

Ainda existem muitas infraestruturas hidráulicas sem implementação de caudais ecológicos, uma vez que a definição e implementação de um RCE adequado é um processo complexo que obriga, para além de estudos das componentes ambientais, a uma análise técnica das condições de exploração e de segurança das barragens e a uma análise socioeconómica, seja em termos de análise custo-benefício, seja em termos de compatibilização de usos e utilizadores da água.

Assim, há que melhorar esta questão com definição de medidas estratégicas para estabelecimento dos caudais ecológicos nas barragens, com base no guia nacional, e definindo prioridades de atuação, que servirão de base aos processos de licenciamento neste âmbito.

Adicionalmente, serão definidas medidas específicas no PGRH, em complemento das já atualmente previstas, no sentido de agilizar a operacionalização da implementação do RCE.

2) Se identificarmos cursos de água com espécies invasoras como o jacinto-de-água como devemos proceder?

De facto, existem nesta Região Hidrográfica fortes pressões exercidas por estas espécies exóticas no estado de conservação das espécies autóctones, habitats e na biodiversidade em geral. Não se deve tentar removê-las ou levá-las para casa ou outros locais. Deve-se contactar o SEPNA da GNR, que avaliará a situação junto da APA ou do ICNF. A remoção destas plantas deve ser feita com procedimentos específicos controlados, sobretudo tratando se de uma espécie que cria raízes no leito das linhas de água e que facilmente se movimenta para outros locais ao longo do rio, criando novamente raízes.

O papel dos municípios tem sido fundamental no desenvolvimento de ações de controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras aquáticas, nomeadamente *Myriophyllum aquaticum* e *Egeria densa*. Nesta matéria tem sido feito um grande investimento, sendo que estas ações permitem também avaliar a eficácia dos métodos aplicados, bem como a criação de novas soluções de monitorização de espécies invasoras que permita uma melhor prevenção e deteção atempada de focos destas espécies.

3) Gostaria de saber se está prevista no âmbito das QSIGA para esta RH a avaliação e monitorização de lixo flutuante (macro e micro partículas de plásticos e outras substâncias similares) que possam vir a ter impacto no ambiente marinho e nas atividades económicas,

por acumulação de lixo nos sedimentos em áreas críticas - portos, áreas de pesca ou de culturas agrícolas, turismo balnear, etc.

Os microplásticos, pela sua perigosidade e impacto nos ecossistemas marinhos são uma grande preocupação e está atualmente a ser implementada a sua monitorização, considerando as obrigações da nova Diretiva da água para consumo humano. É efetivamente necessário conhecer a situação destes microplásticos, destes poluentes de preocupação emergente nas bacias nacionais, pois chegarão às zonas costeiras e daí ao próprio mar. Sendo uma obrigação imposta pela Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha, a avaliação e monitorização do lixo flutuante está dependente de informação sobre os inputs que chegam às zonas costeiras oriundos das linhas de água e dos estuários. Neste sentido, o 3.º ciclo de planeamento atualmente em curso inclui uma ligação com a Estratégia Marinha, de forma a atingir conjuntamente os referidos objetivos. Como tal, é importante a articulação entre as entidades que gerem estas duas diretivas, de forma a unir esforços, recursos, a partilhar informação e até a desenvolver iniciativas e projetos conjuntos para a realização desta monitorização. A própria monitorização, ao informar sobre o estado dos microplásticos, vai apoiar medidas corretivas e, como tal, contribuir para a melhoria do estado das massas de água.

4) Da listagem das (22) QSIGA, retirando a área da Governança, restam 16 para as 6 restantes Áreas Temáticas (AT), das quais metade ligadas à Qualidade (AT2:5) e Quantidade (AT3:3), das restantes (3) ligadas à Biodiversidade (AT4) e (2) à Gestão de Riscos (AT5), algumas (nomeadamente no Rio Cávado) relacionadas com a existência de AHidroelétricos (AHs).

4.1) O Relatório de Avaliação da Implementação dos PGBH da EU (Fev. 2019) refere (13.3) que “Uma porção significativa de barragens ainda não têm Caudais Ecológicos (CE) definidos e que foram ou vão ser implementados programas de monitorização para definir os Regime CE (RCE). Q1) Esse é o caso dos principais AHs da RH2?

Neste 3.º ciclo dos PGRH estamos a definir medidas exatamente para melhorar esta questão. Nesta RH, apesar da maioria dos AH ter RCE estabelecido, ainda existem alguns casos em que este não é efetivamente libertado.

4.2) Os RCEs definidos para descargas dos AHs têm evidenciado o cumprimento dos objetivos da DQA? 2.1 Se sim, porque se torna necessária a Medida (AT3): “Definição de monitorização da eficácia do RCE”?

Neste 3º ciclo dos PGRH estamos a definir medidas exatamente para melhorar esta questão. Nesta RH, existem alguns AH que têm medidas de avaliação da eficácia do regime de caudais ecológicos.

5) Se e como se perspetiva a Medida: “implementação de soluções de transposição” piscícola atentos os principais AHs da RH2?

Neste 3º ciclo dos PGRH estamos a definir medidas exatamente para melhorar esta questão. Nesta RH, existem alguns AH que têm dispositivos de transposição para peixes.

6) Se e como se perspetiva a descarga de caudais sólidos nos principais AHs da RH2?

A descarga de caudais sólidos, sendo uma matéria complexa, terá que ser alvo de uma análise aprofundada num plano específico sobre esta matéria.

7) Que informação hidrológica, hidrométrica e de qualidade da água, para além da monitorização trimestral/semestral, foi acrescentada neste novo ciclo de planeamento relativamente ao ciclo anterior?

No âmbito da Diretiva Quadro da Água, a monitorização das massas de água é efetuada de acordo com o preconizado na legislação e protocolos de amostragem em vigor, a qual, no caso

de massas de água do tipo rio, prevê a realização de quatro campanhas de parâmetros físico-químicos e químicos (uma campanha por estação do ano), bem como a monitorização de elementos biológicos e hidromorfológicos durante a primavera.

Relativamente às massas de água subterrâneas, a monitorização da qualidade é efetuada semestralmente, coincidindo com o período das águas baixas e altas, enquanto a monitorização de quantidade é realizada mensalmente.

8) As medidas que têm vindo a ser adotadas refletem-se em melhorias e podem ser comprovadas por dados de monitorização?

As medidas do 2.º ciclo ainda se encontram em implementação, uma vez que o mesmo termina em 2021. Assim, a classificação do estado das massas de água para o 3.º ciclo ainda não vai refletir os resultados da adoção de todas as medidas do 2.º ciclo. Mas só através de dados de monitorização é que podemos comprovar se a massa de água está, ou não, a melhorar e da necessidade, ou não, de novas medidas.

9) Qual a informação hidro-morfológica em que se baseiam as QSiGA relacionadas com inundações e erosão costeira?

Os dados históricos de que a APA dispõe e que continua a recolher sobre as inundações de origem fluvial e costeira, bem como a degradação de zonas costeiras (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar), que em conjugação com os critérios adotados para definir e estabelecer se uma questão tem significância e dimensão ao nível da Região Hidrográfica, contribuíram para identificar questões significativas para estas matérias. Também tem sido reportado, por diferentes entidades, um conjunto de eventos e ocorrências que sustentam a importância que as inundações e a degradação costeira merecem para serem consideradas como questões significativas. Acresce ainda que, em cenário de alterações climáticas, tem-se vindo a registar o aumento da frequência de fenómenos extremos com implicações diretas nos processos hidráulicos e hidrológicos e, conseqüentemente, no estado das massas de água.

Para além do mencionado anteriormente, convém referir que a definição das QSiGA assenta num conjunto de informação hidromorfológica que suporta outras figuras de planeamento e ordenamento, a diferentes níveis e escalas de atuação, nomeadamente o Programa da Orla Costeira, em fase de aprovação, e os Instrumentos de Gestão Territorial –IGT, entre outros.

10) Nestas regiões hidrográficas (RH1 e RH2) a área de culturas de regadio (que são sobretudo culturas de primavera-verão) tem vindo a decrescer ao longo dos anos. Também se constata que o sector agrícola utiliza cada vez mais sistemas de rega mais eficientes. Nestas regiões hidrográficas o regadio tradicional detém grande expressão e tem vindo a ser intervencionado desde os anos 80 com o objetivo de diminuir as perdas de água ao longo do sistema de distribuição. Todos sabemos, além disso, que este sistema de rega, durante grande parte do ano, faz retornar às linhas de água uma grande parte da água que é captada nessas mesmas linhas de água. Sem agricultura de regadio nestas zonas o que existe é abandono. Abandono, significa mais incêndios. O que é preferível? O que é mais benéfico em termos ambientais?

A agricultura é grande utilizador, mas tem investido, tem melhorado os sistemas de rega, tem diminuído os consumos. Não sabemos se o mesmo se passa nos outros sectores.

Porque não se estuda a relação gastos/benefícios/produktividade/proteção de paisagem, da agricultura em comparação às restantes atividades e utilizadores?

A agricultura de regadio tal como outra atividade económica que utiliza a água no seu processo produtivo restitui uma parte do volume captado ao meio natural para as linhas de água ou para os aquíferos subterrâneos, daí a importância acrescida do setor agrícola no ciclo da água.

Reconhece-se a importância que o regadio assume na atividade agrícola e no desenvolvimento e dinâmica socioeconómica dos territórios, evitando assim o abandono da atividade produtiva e a degradação crescente da paisagem rural e dos ecossistemas.

Importa também referir que o setor agrícola tem demonstrado uma crescente evolução e adaptação aos princípios de sustentabilidade e de valorização dos recursos naturais e da biodiversidade. Neste contexto, tem-se assistido à definição de orientações e implementação de medidas que visam a adoção de sistemas de rega com maior potencial de eficiência, contribuindo assim para uma poupança potencial de água. No entanto, verifica-se que existe uma lacuna histórica relativamente aos dados de volumes captados, utilizadores/regantes, culturas e áreas regadas, entre outros, que permitam evidenciar uma redução dos consumos e consequentemente um aumento da eficiência dos sistemas de rega, nomeadamente nos perímetros de rega dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.

Também se reconhece que existe uma dificuldade acrescida na recolha dos dados de um conjunto de agricultores dispersos, e que por vezes têm rega apenas nalguns terrenos, o que não acontece nos terrenos e utilizadores que se encontram em áreas servidas por Aproveitamentos Hidroagrícolas. Considera-se que estes já têm implementados mecanismos e sistemas que visem a recolha e sistematização de todos os dados, no sentido de definir indicadores que mostrem a importância do regadio na agricultura e que respondam aos desígnios da gestão e planeamento dos recursos hídricos. O estudo e análise comparativa entre as diferentes atividades económicas e utilizadores do recurso água é fundamental para todo o processo de planeamento dos recursos hídricos, por isso foram identificadas duas QSiGA na área temática de comunicação e sensibilização, nomeadamente o “Insuficiente envolvimento dos setores e participação pública” e o “Insuficiente envolvimento e disponibilização de informação, pelos diferentes setores, relativos às utilizações da água”. Os processos de planeamento assentam no envolvimento e participação de todos os stakeholders, através da partilha de dados, informação e conhecimento (metodologias, projetos, experiências entre entidades institucionais e a sociedade civil), permitindo assim direcionar esforços para áreas onde existe maior défice de conhecimento, evitar duplicação de esforços humanos e financeiros e por conseguinte assegurar processos de tomada de decisão mais sustentados. Por outro lado, permite também diminuir eventuais conflitos por desconhecimento ou falta de informação e promover um maior entendimento dos problemas ambientais e da contribuição dos vários setores para a melhoria do estado das massas de água e atingir os objetivos ambientais.

11) Genericamente tem-se a ideia que a região do Entre-Douro e Minho na qual se localizam as bacias do Cávado, Ave e Leça não tem problemas de disponibilidade de água até pela presença de pequenas linhas de água e das suas paisagens verdejantes. Na área temática de Quantidade de Água identificaram a QSiGA de escassez de água para esta RH. Quais os motivos técnicos que estiveram nesta seleção?

O Índice de escassez WEI+ é definido como a razão entre o volume total de água captado e as disponibilidades hídricas renováveis. Assim, mesmo que uma determinada região tenha muitas disponibilidades de água, se existirem muitos consumos setoriais, podemos ter escassez. No caso da RH2, as bacias do Ave e do Leça, tem volumes captados elevados que provocam este desequilíbrio.

RH3 - Sessão da Região Hidrográfica do Douro 10 de julho de 2020

No âmbito da 2.ª fase da elaboração do PGRH do Douro (RH3) do 3.º ciclo, 2022-2027, a APA, através do departamento regional Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA).

Considerando a situação excecional do Estado de Emergência decretado no contexto do combate à pandemia COVID-19 (que esteve em vigor desde 1 de abril até 29 de julho de 2020), a sessão foi realizada por meio de uma videoconferência *online* (*webinar*) na plataforma ZOOM, no dia 10 de julho de 2020, entre as 10h30m e as 12h00m.

A agenda da sessão foi constituída pelos seguintes pontos:

1. Boas vindas;
2. Apresentação das QSiGA identificadas na RH;
3. Respostas a questões colocadas pelos participantes;
4. Encerramento.

Tendo como objetivos a apresentação das principais QSiGA identificadas na RH3, bem como o debate possível com os diversos *stakeholders*, a sessão contou com um total de 84 inscrições realizadas *online*, sendo que a assistência foi de 68 pessoas, na sua maioria em representação de empresas de diversos setores, de organismos da Administração Pública Central, Regional e Local e a título individual.

Como oradores nas sessões para a abertura, apresentações, debate e encerramento estiveram os seguintes elementos da APA:

- José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente do Conselho Diretivo;
- Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte;
- Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos (DRH);
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH;
- Susana Sá, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- João Mamede, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte.

Como orador convidado, participou Rodrigo Maia, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Secretário-Geral do Conselho de Região Hidrográfica do Norte.

Inês Andrade, Administradora Regional da ARH do Norte, procedeu à abertura da sessão, dando as boas-vindas institucionais e introduzindo a temática da sessão, descrevendo a importância dos PGRH para a gestão da água na atual fase do ciclo de planeamento e as atividades envolvidas, e chamando a atenção para a importância da participação pública na revisão e atualização dos planos, em particular no âmbito das QSiGA.

Seguiu-se uma breve apresentação, por Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte, dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados obtidos no sentido da identificação de uma proposta de QSiGA para a RH3. Foi também reforçada a informação

relativa aos mecanismos de participação disponíveis no processo, em curso, de consulta pública. Apresentou, ainda, um pequeno questionário *online* para resposta pelos participantes durante a sessão, cujo tratamento está descrito no relatório de Participação Pública.

Seguiu-se a fase das perguntas colocadas pelos participantes na sessão e correspondentes respostas pelos técnicos da APA, que foi conduzida por João Mamede, da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte. As questões foram colocadas através de e-mail, sendo que a maioria foi respondida durante a sessão, tendo sido informado que as restantes seriam respondidas posteriormente por escrito. No entanto, considera-se pertinente que as mesmas fiquem registadas no relatório e daí a elaboração desta síntese.

Inês Andrade agradeceu a colaboração dos participantes e passou a palavra a Rodrigo Maia para este fazer a conclusão da sessão e, depois, o fecho por José Carlos Pimenta Machado.

No final, foi solicitado aos participantes que respondessem a um inquérito de avaliação da sessão (o tratamento dos respetivos resultados consta do relatório de participação pública).

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes bem como as respostas/ponderação da APA:

1) No decurso do 2.º ciclo há uma “diminuição” da qualidade da água. Foram identificados os factores que contribuíram para tal?

Efetivamente, verifica-se uma redução do número de massas de água em bom estado/potencial entre a avaliação efetuada para o 2.º ciclo e a avaliação intercalar, existindo várias razões que podem explicar esta aparente degradação de qualidade.

Uma das razões, sendo possivelmente o fator que contribui em maior percentagem, é o aumento da monitorização das massas de água verificado entre estas duas avaliações. Se para o 2.º ciclo a maioria das massas de água foi classificada com base em modelação, agrupamento de massas de água e/ou análise pericial, para a avaliação intercalar os papéis inverteram-se. Assim sendo, houve um aumento do conhecimento da real qualidade das linhas de água, situação esta que se reflete nas novas classificações das massas de água.

Adicionalmente existem outros fatores que, independentemente ou em conjunto, podem também justificar esta situação, dos quais se destaca:

- alterações ao sistema de classificação, com limiares mais restritivos para alguns elementos biológicos;
- campanhas de monitorização que coincidiram com períodos de seca (2017/18), o que prejudica a avaliação dos elementos biológicos;
- a existência de um forte vaga de incêndios, que tiveram efeitos significativos nas linhas de água (arrastamento de terras após precipitação, margens não consolidadas por falta de vegetação ribeirinha, etc.);
- alterações climáticas, com redução dos caudais nas linhas de água e aumento do stress sobre os vários elementos biológicos.

2) Na área temática Biodiversidade, desejava chamar a atenção para a necessidade de reconstituição da continuidade fluvial e dum Plano de remoção de infraestruturas transversais. Isto é indicado que tem sido feito, embora saibamos que o levantamento das infraestruturas transversais, titularidade, utilizações, segurança e impactos esteja por realizar. A restauração de ecossistemas aquáticos, nomeadamente no pós-fogo, renaturalização de sistemas artificializados (rios retificados, leitos linearizados, destruição de

zonas ripárias), é também muito insuficiente. Qual a prioridade e metodologia que a restauração hidromorfológica, no sentido de diminuir a enorme fragmentação existente, vai ter no âmbito do 3.º ciclo desta Bacia e meios alocados?

Neste 3.º ciclo dos PGRH estamos a fazer um grande esforço de levantamento e sistematização das pressões hidromorfológicas e estamos também a definir medidas exatamente para melhorar a questão das metodologias a utilizar e das prioridades de implementação deste tipo de medidas.

3) Face ao regime de exceção provocado pela pandemia, haverá alteração dos prazos previstos para as diferentes fases do PGRH?

Com o atraso do processo de participação pública das QSiGA isso levará, certamente, a um atraso em todo o processo de elaboração das versões provisórias dos PGRH.

4) Quais serão as prioridades de investimento e em quais dessas tipologias se espera poder aplicar os fundos que chegarão da Comissão Europeia para fazer face à crise económica que se perspetiva?

As medidas definidas nos PGRH vão ter uma metodologia de prioridade de implementação tendo em conta vários fatores, desde a tipologia de medidas, estado da(s) massa(s) de água, zonas protegidas e o objetivo ambiental, para dessa forma se priorizar os investimentos e, consequentemente os fundos comunitários.

5) De que forma os Planos (PGRI/PGBH) promovem a minimização do risco de rotura ou galgamento de infraestruturas hidráulicas?

A questão dos riscos de rutura e galgamento das infraestruturas hidráulicas (grandes barragens) é um tema que será tratado no PGRH.

6) E para quando a efectiva operacionalização do artigo 43.º da Lei da Água, no sentido de serem efectivamente delimitadas as zonas de risco, para que os PMOT's possam efectivar as condicionantes ao uso do solo em zonas de risco de rotura ou galgamento?

A Diretiva das Inundações prevê a delimitação de áreas inundadas onde os impactos na população, no ambiente, nas atividades económicas e no património sejam significativos. A identificação das áreas mais críticas pode ter por base eventos de inundações passados, eventos futuros em cenários de alterações climáticas. Coloca à decisão de cada estado membro avaliar situações de rotura e galgamento de barragens ou falha de sistemas de drenagem de águas pluviais.

No grupo de trabalho de inundações da comissão europeia não houve ainda nenhum exercício de modelação de áreas inundadas por rotura de barragens, por qualquer estado membro.

No âmbito da implementação do Regulamento de Segurança de Barragens, estabelece a alínea d, do artigo 50.º que o Plano de Emergência Interno deve integrar um mapa de inundação que inclua o “colapso da barragem”. Contém ainda todos os procedimentos que devem ser adotados nesta situação, devidamente articulada com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Estabelece ainda o mesmo regulamento que deve ser elaborado um Plano de Emergência Externo, este da responsabilidade entidade territorialmente competente do sistema de proteção civil, nos termos da Lei de Bases de Proteção Civil.

Os PMOT, conforme estabelecido no RJGT, Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, devem assegurar a devida reserva relativamente às condicionantes “como as necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal.”

7) AT1 - Espanha prevê (no correspondente ETI, Esquema de Temas Importantes) “A realização de um Plano de Ação que permita enfrentar os problemas da contaminação difusa e em particular os de contaminação por nitratos procedentes de fontes agrárias.” Atenta a relevância da agricultura e, nomeadamente as QSIGA referidas para a AT2 (Qualidade da Água), justificar-se-ia tal para Portugal?

Sim, porque é um problema recorrente no nosso país. Nesse sentido, vamos ter este aspeto em atenção na definição das medidas.

8) AT2 - Sendo que um dos problemas neste âmbito é a “Degradação da Qualidade da Água afluente de Espanha (ES)”, como e a que nível é que se efectiva a coordenação com ES na implementação das medidas neste âmbito? e

- o que é que está a ser feito e/ou é previsto fazer em termos de monitorização conjunta e melhoria dessa qualidade?

O acompanhamento da elaboração e execução dos PGRH da parte Espanhola e Portuguesa da Bacia Hidrográfica do Tejo é realizado periodicamente no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC). A CADC é um importante instrumento de articulação entre os dois países para, em conjunto, encontrar os melhores mecanismos para atingir os objetivos comunitários, nomeadamente os relativos à implementação da Diretiva Quadro da Água, a que ambos os países estão obrigados.

Em 2019 foi iniciado um projeto conjunto financiado pelo Programa Interreg- POCTEP designado “Albufeira” designado por “Programa Conjunto de Avaliação das massas de água das bacias hidrográficas hispano-portuguesas”. O projeto Albufeira visa melhorar a coordenação das ações de promoção e proteção do bom estado das massas de água partilhadas entre Espanha e Portugal para a sua proteção e utilização sustentável. Para isso, serão harmonizadas as metodologias de avaliação do estado ou potencial ecológico e definidos os objetivos e medidas necessárias para alcançá-los.

A gestão das áreas protegidas e sua interligação com os objetivos da DQA será avaliada por meio de metodologias que integrem os requisitos da DQA aos da Rede Natura, melhorando assim a proteção coordenada das espécies e habitats de grande valor associadas às áreas coincidentes com as massas de água partilhadas.

Foram definidos quatro blocos de atividades temáticas:

- Harmonização de metodologias de avaliação do estado/potencial ecológico das massas de água partilhadas;
- Monitorização conjunta do estado/potencial ecológico das massas de água partilhadas;
- Desenvolvimento de metodologias de integração dos objetivos ambientais da DQA com a Diretiva Habitats;
- Sensibilização para promover a cooperação das bacias internacionais.

Os trabalhos deste projeto estão em fase de conclusão, tendo sofrido o atraso de um ano devido à pandemia que dificultou as ações de monitorização conjunta.

9) AT3 - Todas as QSIGAS indicadas nesta área – Diminuição dos caudais afluentes de ES; Implementação insuficiente e/ou ineficiente do RCE; Alterações do regime de escoamento – reportam total ou parcialmente e /ou indirectamente a ES.

Como e em que medida é que estas questões e correspondentes medidas são enquadradas pela Convenção da Albufeira (CA)? Está prevista a adequação/alteração do Regime

(Provisório) de Caudais Mínimos Garantidos (definidos pela CA) ao RCE a definir/acordar para os troços transfronteiriços (e a montante e a jusante destes)?

A Convenção de Albufeira é um tratado bilateral acordado em 30 de novembro de 1998 e entre outros aspetos regula o regime de caudais em secções selecionadas, em obediência aos princípios do uso razoável e equitativo e do não dano.

No processo negocial, para a definição dos regimes de caudais, as partes analisaram a situação em cada bacia hidrográfica, consideraram o histórico dos registos hidrometeorológicos e inventariaram os usos da altura e previstos e simularam as condições futuras para diferentes cenários.

Em 2008 este regime foi densificado com base estudos que integraram a caracterização biofísica, hidrológica (escoamento) e climatológica (precipitação); as infraestruturas hidráulicas existentes; os usos dos diversos setores da água e a ele foram acrescentadas obrigações de caudais trimestrais e semanais mínimos e apenas ficou por resolver o regime do caudal do Baixo Guadiana (secção de Pomarão), para a qual Portugal adotou em 2005, um regime de caudais ecológicos. Esta análise teve ainda por base os dados das variáveis hidrometeorológicas, garantido desta forma que os regimes de precipitação e escoamento das décadas mais recentes incluindo os primeiros anos deste século.

A revisão da Convenção Albufeira é um processo bilateral complexo, de natureza técnica, mas sobretudo político-diplomático dependente da vontade das duas Partes.

Na perspetiva de Portugal, seria desejável a densificação do regime de caudais e não a sua alteração, designadamente com a adoção de um caudal mínimo diário, mais consentâneo com as necessidades ambientais. Os caudais definidos são mínimos e essenciais para a manutenção dos ecossistemas, pois o cumprimento da DQA é também um desígnio dos dois países. Antes de serem alterados os caudais ambientais (pois os caudais da Convenção são isso mesmo) devem os dois países apostar na eficiência dos usos e na adaptação dos usos dos territórios às disponibilidades hídricas.

10) AT5 - Qual o grau de coordenação com Espanha em termos de Gestão de Situações de Secas? Para quando a definição de indicadores de seca e escassez comuns (de acordo com o previsto na Convenção da Albufeira).

Espanha tem “Planos de Sequias” e Portugal também vai elaborar os Planos de Gestão de Seca e Escassez. A definição de indicadores de seca e escassez comuns tem sido discutido no seio da CADC.

11) La monitorización que España lleva a cabo de las masas de agua compartidas del Duero (albufeiras) no apuntan a un empeoramiento de la calidad de las aguas del Duero. ¿Los datos de la monitorización de Portugal en relación con la calidad de las aguas en el tiempo, apuntan a un empeoramiento?

Existem diferenças nos sistemas de classificação utilizados pelos dois países e por isso se está a desenvolver um projeto financiado pelo Programa Interreg- POCTEP designado “Albufeira” designado por “Programa Conjunto de Avaliação das massas de água das bacias hidrográficas hispano-portuguesas”. O projeto Albufeira visa melhorar a coordenação das ações de promoção e proteção do bom estado das massas de água partilhadas entre Espanha e Portugal para a sua proteção e utilização sustentável. Para isso, serão harmonizadas as metodologias de avaliação do estado ou potencial ecológico e definidos os objetivos e medidas necessárias para alcançá-los.

Foram definidos quatro blocos de atividades temáticas:

- Harmonização de metodologias de avaliação do estado/potencial ecológico das massas de água partilhadas;
- Monitorização conjunta do estado/potencial ecológico das massas de água partilhadas;
- Desenvolvimento de metodologias de integração dos objetivos ambientais da DQA com a Diretiva Habitats
- Sensibilização para promover a cooperação das bacias internacionais.

Os trabalhos deste projeto estão em fase de conclusão, tendo sofrido o atraso de um ano devido à pandemia que dificultou as ações de monitorização conjunta.

12) *En relación con la cantidad de agua, para España el régimen de los caudales establecidos por el Convenio de Albufeira son una restricción previa al uso del agua, de manera que las nuevas licencias de uso del agua tienen en cuenta la exigencia de cumplir el Convenio de Albufeira. Al margen de esto, ¿ha detectado Portugal que los caudales aportados desde España apunten a que hay una reducción de caudales en el tiempo?*

O cumprimento do regime de caudais definido na Convenção é uma obrigação das partes que devem garantir uma gestão das reservas para garantir o regime de caudais, conforme determina os n.ºs 3 e 4 do artigo 16.º da Convenção.

Artigo 16º, “Caudais”

3 — Cada Parte assegura, no seu território, a gestão das infraestruturas hidráulicas de modo a garantir o cumprimento dos caudais fixados.

4 — Qualquer captação de águas, independentemente do uso e destino geográfico dessas águas, supõe o cumprimento do regime de caudais e das demais disposições da Convenção.

Portugal tem assegurado que nos atos de licenciamento realizados, que a gestão dos aproveitamentos tenha em consideração em primeiro lugar a garantia dos volumes necessários ao cumprimento do regime da Convenção.

13) *Con respecto a las masas de agua del Tâmega en el análisis de presiones, los tipos de presiones significativas proceden de contaminación puntual, contaminación difusa por agricultura y ganadería y extracción: ¿tienen identificadas cuántas de estas presiones proceden de la parte española del Tamega y cuántas del Tâmega portugués?*

Nas massas de água do alto Tâmega, existe um conjunto de pressões pontuais e difusas tanto em território português, como espanhol, que têm impacto significativo no estado destas massas de água. No que respeita à quantificação das pressões, no âmbito dos trabalhos do 3.º ciclo do PGRH está em curso a recolha e tratamento das pressões tópicas e difusas, bem como a análise comparativa relativamente ao ciclo anterior, quer no território português, quer na parte espanhola da bacia do Tâmega. Este processo tem subjacente a articulação e comunicação com a *Confederación Hidrográfica del Duero* e com outras entidades (stakeholders) no sentido de apresentar um levantamento o mais ajustado possível à realidade do território. Acresce ainda que existe bastante dificuldade em identificar e quantificar as diferentes pressões difusas associadas às atividades antropogénicas e por conseguinte atribuir-lhe significância, bem como estabelecer causa efeito entre os parâmetros que contribuem para o estado inferior a bom.

Pelo exposto, considera-se que a identificação do número de pressões da parte espanhola e da portuguesa da bacia do Tâmega é extemporânea. Esta será apresentada na versão para consulta pública do PGRH do Douro, com a identificação das principais pressões e das que serão consideradas significativas, que terão maior impacto na classificação do estado das massas de água.

14) En la presentación de las QSiGA del Duero español algunos colectivos de defensa de la naturaleza han reclamado a España medidas relacionadas con la continuidad del caudal sólido en el tramo del Duero internacional. Portugal identifica un problema relevante en relación con la aportación de sólidos al estuario en el actual ciclo y en el ciclo anterior de planificación ¿Cuál es el grado de avance de las medidas del plan de gestión vigente vinculadas a esta cuestión en las masas de agua del eje del Duero? ¿Considera que han sido eficaces?

Na verdade nunca foi feita uma avaliação das medidas do plano hidrológico do Duero espanhol. Mas se o problema se mantém, então as medidas não têm sido eficazes.

15) Considerando as circunstâncias atuais do COVID-19 e as respetivas consequências, ao nível do teletrabalho, a eventual dispersão da população ou não, consequências económicas, de que forma é que isto será tido em consideração no futuro PGBH, sendo transversal a todas as RH1, 2 e 3?

As consequências da COVID-19 vão ser difíceis de avaliar. Apenas podemos utilizar dados e informação já existente e, por isso, dificilmente teremos dados para incorporar esta questão nos PGRH que já estão em elaboração.

16) De que forma as alterações climáticas serão consideradas, já que pela apresentação julgo que não teve a relevância que deveria ter? As alterações climáticas terão consequências tremendas na qualidade da água (incêndios, etc.), quantidade (eventual necessidade de fazer transvases ou albufeiras a montante), biodiversidade (espécies exóticas e infestantes), etc...

Esta é uma questão que não é específica desta região hidrográfica, obviamente, e portanto é transversal ao planeamento de todas as regiões hidrográficas; de facto, um dos efeitos mais gravosos das alterações climáticas é o que respeita ao aumento expectável da frequência e da intensidade dos períodos de seca e, nesta medida, um dos critérios de seleção que foi aplicado à lista das potenciais questões significativas, que permitiu chegar à lista final de QSiGA, foi exatamente se a questão pode agravar-se devido a efeitos climáticos. Esteve, portanto, sempre presente desde o início da definição das questões significativas como um critério de seleção. Nas bacias internacionais, o escoamento está fortemente condicionado pelas aflúncias provenientes de Espanha, sendo que esta condicionante é de facto mais crítica em situações de seca e de cheias. Os últimos anos hidrológicos, relativamente à precipitação, têm sido secos ou médios e esta situação em termos de cenários de alterações climáticas poderá ser mais frequente, o que torna particularmente importante o acompanhamento em contínuo do cumprimento do regime dos caudais consignados na convenção de Albufeira.

No âmbito do trabalho de identificação das QSiGA, foi decidido que se iria incluir na lista de potenciais QSiGA os efeitos das alterações climáticas e por isso foram incluídas as secas, as inundações, a própria degradação das zonas costeiras, também a alteração do regime de escoamento, ou seja, colocou-se aquilo que as alterações climáticas poderiam provocar e usaram-se as alterações climáticas como critério para cada QSiGA.

Nas orientações para os PGRH 2022-2017, neste 3.º ciclo, nos relatórios das QSiGA disponíveis no site da APA, há um conjunto de orientações em que precisamente está previsto nas alterações ao regime de escoamento fazer-se modelação, tendo em conta os cenários das alterações climáticas; também nesta questão significativa está previsto, como orientação, uma análise do impacto das alterações da QSiGA nas inundações. Refira-se, também, a degradação das zonas costeiras que são regularmente ameaçadas por fenómenos de galgamento e de erosão costeira, e que os efeitos das alterações climáticas tendem a acentuar, estando, portanto, este assunto presente também nesta questão significativa.

De referir ainda neste 3.º ciclo dos PGRH, e também no 2.º ciclo dos PGRI, que estão a decorrer em momentos semelhantes em Portugal e em Espanha, o mesmo acontecendo com a respetiva

avaliação ambiental, a importância que tiveram as reuniões bilaterais realizadas entre as entidades portuguesas e espanholas no âmbito da preparação destes planos (os PGRI e os PGRH), tendo sido acordadas várias ações entre estes países, nomeadamente a integração dos efeitos ou, melhor dizendo, das alterações climáticas em ambos os planos, tanto ao nível do cálculo das disponibilidades hídricas futuras, como do mapeamento das áreas de risco. Dada a importância das alterações climáticas, realça-se mais uma vez que estão sempre presentes em todos os momentos ou em todas as fases de planeamento.

Por fim, como já foi referido, nos PGRH vão ser considerados os cenários climáticos e também todo o cálculo das disponibilidades hídricas futuras, tendo em conta esses cenários climáticos. Portanto, as alterações climáticas estão presentes ao longo de todo o processo de desenvolvimento e implementação dos planos.

17) Está identificado o volume total da retenção de sedimentos no conjunto da RH3 e influência no balanço sedimentar da célula Douro-Mondego?

O volume total da retenção de sedimentos no conjunto da RH3 é uma matéria complexa, não estando ainda definido. No entanto esta situação não inviabiliza a sua análise mais aprofundada num plano específico sobre esta matéria.

RH3 - Sessão conjunta Portugal-Espanha da Região Hidrográfica do Douro

7 de setembro de 2020

No âmbito da 2.ª fase da elaboração do PGRH do Douro (RH3) do 3.º ciclo, 2022-2027, a Agência APA, através do departamento regional Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) em conjunto com a *Confederación Hidrográfica del Duero* (CH Duero).

Tendo como fundamento a partilha entre Portugal e Espanha da bacia hidrográfica do rio Douro, a sessão conjunta visou informar e promover a participação, em ambos os lados da bacia, com destaque para as questões significativas nas zonas transfronteiriças (em Espanha denominadas *Esquema provisional de Temas Importantes, EpTI*) e principais ações para as ultrapassar, constituindo um momento privilegiado na articulação entre os dois países, promovendo o debate e impulsionando a visão bilateral na gestão das bacias hidrográficas.

Considerando as restrições associadas ao combate à pandemia COVID-19 no âmbito do estado de alerta então em curso, bem como a extensa área geográfica em causa e, como tal, necessidade de fazer chegar a informação objeto da sessão a todos os interessados portugueses e espanhóis, a sessão foi realizada por meio de uma vídeoconferência *online* (*webinar*) na plataforma ZOOM, no dia 7 de setembro de 2020, entre as 10h30m e as 12h30m.

A agenda da sessão conjunta foi constituída pelos seguintes pontos:

1. Boas vindas da Presidente da CH Duero e do Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA;
2. Apresentação da ARH do Norte;
3. Apresentação da CH Duero;
4. Moderadores da CH Duero e ARH do Norte;
5. Debate;
6. Encerramento.

A sessão contou com um total de 168 inscrições realizadas *online*, sendo que a assistência foi de 154 pessoas, na sua maioria de empresas de diversos setores, em representação de organismos da Administração Pública Central, Regional e Local e de Instituições de ensino / investigação.

Como oradores nas sessões para a abertura, apresentações, debate e encerramento estiveram os seguintes elementos:

CH Duero:

- Cristina Danés de Castro, Presidente da CH Duero;
- Ángel J. González Santos, *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Duero*;
- Rafael Vásquez Delgado, *Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Duero*;

APA:

- José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA;

- Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte;
- Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte;
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos (DRH);
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH;
- Susana Sá, Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte.

A Presidente da CH Duero, Cristina Danés de Castro, procedeu à abertura da sessão, dando as boas vindas institucionais e introduzindo a temática, tendo destacado a importância da participação no processo de planeamento e a cooperação com Portugal na bacia partilhada do Douro, após o que passou a palavra ao Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, José Carlos Pimenta Machado.

Este realçou a importância da participação pública como forma de ouvir os principais utilizadores da água, a sociedade civil, a Academia, as ONG e também as instituições, porque com o contributo de todos se elabora um melhor plano, fazendo, simultaneamente, as pessoas sentirem-se representadas no processo de planeamento, conferindo maior legitimidade ao processo.

No que respeita ao desenho das QSiGA e das suas sete áreas temáticas, destacou o tema da Qualidade da Água, recordando que o objetivo do processo de planeamento é atingir o Bom Estado de todas as massas de água e relevou, também, as questões emergentes da escassez de água e dos riscos, muito ligados às alterações climáticas e constantes de outros temas das QSiGA.

Destacou a articulação entre Portugal e Espanha para uma melhor gestão da bacia hidrográfica do Douro, o caminho que tem vindo a ser feito com a *Confederación Hidrográfica del Duero* desde o 1.º ciclo e os projetos associados a esta cooperação, que deverá ter sempre em consideração o uso sustentável da bacia do Douro. Neste sentido, realçou a realização agendada para 2 de outubro, na cidade da Guarda, da Cimeira Luso-Espanhola, cujo tema central será a cooperação transfronteiriça e na qual a APA irá tentar incluir a apresentação de um projeto atualmente em preparação, a estratégia nacional para a reabilitação hidrográfica. Ainda relativamente à cooperação com a *Confederación Hidrográfica del Duero* e no âmbito das alterações climáticas, realçou o trabalho realizado conjuntamente, em dezembro de 2019, para mitigar e diminuir o efeito das cheias e inundações no rio do Douro e também no Tâmega, Sabor e Tua, realçando que esta boa articulação também deverá ser feita para o caso da escassez de água, duas dimensões para a gestão da bacia.

Por último, atendendo à grande aspiração de um dia poderem ser feitos planos conjuntos nas bacias partilhadas com Espanha, refere um projeto já identificado no anterior 2.º ciclo, e no qual a APA deposita uma grande expectativa, que é a elaboração de um plano conjunto para a bacia do Tâmega, que poderá constituir uma espécie de *case-study* com o qual se possa aprender para posteriormente alargar a outras bacias.

Seguidamente, e dando continuidade à sessão, Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Norte, procedeu à apresentação dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados obtidos no sentido da identificação de uma proposta de QSiGA para a RH3, destacando aquelas que apresentam maior importância fronteira ou transfronteiriça. Reforçou, também, a informação relativa aos mecanismos de participação disponíveis no processo, em curso, de consulta pública.

No final da sua apresentação, encaminhou para Ángel J. González Santos, *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Duero*, que procedeu à apresentação do *Esquema provisional de Temas Importantes*, EpTI.

De seguida, Maria José Moura, juntamente com Ángel J. González Santos, apresentaram um pequeno questionário *online* para resposta pelos participantes durante a sessão, cujo tratamento está descrito no relatório de Participação Pública.

Seguiu-se a fase de perguntas colocadas pelos participantes na sessão, que foi conduzida alternadamente pelos moderadores Rafael Vásquez Delgado, da *Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Duero*, e Susana Sá, da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte.

As questões foram colocadas através de e-mail, sendo que a maioria foi respondida durante a sessão, tendo sido informado que as restantes seriam respondidas posteriormente por escrito. No entanto, considera-se pertinente que as mesmas fiquem registadas no relatório e daí a elaboração desta síntese.

Foram intervenientes nas respostas Ángel J. González Santos, *Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CH Duero*, Felisbina Quadrado, Diretora do DRH, Maria José Moura, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Norte, Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH, Inês Andrade, Administradora da ARH do Norte e José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA.

O encerramento da sessão contou com a participação do Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, José Carlos Pimenta Machado e da Presidente da *Confederación Hidrográfica del Duero*, Cristina Danés de Castro.

José Carlos Pimenta Machado destacou o nível de participação da sessão e os bons contributos registados, os desafios que se colocam ao planeamento conjunto, a crescente articulação entre a *CH Duero* e a APA, que se tem verificado a nível de metodologias e de projetos, a necessidade de adaptação da gestão da água às alterações climáticas, o combate à poluição difusa e urbana no âmbito da qualidade da água e, ainda, o tema das barreiras hidromorfológicas no Douro a merecer reflexão. Por último, deixou o desafio à CH Duero para que no âmbito do trabalho conjunto sejam criados mecanismos de comunicação mais próxima entre Portugal e Espanha para a gestão dos eventos extremos e para a harmonização de metodologias, tendo em vista o planeamento conjunto.

A Presidente da *Confederación Hidrográfica del Duero*, Cristina Danés de Castro, por sua vez, agradeceu todos os contributos verificados para a melhoria contínua e o conhecimento das opiniões dos utilizadores da água, realçou também a semelhança, entre Portugal e Espanha, dos temas importantes nas massas de água transfronteiriças, os problemas de qualidade devido à contaminação urbana e difusa da agricultura e a que as medidas dos planos hidrológicos deverão contribuir para melhorar o estado e atingir os objetivos ambientais e, por último, realçou também a importância de estabelecer mecanismos de coordenação entre as duas administrações, para que a maneira de trabalhar conjuntamente permita que os planos dos dois países respondam aos problemas existentes. Refere que a coordenação entre os dois países foi maior neste 3.º ciclo do que no 2.º, o mesmo sucedendo com a participação pública: ambos os factos poderão contribuir para que os planos do 3.º ciclo sejam melhores que os do 2.º ciclo. Ainda quanto ao plano hidrológico conjunto questionado pelos participantes, conclui ser um tema complicado, para o que seria necessário fazer muitos ajustes, o que não impede que seja feito um planeamento conjunto para que se identifiquem disfunções, pelo que, em alternativa, se poderia escolher uma zona mais pequena e fazer um plano hidrológico conjunto para essa

bacia. Por fim, solicitou aos participantes que respondessem a um inquérito de satisfação da sessão (o tratamento dos respetivos resultados consta do relatório de participação pública).

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes bem como as respostas/ponderação da APA:

1) Porque é que a escassez da água não foi identificada como QSiGA, quando o foram a diminuição dos caudais afluentes de Espanha e as secas? Sobretudo, se considerarmos que a escassez é um problema recorrente a leste do sistema montanhoso Gerês-Alvão-Marão-Montemuro, atingindo situações extremas em anos como 2017?

A escassez da água não foi considerada neste 3.º ciclo, tendo sido considerada a seca, uma vez que se entendeu que a situação mais problemática a esse nível foi entretanto resolvida, nomeadamente com a barragem de Veiguinhas, e que, por isso, a diminuição das disponibilidades de água e a falta de água para determinados usos estará essencialmente relacionada com a seca que afeta esta região, com maior significância no território da Terra Quente Transmontana. Portanto, a aplicação dos critérios que estiveram subjacentes a esta reavaliação das questões não resultou na identificação da escassez de água como uma problemática significativa na RH3, tendo sim dado origem à identificação da seca como uma QSiGA nesta mesma RH.

A seca e a escassez são fenómenos bem diferenciados: a seca está relacionada com a baixa precipitação que ocorre e que provoca secas hidrológicas; outra questão é a escassez de água, que tem a ver com a procura de água. Na Região Hidrográfica do Douro, em termos gerais não há escassez de água, tendo em conta a oferta que se tem de água face à procura que existe e comparando com outras regiões de Portugal. Por outro lado, existem zonas específicas da RH3 com fenómenos de seca acentuados, com períodos de precipitação inferior, razão pela qual a seca foi considerada uma questão significativa nesta região, também comparando com outras regiões hidrográficas do país. Esta comparação entre questões significativas entre as várias regiões do país é feita também para serem atribuídas prioridades de atuação.

Efetivamente, existem mais problemas de escassez no Sul do que na região do Douro, como um todo, e foi por isso que não foi considerada uma questão significativa, o que não quer dizer que não seja uma preocupação e que não se vá ter em conta aquando da definição das medidas. É de facto uma questão importante mas não é significativa para esta região.

2) Como se irão garantir os caudais ecológicos em toda a bacia, e de que forma esses caudais irão garantir o respeito pelo regime de caudais aprovado pela Convenção de Albufeira?

Os caudais da Convenção são caudais mínimos, são caudais ambientais e portanto são essenciais; em Portugal são considerados não como uma restrição, mas antes como algo essencial, nomeadamente para o equilíbrio dos ecossistemas ribeirinhos e terrestres deles dependentes. Relativamente aos caudais ecológicos, é uma questão importante e que constituirá um trabalho subsequente entre os dois países, no sentido da integração, quer de metodologias, quer de definição de caudais ecológicos, nomeadamente nas zonas transfronteiriças.

3) A não identificação da contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos e contaminação de águas subterrâneas por substâncias perigosas como QSiGA, poderá ter resultado das QSiGA da Governança, tais como a medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das descargas de águas residuais e a medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água?

No âmbito do processo de identificação das QSiGA, de facto esta questão da contaminação das águas subterrâneas foi considerada e foi avaliada, no entanto a aplicação dos critérios não conduziu a que esta questão fosse significativa e, também com base nos dados de monitorização, não foi considerada como tal. Não obstante, isto não significa que não existam problemas pontuais de contaminação na região, restringidos a áreas específicas (por exemplo, o caso de S. Pedro da Cova), que estão devidamente identificados e que vão ser considerados aquando da definição das medidas.

A questão da contaminação das águas subterrâneas está mais relacionada com a monitorização e, de facto, as massas de água subterrâneas nesta região estão em bom estado, tanto a nível do estado químico, como a nível do estado quantitativo; são massas de água subterrâneas muito grandes, com alguns problemas identificados localmente, não sendo, no entanto, suficientes para se identificar como uma questão significativa para a região inteira.

4) *A análise da bacia hidrográfica do Douro não deveria ser uma subdivisão entre as zonas a leste e a oeste do sistema montanhoso Gerês-Alvão-Marão-Montemuro por causa da significativa diferença de funcionamento climático de cada uma, nomeadamente em termos de precipitação?*

A avaliação é feita massa de água a massa de água, ou seja, são identificadas as pressões, é analisado o estado e são definidos os objetivos ambientais e as medidas para cada massa de água. Compreende-se a sugestão aqui apresentada, principalmente considerando que na apresentação feita na sessão foi utilizada uma escala mais macro de apresentação dos resultados. Não obstante, tendo em conta a unidade de análise anteriormente referida, que é utilizada nos PGRH, quando se apresentam os resultados a nível da região hidrográfica, evidentemente são ponderadas as questões que contribuem para que um maior número de massas de água não consiga atingir os objetivos ambientais e, como tal, é isso que fica espelhado em termos globais.

5) *Se considera em Portugal um problema la gestion de las demarcaciones hidrográficas del Duero, los caudales ecológicos y qué si los considera suficientemente altos o no; si Portugal considera qué el régimen de caudales ecológicos qué están fijados en España de alguna manera facilita no solo el convénio de Albufeira sino también el bueno estado de las águas en Portugal.*

Considera-se que é um esforço significativo, mas para se avaliar se efetivamente é suficiente ou não, em Portugal a metodologia usada é a de fazer monitorização das massas de água a jusante de onde é lançado o caudal ecológico, para avaliar se são atingidos os objetivos ambientais. Em algumas massas de água transfronteiriças e fronteiriças está a ser atingido o Bom Estado e noutras não. Portanto, reforça-se a importância da avaliação massa de água a massa de água, com a definição de caudais ecológicos específicos para cada massa de água.

As metas para o Bom Estado ainda estão longe de ser atingidas, quer na parte espanhola da bacia, quer na parte portuguesa, por isso, há efetivamente um trabalho significativo a desenvolver. O mais importante é não esquecer que os caudais ambientais são essenciais para manter os ecossistemas, quer seja na parte espanhola, quer seja na parte portuguesa, e são depois essenciais para os outros usos da água. Se as massas de água não estiverem em Bom Estado, todos os usos são prejudicados com essa situação e, por isso, é crucial que todos os setores tenham a noção da importância de manter os caudais ecológicos que devem ser garantidos, quer por Espanha, quer por Portugal, ao longo de toda a bacia.

6) *Que progressos apresentam as QSiGA deste 3.º ciclo em relação aos ciclos anteriores e quais são as principais carências e limitações?*

A metodologia que foi utilizada para a identificação das QSiGA neste 3.º ciclo teve como ponto de partida precisamente as questões do 2.º ciclo e a respetiva avaliação intercalar da implementação das medidas. Depois, foi efetuada uma adaptação da metodologia, com o ajuste dos critérios de classificação das potenciais questões significativas e com a reestruturação da lista de potenciais QSiGA, relativamente ao 2.º ciclo. Por exemplo, a questão identificada no 2.º ciclo como “Afluências de Espanha” foi dividida, no 3.º ciclo, em aspetos qualitativos e quantitativos. Portanto, houve potenciais questões que foram reestruturadas, nomeadamente esta, questões que foram recuperadas, nomeadamente a fiscalização, e foram também incluídas novas questões potenciais. Desta lista de potenciais questões, foi também eliminada a questão dos sistemas de vigilância, alerta e monitorização das massas de água, uma vez que esta QSiGA do 2.º ciclo percorreu o caminho adequado no sentido de deixar de ser considerada uma questão significativo.

Sujeitando a lista de potenciais QSiGA aos critérios que foram adoptados neste ciclo, verificou-se que há, de facto, pelo menos três questões que são novas relativamente ao ciclo anterior e há duas introduzidas ao nível da Governança, que são precisamente a questão da fiscalização e do licenciamento insuficiente.

7) Tendo em conta todo o lixo flutuante, nomeadamente o plástico, se este não seria um tema que deveria ser abordado aqui nas questões significativas.

A questão do plástico é uma preocupação muito grande, nomeadamente nas zonas costeiras. Efetivamente não foi identificada, isoladamente, como uma questão significativa, mas faz parte das preocupações a ter em conta no Plano, nomeadamente na questão da poluição, devendo vir a ser considerado nos programas de medidas a definir.

A questão não só dos plásticos mas do microplásticos, é uma questão que está atualmente na “ordem do dia”, inclusivamente porque deriva da nova Diretiva da água para consumo humano, que foi recentemente aprovada e que vai obrigar a uma monitorização muito mais intensa e a um conhecimento muito maior sobre esta problemática. Assim, este será efetivamente um tema a incluir no PGRH 2022-2027 e terá que ter medidas não só de monitorização mas também medidas para minimizar estes efeitos, muitas delas já a ser implementadas no terreno no âmbito da Economia Circular.

8) Depois dos investimentos realizados ao longo dos outros dois ciclos de planeamento para combater a poluição, a qualidade das massas de água aparentemente piorou alguma coisa. Qual é a explicação e será que estamos a ser muito ambiciosos querendo atingir os objetivos de 100% das massas de água em Bom Estado em 2027?

É verdade que, quer no 1.º ciclo de planeamento, quer no 2.º ciclo de planeamento foram feitos fortíssimos investimentos para melhorar a qualidade das massas de água. E recorde-se que neste 2.º ciclo de planeamento, que vai terminar em breve, na bacia do Douro foram feitos fortíssimos investimentos pelos municípios, mas também pelo Estado Português, para minimizar as pressões das águas residuais urbanas. Relembre-se o tema da ETAR de Matosinhos, que era até uma infração comunitária, mas também na bacia do Ferreira, e mesmo no Tâmega, foram feitos grandes investimentos. Mas a verdade é que quem olha para o estado das massas de água percebe que entre o 2.º ciclo e os trabalhos que estão a ser desenvolvidos atualmente, algumas delas pioraram de qualidade. E porquê? Acima de tudo, o que foi feito, e que ainda se está a acabar de fazer, é conhecer mais as massas de água, reforçando aquilo que é a informação que permite determinar o estado das massas de água. Foi feita uma campanha mais intensa, mais forte, para conhecer o estado das massas de água e a verdade é que, quer por força disso, quer por força daquilo que são os critérios para qualificar as massas de água, a verdade é que ocorreu uma pequena redução e, de facto, é questionável como é que é possível, depois de dois ciclos de planeamento e de fortíssimos investimentos, haver massas de água que baixaram de

qualidade. E baixaram de qualidade acima de tudo devido ao maior conhecimento que agora se possui. Usando os critérios da Diretiva Quadro da Água, o *one out – all out* significa que basta que um parâmetro esteja fora dos limites para condicionar o estado das massas de água.

Refira-se ainda que está a ser desenvolvida uma nova avaliação do estado das massas de água, com dados até 2019, a qual já poderá refletir melhor o efeito de muitas das medidas cuja implementação tinha sido adiada e que entretanto foi iniciada ou terminada. Isto revela também que cada vez é mais importante uma abordagem combinada com o licenciamento. O licenciamento é de facto estratégico para adequar aquilo que são os valores das descargas e, também, das captações, ao estado das massas de água. E, portanto, este conhecimento efetivo das massas de água, com maior volume de monitorização, vai permitir, com ferramentas que estão em desenvolvimento, ter um licenciamento mais efetivo e, portanto, ter um impacto menor.

9) Como é assegurada a articulação entre a planificação dos recursos hídricos e a planificação de novas explorações mineiras (ou reativação de explorações antigas) próximas de cursos de água, atendendo aos potenciais impactes negativos desta atividade sobre os mesmos? A proliferação de exóticas invasoras lenhosas (*Acacia spp*, *Ailantus altissima*, outros) nas encostas dos cursos de água não é considerada uma QSIGA? A mortalidade de amieiros (*Alnus glutinosa*) nas galerias ribeirinhas que se têm vindo a verificar foi avaliada no âmbito das QSIGA?

As situações de novos investimentos estruturantes que possam ter impactes negativos nas massas de água é uma matéria que vai ser tratada nos PGRH.

RH4A - Sessão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis

8 de julho de 2020

A APA, I.P. através do departamento regional da ARH do Centro realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas de Gestão da Água (QSiGA) na Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), no âmbito dos trabalhos do 3º ciclo do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH).

A situação excecional devido à pandemia da COVID 19 forçou a que as sessões presenciais fossem substituídas pela dinamização de webconferências (webinares). A sessão da RH4A decorreu via plataforma ZOOM no dia 8 de julho de 2020 entre as 10h30m e as 12h00m tendo como principal objetivo o da apresentação das principais QSiGA identificadas na RH4A, bem como o debate possível com os diversos *stakeholders*.

A sessão contou com um total de 60 inscrições realizadas *online*, sendo que a assistência foi de 71 pessoas, na sua maioria em representação de organismos da Administração, universidades, ONGA, associações setoriais e empresas de diversos setores.

O Eng.º Nuno Bravo, Administrador Regional da ARH do Centro, abriu a sessão.

Seguiu-se uma breve apresentação, pela Dra. Paula Garcia, chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Centro, das QSiGA identificadas na RH4A, expondo a sua problemática, causas e consequências e quais os objetivos a alcançar, dando nota de situações concretas respeitantes a cada uma das QSiGA identificadas.

O encerramento da sessão contou com a participação do Sr. Vice-Presidente da APA, o Eng.º Pimenta Machado que salientou a importância da definição das QSiGA no processo de construção do PGRH, da necessária articulação dos vários instrumentos de planeamento e do desafio de encontrar novas respostas e ideias inovadoras para atingir o bom estado das massas de água.

Ao longo da exposição das QSiGA foram sendo efetuados pequenos questionários *online*, de resposta rápida e direta, cujo tratamento está descrito no relatório de Participação Pública.

Para o debate, foi solicitado aos participantes que colocassem questões através de e-mail, sendo que a maioria foi respondida durante a sessão. No entanto, considera-se pertinente que as mesmas fiquem registadas no relatório e daí a elaboração desta síntese.

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes bem como as respostas/ponderação da APA/ARH do Centro:

1) Como é que se consegue avaliar e garantir a quantidade da água nas massas de água superficiais, se essa informação não é considerada no estado da massa de água?

O estado quantitativo não entra no sistema de classificação do estado ecológico das massas de água superficiais, no entanto a avaliação dos elementos hidromorfológicos que integra a monitorização efetuada pela APA, com vista à classificação das massas de água, em cumprimento da DQA, permite ter uma ideia dos caudais disponíveis e do estado quantitativo das massas de água. Com o objetivo de melhorar este conhecimento, está também em elaboração um estudo sobre as disponibilidades atuais, o qual contemplará uma análise tendo em conta vários cenários, em contexto das alterações climáticas. Deste modo, poder-se-á fazer uma gestão mais eficiente e real face ao estado das massas de água e garantir o apoio ao licenciamento na tomada de decisão, de forma a evitar situações de escassez e conflitos entre utilizações.

2) Os cenários de alterações climáticas que serão usados para o processo de planeamento, provavelmente, vão ser aqueles que estiverem disponíveis no momento de apresentação dos planos. É hoje aceite que vivemos numa situação de profunda incerteza quanto ao futuro. Assim, os planos de hoje poderão ter de sofrer adaptação ao longo do tempo. No entanto, não há qualquer referência relativa a soluções faseadas (e eficientes numa perspetiva global) decorrentes de um corpo de conhecimento já existente no contexto da chamada “Engenharia da Adaptação”. Haverá alguma alteração neste aspeto.

Os PGRH são definidos por ciclos de 6 anos pelo que a APA começa a desenvolver tarefas para a sua revisão/atualização cerca de 3 anos após a sua aprovação. Assim é sempre tida em consideração a informação mais recente. Todavia, no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) estão a ser definidas medidas de adaptação e mitigação às alterações climáticas e no âmbito do estudo das disponibilidades hídricas que a APA está a desenvolver, vamos ter uma avaliação das disponibilidades atuais e em cenários de alterações climáticas e as medidas definidas terão de concorrer para nos adaptarmos e mitigar os efeitos das alterações climáticas. Apesar dos PGRH serem definidos por ciclos de 6 anos, se no decorrer desse período se verificar a necessidade de implementar alguma medida ou infraestrutura que não estava prevista, é possível a revisão do programa de medidas e a análise custo-benefício de forma a verificar quais os impactos que decorrem da sua implementação e se vai contribuir para uma efetiva melhoria.

3) Haverá sessões de integração de conhecimento com a área da saúde, tendo em conta a situação atual?

No âmbito do protocolo Água e Saúde, do qual a APA faz parte, todos os trabalhos e estudos que envolve são congregados no PGRH.

Ao abrigo deste protocolo têm sido desenvolvidos estudos para avaliar a contaminação por poluentes de preocupação emergente, nomeadamente fármacos e antibióticos. A APA tem realizado monitorização em todo o País tanto em águas superficiais como subterrâneas utilizando amostradores passivos e os resultados e conclusões destes estudos, que são apoiados pelo INFARMED, vão ser dados a conhecer e tidos em consideração no programa de medidas a implementar no 3º ciclo de planeamento.

Decorrente da situação pandémica em que nos encontramos, a APA está também a acompanhar um estudo desenvolvido pela AdP em colaboração com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para a determinação do RNA do novo vírus em águas residuais, quer na carga bruta que chega às ETAR, quer após o tratamento, para tentar perceber se existe atividade do vírus e quais as possíveis consequências do ponto de vista ambiental.

No âmbito das atividades da APA existem ainda duas áreas relacionadas com as questões de saúde que são extremamente importantes: a gestão das águas balneares, onde a questão da saúde pública é muito premente e também as águas para consumo humano, nomeadamente a caracterização das origens, que agora vai ser incrementada com a nova diretiva quadro.

O PGRH deve beber de todos os planos setoriais que estão a ser produzidos, para que haja uma verdadeira articulação que permita definir um conjunto de medidas que nos possam conduzir não só a uma gestão sustentável, mas promover o bom estado das massas de água.

4) Quais os investimentos previstos pela APA para a região hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis que visem contribuir para o bom estado das massas de água?

Atualmente, a região hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis deve envolver um grande esforço de investimento, seguindo-se alguns exemplos. No rio Mondego, na sequência das cheias de 2019, terminou a recuperação do leito central. No âmbito do Programa de Estabilização Económica e

Social foi aprovada uma verba de cerca de 8M€ para a APA e vão ser implementados quatro projetos na área da RH4A nos concelhos de Penela, Penacova, Oliveira do Bairro e Anadia (na bacia do rio Levira). No programa Mondego Mais Seguro estão a concurso a reabilitação do Arunca e foi aprovada a candidatura para o Pranto no total de cerca 30M€. Por outro lado, no litoral da região centro, sendo esta uma zona muito vulnerável ao risco e à erosão costeira, encontram-se previstas algumas ações com investimentos avultados, nomeadamente o shot do Porto de Aveiro com a delimitação do sistema dunar na faixa costeira em risco em Ílhavo e Vagos e a dragagem da Ria de Aveiro. Todas estas ações e outras previstas acarretam elevados investimentos e procuram minimizar riscos e contribuir para o bom estado das massas de água.

5) A questão da necessidade absoluta de boas bases de dados, com a integração de dados de várias origens conforme está previsto no PNA, não é suficientemente explicada e enfatizada. Haverá introdução de mais informação?

Neste ciclo a APA está a apostar num bom diagnóstico, na avaliação das pressões e na monitorização, pois um melhor conhecimento é relevante para relacionar o estado das massas de água com as pressões e assim definir as medidas. Para um bom diagnóstico é essencial ter bases de dados com a integração de dados de diversas origens e neste sentido a APA tem vindo a desenvolver contactos com várias entidades de modo a ter acesso a mais informação dos diversos setores. Também está em desenvolvimento a atualização do próprio SNIRH que irá conter além da informação da monitorização, dados sobre das pressões, o que fará com que se torne numa ferramenta mais integrada.

6) Está prevista no âmbito das QSIGA para a RH4 a avaliação e monitorização de lixo flutuante (macro e micro partículas de plásticos e outros substâncias similares) que possam vir a ter impacto no ambiente marinho e nas atividades económicas, por acumulação de lixo, na superfície e nos sedimentos, em áreas críticas - portos, áreas de pesca ou de culturas aquícolas, turismo balnear, etc.

Trata-se de um problema emergente que é tratado no âmbito da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha, no entanto é necessário fazer a articulação com a Diretiva Quadro da Água, que incide nas águas interiores e costeiras, de forma a identificar o contributo das águas interiores para o ambiente marinho. Assim, torna-se necessária alguma articulação entre as entidades que trabalham em cada uma das áreas, para que se possam definir medidas de forma a minimizar esse possível contributo.

7) Está previsto algum plano de fiscalização para aferir o funcionamento das ETAR e outras fontes de poluição, especialmente a mais recentemente financiadas?

Todas as utilizações, sem exceção, nomeadamente as ETAR urbanas e industriais, são alvo de plano de fiscalização, quer no âmbito do próprio processo de licenciamento e verificação do autocontrolo, quer através de visitas ao terreno com outras entidades, nomeadamente da GNR-SEPNA. Estas ações de fiscalização contribuem para que tenhamos um conhecimento mais aprofundado da necessidade dessas utilizações virem a ser melhoradas ou reconstruídas. Por vezes essas ações de fiscalização são impulsionadoras dos projetos apresentados pelas entidades gestoras com vista ao financiamento para a melhoria ou para a implementação de novas infraestruturas.

8) A ARH do Centro possui a estatística relativa às decisões judiciais e administrativas de Processos de crime e de contraordenação, sendo importante incluir a análise desses dados, por forma a verificar se as decisões estão a ser no sentido da punição dos infratores ou, pelo contrário, a serem arquivadas, provocando desta forma o sentimento de impunidade nos agentes poluidores.

A ARH do Centro tem duas juristas que acompanham os processos contraordenacionais, quer os resultantes dos autos levantados pelos técnicos da ARH, quer os levantados pelas equipas da GNR-SEPNA ou outras entidades. Existe um acompanhamento constante dos processos de contraordenação, tanto ao nível administrativo como do procedimento nos Tribunais, sendo possível desta forma conhecer as decisões e estatísticas em relação aos processos. Este trabalho é quantificado.

9) De que forma os Planos (PGRI/PGRH) promovem a minimização do risco de rotura ou galgamento de infraestruturas hidráulicas? E para quando a efetiva operacionalização do artigo 43.º da Lei da Água, no sentido de serem efetivamente delimitadas as zonas de risco, para que os PMOT's possam efetivar as condicionantes ao uso do solo em zonas de risco de rotura ou galgamento?

A Diretiva das Inundações prevê a delimitação de áreas inundadas onde os impactos na população, no ambiente, nas atividades económicas e no património sejam significativos. A identificação das áreas mais críticas pode ter por base eventos de inundações passados, eventos futuros em cenários de alterações climáticas. Coloca à decisão de cada estado membro avaliar situações de rotura e galgamento de barragens ou falha de sistemas de drenagem de águas pluviais.

No grupo de trabalho de inundações da comissão europeia não houve ainda nenhum exercício de modelação de áreas inundadas por rotura de barragens, por qualquer estado membro.

No âmbito da implementação do Regulamento de Segurança de Barragens, estabelece a alínea d, do artigo 50º que o Plano de Emergência Interno deve integrar um mapa de inundação que inclua o “colapso da barragem”. Contém ainda todos os procedimentos que devem ser adotados nesta situação, devidamente articulada com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Estabelece ainda o mesmo regulamento que deve ser elaborado um Plano de Emergência Externo, este da responsabilidade entidade territorialmente competente do sistema de proteção civil, nos termos da Lei de Bases de Proteção Civil.

Os PMOT, conforme estabelecido no RJIGT, Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, devem assegurar a devida reserva relativamente às condicionantes “como as necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal.”

10) Em relação às QSIGA, e no que respeita à Gestão dos Riscos, creio que seria pertinente considerar os riscos de rutura e galgamento das infraestruturas hidráulicas (grandes barragens), tendo em conta especialmente o incremento de fenómenos extremos (precipitação), potenciados pelas alterações climáticas.

A identificação das zonas críticas, no sentido de, p.ex, os Planos de Ordenamento do Território e os processos de licenciamento poderem incorporar eventuais restrições ao uso do solo, nos termos do já previsto na lei da água (Art.º 43) seria muito relevante para prevenir e mitigar este risco.

A questão dos riscos de rutura e galgamento das infraestruturas hidráulicas (grandes barragens) é um tema que será tratado no PGRH, assim como os efeitos das alterações climáticas.

RH5A - Sessão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste

8 de julho de 2020

No âmbito do 3º ciclo de elaboração do PGRH, teve lugar no dia 8 de julho de 2020, via Webinar, a Sessão Pública de discussão das QSiGA para a Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A). Esta sessão contou com 94 inscrições prévias, em representação de organismos da administração, universidades, ONGA, associações setoriais e empresas do setor, assim como alguns cidadãos a título individual.

Nesta sessão, a Eng.ª Susana Fernandes, Administradora da ARH do Tejo e Oeste apresentou as QSiGA identificadas para a RH5A, a que se seguiu um período de discussão.

Para a RH5A foram consideradas como significativas 28 das 35 potenciais QSiGA, relacionadas com a Qualidade e Quantidade da Água, Biodiversidade, Gestão de Riscos, Quadro Económico e Financeiro, e Comunicação e Sensibilização.

No decorrer da sessão, foram colocadas por *e-mail* várias questões, apresentando-se de seguida uma síntese das mesmas e a respetiva ponderação.

Excerto/Síntese do comentário/parecer respondido durante a sessão	Ponderação
<p>“Sabendo que a qualidade da água que vem de Espanha, muitas vezes, é no mínimo duvidosa (fósforo) e que a CADC já existe há alguns anos e que tal não tem impedido que regularmente existam casos graves (2019 vazamento da Barragem de Cedillo, Azolla) que outras ferramentas tem o Ministério do Ambiente/APA de Portugal ao seu dispor para "obrigar" Espanha a ser mais rigorosa na implementação da DQA?”</p>	<p>A APA identificou as concentrações elevadas de fósforo que afluem à albufeira de Cedillo como sendo um dos principais responsáveis pelo incumprimento dos objetivos ambientais da DQA na albufeira de Cedillo e nas massas de água de jusante.</p> <p>A articulação entre Portugal e Espanha, nomeadamente em matérias como a classificação do estado das massas de água e o regime de caudais, é realizada no seio da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC).</p> <p>A CADC é um importante instrumento de articulação entre os dois países para, em conjunto, encontrar os melhores mecanismos para atingir os objetivos comunitários a que ambos os países estão obrigados.</p> <p>Presentemente, Portugal está a desenvolver a aplicação de um modelo de quantidade e qualidade da água, designadamente para a “cascata” de albufeiras implantada no troço principal do Tejo, o qual deverá permitir a simulação e avaliação da eficiência das medidas a adotar/adoptadas para atingir os objetivos ambientais, bem como a modelação da implementação dos caudais ecológicos. Contudo, devido à situação atual de pandemia, os trabalhos não têm decorrido tão rapidamente como o desejado.</p> <p>A APA reconhece que as soluções não são fáceis, mas que foram já implementadas muitas medidas, quer por Portugal, nomeadamente na redução das cargas poluentes afluentes, nomeadamente na albufeira de Fratel, quer por Espanha, no que se refere ao tratamento dos efluentes urbanos.</p>

Excerto/Síntese do comentário/parecer respondido durante a sessão	Ponderação
	<p>A APA salientou que há muito trabalho a ser feito e que estão criados os instrumentos para se caminhar no sentido de atingir os objetivos ambientais da DQA.</p> <p>Estes aspetos estão devidamente considerados nas QSiGA 7 “Degradadação da qualidade da água proveniente de Espanha” e QSiGA 14 “Diminuição dos caudais provenientes de Espanha”.</p> <p>A questão colocada não implica nova informação a integrar nas QSiGA. Os aspetos mencionados serão tidos em conta na definição do Programa de Medidas do PGRH em elaboração.</p>
<p>“Recentemente foi tornado público que Espanha se prepara para construir um sistema de "rebombagem" da água para a barragem de Alcantara. A APA já foi informada deste projeto? Existem impactos negativos ao nível do cumprimento da DQA?”</p>	<p>A APA referiu que, à data, não havia sido notificada do Projeto e que este não poderá comprometer o cumprimento do regime de caudais a que Espanha está obrigada no âmbito da Convenção de Albufeira.</p> <p>A possível existência de algum impacto na qualidade da água da albufeira de Cedillo, partilhada pelos dois países, tem de ser avaliada no quadro da DQA, obrigando assim a uma consulta transfronteiriça.</p> <p>A questão não implica nova informação a integrar nas QSiGA.</p>
<p>“Como se vai conseguir que o rio Tejo se torne navegável tendo em conta o açude de Abrantes?”</p>	<p>A APA referiu que as soluções a implementar para garantir a navegabilidade do rio Tejo passarão sempre pela avaliação da necessidade de manter as pressões hidromorfológicas existentes face ao seu custo-benefício.</p> <p>A APA salientou que a Estratégia para a Biodiversidade da União Europeia, aprovada em Bruxelas, reforça a importância desta análise e determina que deve ser feita uma reavaliação das infraestruturas que efetivamente são essenciais e que devem ser mantidas, identificando as que são obsoletas e que devem ser removidas, e aquelas que devem ser criadas para garantir a sustentabilidade económica e ambiental.</p> <p>A Estratégia para a Biodiversidade deve ser vista de forma integrada ao nível da bacia hidrográfica, tendo em conta que um dos seus objetivos é garantir “25 000 km de rios sem pressões hidromorfológicas” no território da União Europeia, o que será devidamente ponderado ao nível do Programa de Medidas do PGRH em elaboração.</p> <p>O PGRH visa garantir o cumprimento dos objetivos ambientais da Diretiva Quadro da Água, pelo que a questão da navegabilidade do rio Tejo será abordada ao nível dos impactes no estado das massas de água, ponderando as necessidades económicas e sociais, garantindo sempre o contínuo fluvial e as migrações piscícolas.</p> <p>A questão não implica nova informação a integrar nas QSiGA.</p>
<p>A APA tem um “plano anual para manter a abertura regular da Lagoa</p>	<p>A APA informou que existe um Protocolo com a Câmara Municipal de Sesimbra para a abertura regular da Lagoa de Albufeira.</p>

Excerto/Síntese do comentário/parecer respondido durante a sessão	Ponderação
<p>de Albufeira e remover a espécie exótica (ascidia) que proliferou nos últimos anos nas estruturas de mexilhão?”</p>	<p>A necessidade da abertura das lagoas costeiras ao mar é abordada na QSiGA 2 “Alterações da dinâmica sedimentar na Bacia”.</p> <p>A abertura da Lagoa de Albufeira ao mar constitui uma medida do 2º ciclo de planeamento e a sua inclusão no Programa de Medidas do PGRH 3º ciclo, em elaboração, será equacionada.</p> <p>Relativamente à espécie exótica (ascidia), que proliferou nos últimos anos nas jangadas de mexilhão, a APA referiu que este problema será abordado ao nível da definição do Programa de Medidas do PGRH em elaboração.</p> <p>A problemática das espécies exóticas é abordada na QSiGA 24 “Aumento de ocorrência de espécies invasoras”. Da questão colocada não decorre nova informação a integrar nas QSiGA.</p>
<p>Como vai a APA reagir à diminuição do investimento público no atual contexto da pandemia?</p>	<p>A APA referiu a recente aprovação em Conselho de Ministros de verba orçamental para a Reabilitação Hidrográfica e Eficiência Hídrica.</p> <p>Outros instrumentos financeiros que poderão ser utilizados para a concretização dos investimentos a realizar são o Fundo Ambiental, o Fundo de Coesão e o Quadro Comunitário de Apoio.</p> <p>A questão não implica nova informação a integrar nas QSiGA.</p>
<p>Atendendo a que na região hidrográfica se tem verificado a ocorrência de secas e de situações de escassez, e tendo em conta o grau de eficiência dos regadios existentes, vai a APA proibir a expansão da área de regadio na RH5, no atual contexto de alterações climáticas?</p>	<p>A APA referiu que não inviabiliza a expansão do regadio, mas avalia as disponibilidades hídricas face às necessidades de novos regadios e incentiva os seus utilizadores a adotar uma maior eficiência hídrica, potenciando, nomeadamente, a utilização de novas tecnologias.</p> <p>A APA informou que está em curso um estudo, coordenado pelo Professor Rodrigo Oliveira, para o cálculo, por massa de água, das disponibilidades hídricas atuais e em cenário de alterações climáticas, o qual deverá servir de base para o desenvolvimento do planeamento setorial, nomeadamente do setor agrícola, da responsabilidade do Ministério da Agricultura.</p> <p>As questões relacionadas com as disponibilidades hídricas são abordadas na QSiGA 18 “Escassez de água” e na QSiGA 27 “Seca”.</p> <p>Da questão colocada não decorre nova informação a integrar nas QSiGA.</p>
<p>A salvaguarda da qualidade da água da albufeira de Castelo de Bode, importante reserva estratégica de água para consumo humano, consta das QSiGA identificadas?</p>	<p>A APA mencionou que está a decorrer a elaboração do Programa Especial da Albufeira de Castelo de Bode, onde estão contempladas as questões relativas à preservação da qualidade da água.</p> <p>De referir que, em sede de licenciamento das utilizações dos recursos hídricos para a rejeição de águas residuais no meio hídrico, a APA tem vindo a adotar a metodologia de abordagem combinada, de acordo com a qual as condições de descarga das ETAR urbanas e industriais são definidas em consonância com a capacidade do meio receptor. Foram ainda reforçadas as</p>

Excerto/Síntese do comentário/parecer respondido durante a sessão	Ponderação
	<p>atividades de fiscalização e de monitorização, no sentido de garantir, nomeadamente, a qualidade das origens de água para consumo humano.</p> <p>As questões relacionadas com o licenciamento e a fiscalização são abordadas respetivamente na QSiGA 1 “Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente” e QSiGA 2 “Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente”. A questão colocada não implica nova informação a integrar nas QSiGA.</p> <p>A necessidade de implementar medidas para garantir a qualidade da água na albufeira de Castelo de Bode será equacionada no PGRH, na definição do Programa de Medidas.</p>

Excerto/Síntese do comentário/parecer que NÃO foi possível responder durante a sessão	Ponderação
<p>A Associação Portuguesa de Aquicultura pediu para esclarecer se o número 55 que aparece no gráfico das pressões qualitativas diz respeito ao número de instalações de aquicultura existentes na região hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste.</p>	<p>De acordo com o inventário revisto no 2º ciclo de planeamento (Quadro 2.10 – Instalações de aquicultura na RH5 da Parte 2) existem, na região hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, 55 aquaculturas. No âmbito do presente ciclo de planeamento esse inventário será atualizado.</p> <p>A questão colocada será contemplada na versão final do relatório das QSiGA e no inventário de pressões a incluir no PGRH.</p>
<p>A APAS – Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena referiu a necessidade de procurar soluções que permitam garantir a actividade agrícola, como fonte de vida e de rendimento para a autonomia financeira de Portugal, não promovendo restrição no uso da água</p>	<p>A APA referiu que não inviabiliza a expansão do regadio; avalia, no entanto, as disponibilidades hídricas face às necessidades de um novo regadio, e incentiva os seus utilizadores a uma maior eficiência hídrica, potenciando a utilização de boas práticas, nomeadamente, de novas tecnologias de rega e espécies culturais adaptadas.</p> <p>A APA informou que está em curso um estudo, coordenado pelo Professor Rodrigo Oliveira, para o cálculo, por massa de água, das disponibilidades hídricas atuais e em cenário de alterações climáticas, o qual deverá servir de base para o desenvolvimento do planeamento setorial, nomeadamente do setor agrícola, da responsabilidade do Ministério da Agricultura.</p> <p>As questões relacionadas com as disponibilidades hídricas são abordadas na QSiGA 18 “Escassez de água” e na QSiGA 27 “Seca”.</p> <p>Da questão colocada não decorre nova informação a integrar nas QSiGA</p>
<p>João Azevedo da APAS – Associação dos Produtores Agrícolas da</p>	<p>A APA informou que até à data não deu entrada qualquer pedido de pronúncia sobre o Projeto Tejo+. A APA tem conhecimento da proposta dos Agricultores promotores da mesma, uma vez que foi</p>

<p>Excerto/Síntese do comentário/parecer que NÃO foi possível responder durante a sessão</p>	<p>Ponderação</p>
<p>Sobrena questionou a APA sobre o Projeto TEJO+</p>	<p>apresentada, de forma sumária, em reunião setorial do Conselho de Região Hidrográfica.</p> <p>A questão colocada não implica nova informação a integrar no Relatório das QSiGA.</p>
<p>João Azevedo da APAS – Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena questionou a APA sobre a razão das novas casas não preverem já a reutilização das águas provenientes das <i>“lavagens para descargas de autoclismo sanitário.”</i></p>	<p>O Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) não é da responsabilidade da APA.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, estabelece o regime jurídico relativo à reutilização de água proveniente de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) domésticas, urbanas e industriais, em usos compatíveis com a qualidade da mesma, designadamente para usos urbanos, tendo a APA publicado o <i>“Guia para a Reutilização de Água Usos não Potáveis”</i>.</p> <p>No site da APA encontra-se disponível mais informação sobre esta temática https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=11&sub3ref=1584</p> <p>As questões relacionadas com a reutilização da água são abordadas na QSiGA 18 “Escassez de água” e na QSiGA 27 “Seca”.</p> <p>Da questão colocada não decorre nova informação a integrar nas QSiGA. Os aspetos mencionados serão tidos em conta na definição do Programa de Medidas do PGRH em elaboração.</p>
<p>João Azevedo da APAS – Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena questionou a APA sobre as razões de <i>“não implementação da reutilização de águas devidamente tratadas das ETAR’s e ETA’s nas culturas agrícolas viáveis?”</i></p>	<p>No âmbito da Estratégia Comum para a implementação da Diretiva-Quadro da Água, foi adotado um guia para a promoção da reutilização de água, como medida para alcançar e manter o bom estado das massas de água, para a utilização na rega agrícola de águas residuais de origem urbana (abrangidas pela Diretiva 91/271/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1991, transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, na sua redação atual).</p> <p>O Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, estabelece o regime jurídico relativo à reutilização de água proveniente de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) domésticas, urbanas e industriais, em usos compatíveis com a qualidade da mesma, designadamente para a rega.</p> <p>No site da APA encontra-se disponível mais informação sobre esta temática https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=11&sub3ref=1584.</p> <p>As questões relacionadas com a reutilização da água são abordadas na QSiGA 18 “Escassez de água” e na QSiGA 27 “Seca”.</p> <p>Da questão colocada não decorre nova informação a integrar nas QSiGA. Os aspetos mencionados serão tidos em conta na definição do Programa de Medidas do PGRH em elaboração.</p>

<p>Excerto/Síntese do comentário/parecer que NÃO foi possível responder durante a sessão</p>	<p>Ponderação</p>
<p>A APA já tem plano para promover ou regulamentar a captura de amêijoia japonesa no estuário do Tejo?</p> <p>Tendo em conta que será impossível erradicar esta espécie exótica, poderá a ARH promover, juntamente com o Ministério do Mar, a implementação de áreas de produção que permitisse a exploração sustentada desta espécie, existindo um controlo social, económico e sanitário desta espécie exótica.</p>	<p>A regulamentação e promoção da aquacultura é da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) do Ministério do Mar (MM).</p> <p>Da questão colocada não decorre nova informação a integrar nas QSiGA.</p>
<p>Uma <i>“das medidas a considerar deveria passar por uma adaptação do regulamento das edificações urbanas no sentido de promover a transição ecológica poderá incluir a recuperação de águas cinzentas e da chuva, bem como a opção por sistemas de fitodepuração, Wc secos, piscinas ecológicas,etc.”</i></p>	<p>O Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) não é da responsabilidade da APA.</p> <p>O Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, estabelece o regime jurídico relativo à reutilização de água proveniente de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) domésticas, urbanas e industriais, em usos compatíveis com a qualidade da mesma, designadamente para usos urbanos, tendo a APA publicado o <i>“Guia para a Reutilização de água Usos não Potáveis”</i>.</p> <p>No site da APA encontra-se disponível mais informação sobre esta temática https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=11&sub3ref=1584</p> <p>As questões relacionadas com a reutilização da água são abordadas na QSiGA 18 “Escassez de água” e na QSiGA 27 “Seca”.</p> <p>A questão colocada não implica nova informação a integrar nas QSiGA. Os aspetos mencionados serão tidos em conta na definição do Programa de Medidas do PGRH em elaboração.</p>
<p>Existe um Plano para minorar os efeitos da <i>“abertura dum canal junto à margem norte, para permitir a passagem de barcaças de transporte de contentores que permita o acesso à Plataforma Logística na A1 próximo do Carregado, vai obrigar a revolver esses lodos altamente contaminados que se vão dispersar pela coluna de água e penetrar ainda mais na cadeia trófica.”</i></p>	<p>A Plataforma Logística de Castanheira do Ribatejo foi sujeita a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, tendo merecido, em 10 de janeiro de 2013, Parecer favorável condicionado, nomeadamente à execução de um conjunto de medidas de minimização dos impactes na qualidade da água e nos ecossistemas e à implementação de programas de monitorização. A Declaração de Impacte Ambiental deste projeto, onde estão elencadas as medidas de minimização e os programas de monitorização a implementar está disponível em https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=2610.</p> <p>A Plataforma Logística de Lisboa Norte foi sujeita a Avaliação de Impacte Ambiental, tendo tido Parecer favorável condicionado, em 4 de janeiro de 2008, nomeadamente à execução de um conjunto de medidas de minimização dos impactes na qualidade</p>

<p>Excerto/Síntese do comentário/parecer que NÃO foi possível responder durante a sessão</p>	<p>Ponderação</p>
	<p>da água e nos ecossistemas e à implementação de programas de monitorização. A Declaração de Impacte Ambiental deste projeto, onde estão elencadas as medidas de minimização e os programas de monitorização a implementar está disponível em https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=1818.</p> <p>Por sua vez, o Cais Fluvial de Castanheira do Ribatejo, ao nível de Anteprojeto, também sujeito a procedimento de AIA, mereceu, em 22 de fevereiro de 2017, DIA favorável condicionada, nomeadamente, à apresentação de elementos de caracterização dos materiais a dragar, do local de destino, em função do seu grau de contaminação, monitorização das águas superficiais em função da caracterização dos sedimentos e definição das medidas a adotar para prevenir ou minimizar a poluição das águas do Tejo. A Declaração de Impacte Ambiental deste projeto está disponível em https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2880/aia%202880%20di a2017321115953.pdf</p> <p>Da questão colocada não decorre nova informação a integrar nas QSiGA.</p>
<p>A Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE) questionou a APA sobre os motivos pela qual foi convidada a participar na Consulta Pública.</p>	<p>A APA convidou a participar na Consulta Pública das Questões Significativas para a Gestão da Água, todos os utilizadores da água, e é nesse contexto que foi endereçado um convite à AVIPE.</p> <p>A questão colocada não implica nova informação a integrar nas QSiGA.</p>

RH5A - Sessão conjunta Portugal-Espanha da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste 9 de setembro de 2020

No âmbito do 3º ciclo de elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica teve lugar no dia 9 de setembro de 2020, via Webinar, a Sessão de Participação Pública conjunta Portugal-Espanha para as QSiGA do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste - 3º ciclo. Esta sessão contou com 134 inscrições, representação de uma entidade ou organização (organismos da administração central, local e regional, universidades, ONGA, associações e empresas do setor da água) e a título individual. Do total de inscrições 75% eram de Portugal e 27% de Espanha.

Nesta sessão, a Eng.ª Susana Fernandes, Administradora da ARH do Tejo e Oeste, e o Presidente da Confederación Hidrográfica del Tajo, D. Antonio Yáñez Ciudad deram as boas-vindas a todos os participantes, salientando a importância da excelente articulação entre Espanha e Portugal que tem permitido a partilha de conhecimento e o desenvolvimento de projetos conjuntos para a gestão da bacia Hidrográfica do Tejo. Foi também incentivada a participação e o envolvimento de todos os participantes na sessão pública.

A Confederación Hidrográfica del Tajo (CHT) apresentou o Esquema Provisional de Temas Importantes/Questões Significativas da Gestão da Água relativos a 6 (seis) temas: 1) *Cambio Climático*, 2) *Contaminación de Origen Urbano e Industrial*, 3) *Contaminación de Origen Agropecuario*, 4) *Contaminantes emergentes*, 5) *Calidad de las aguas turbinadas o desembalsadas*, e 6) *Incremento de la presencia de especies exóticas invasoras*.

Seguiu-se a apresentação da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARHTO), com a síntese das QSiGA relacionadas com as 7 (sete) temáticas Governança, Qualidade e Quantidade da água, Biodiversidade, Gestão de Riscos, Quadro Económico e Financeiro, e Comunicação e Sensibilização.

Em ambas as apresentações foi dado maior enfoque à questão da degradação da qualidade da água afluente de Espanha.

Foi realizado um inquérito aos participantes, tendo APA/ARHTO e a CHT colocado um conjunto de questões aos participantes.

Por último, os participantes foram informados que o processo de participação pública relativo às QSiGAS na Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste decorreria até 15 de setembro 2020, dando-se de seguida início ao período de discussão.

Foram colocadas por e-mail várias questões, apresentando-se de seguida uma síntese das mesmas e a respetiva ponderação.

Excerto/Síntese do comentário/parecer respondido durante a sessão	Ponderação
<p><i>“Para quando um plano conjunto entre Portugal e Espanha?”</i></p>	<p>Efetivamente a DQA impõe que se faça um plano único, no entanto, as diferenças entre a legislação e a organização institucional dos dois países tem contribuído para que até à data não tenha ainda sido possível a elaboração de um plano conjunto.</p> <p>Esta situação tem sido minimizada com um elevado nível de articulação entre os dois países, nomeadamente ao nível técnico e científico, em particular no que se refere às metodologias,</p>

	<p>pretendendo-se que venham a ser selecionadas as melhores medidas para se atingirem os objetivos ambientais das massas de água fronteiriças e transfronteiriças.</p> <p>Essa articulação tem sido realizada no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC).</p> <p>No caso da bacia hidrográfica do Tejo, acresce referir que foi criado um Grupo de Trabalho específico para a qualidade da água.</p>
<p><i>“Que progressos apresentam as QSiGAS deste 3º ciclo em relação aos ciclos anteriores? E quais as principais carências ou limitações identificadas?”</i></p>	<p>A base metodológica adotada por PT para a seleção das QSiGAS do 2º e do 3º ciclo, é semelhante, tendo no entanto sido realizada uma revisão de que resultou, por exemplo, duas QSiGAS relacionadas com as aflúências de Espanha, uma relativa aos aspetos qualitativos e outra aos aspectos quantitativos.</p> <p>O facto das QSiGAS selecionadas no 2º ciclo de planeamento se manterem no 3º ciclo de planeamento é o resultado de se manterem os problemas identificados no 2º ciclo como sendo os responsáveis pelo estado inferior a Bom das massas de água.</p> <p>As alterações climáticas foram neste ciclo consideradas um dos critérios de seleção, tendo-se considerado como QSiGAS os seus efeitos, como sejam as secas e as inundações.</p>
<p><i>“Que tem sido feito e o que se prevê fazer para evitar a expansão das espécies exóticas invasoras, sendo que a presença destes é relevante em território Português e Espanhol? Se serão implementadas ações articuladas entre os dois países?”</i></p>	<p>A APA tem acompanhado e monitorizado os <i>blooms</i> de macrófitos aquáticos na albufeira de Monte Fidalgo/ Cedillo, quer através da fiscalização no terreno, quer através da deteção remota (imagens de satélite, drone).</p> <p>Na sequência dos <i>bloom</i> que tiveram lugar recentemente foram realizadas efetuadas reuniões entre a APA e a Confederación Hidrográfica del Tajo, no sentido de se implementar medidas conjuntas, nomeadamente a colocação de barreiras de proteção e a remoção da massa vegetal.</p> <p>Está também a ser equacionado pelos dois países a realização de um Plano de controlo das plantas exóticas invasoras na Albufeira de Cedillo / Rio Ponsul.</p>
<p><i>“Qual a influência das adaptações climáticas no desenho das QSiGAS e do Plano?”</i></p>	<p>Tal como referido anteriormente, as alterações climáticas neste ciclo foram consideradas um dos critérios de seleção das QSiGAS, tendo-se considerado como QSiGAS os seus efeitos, como sejam as secas e as inundações. Ao nível da elaboração do PGRH, as alterações climáticas serão tidas em conta na elaboração dos cenários climáticos, nomeadamente no que se refere à avaliação das disponibilidades.</p>
<p>Questão colocada por um participante espanhol à 1:56:35 relativa ao “descontrolo” das captações de águas superficiais e subterrâneas nos vales do Tietar e de Alberche, às descargas indevidas que contaminam as águas</p>	<p>A questão foi colocada à Confederación Hidrográfica del Tajo que respondeu tratar-se de uma questão a ser colocada noutra fórum dado que não diz respeito às massas de água partilhadas entre Portugal e Espanha, acrescentando que a saber-se os locais onde estas ações decorrem serão realizadas ações de fiscalização. No que se refere às águas subterrâneas estas são abordadas num dos Temas Importantes que serão discutidos em sessões a realizar a nível nacional em outubro de 2020.</p>

<p>superficiais e subterrâneas e às intervenções realizadas pelos Ayuntamientos nas linhas de água para captação de água durante o Verão, que contribuem para caudais muito baixos ou nulos nas linhas de água.</p>	
<p><i>¿Se ha evaluado el impacto del nuevo aeropuerto de Lisboa en el Estuario del Tajo?</i></p> <p>Miguel Ángel Sánchez</p> <p>Asociación de Municipios Ribereños de los embalses de Entrepeñas y Buendía./ Plataforma en defensa de los ríos Tajo y Alberche de Talavera de la Reina</p>	<p>O projeto do aeroporto de Lisboa foi sujeito a um procedimento de avaliação de impacto ambiental e a sua proximidade do estuário do Tejo foi tida em conta nas suas várias vertentes.</p> <p>A Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, com competência na área de Recursos Hídricos, analisou o fator ambiental “Recursos Hídricos” (proximidade, questões de drenagem, eventual contaminação) associado a questões de conservação da natureza, impates na fauna e flora e no ecossistema estuarino.</p> <p>Todos os aspectos mencionados foram ponderados e constam dos documentos produzidos, nomeadamente no parecer da comissão de avaliação de impacte ambiental deste projeto.</p>
<p>“Es nuestra percepción que en el pasado ha habido mucha permisividad con los vertidos consentidos a las papeleras de Vila Velha de Rodao. Contemplan las medidas en el QSIGAP endurecer sanciones por este tipo de vertidos industriales? (de Soledad de la Llama)</p> <p>Tradução: “Temos a percepção que no passado houve muita permissividade com as descargas das industriais de papel de Vila Velha de Rodão.As QSIGAS prevem medidas sancionatórias mais rígidas para este tipo de descargas industriais?”</p> <p>Soledad de la Llama</p> <p>Red Ciudadana para una Nueva Cultura del Agua en el Tajo/Tejo y sus Ríos</p>	<p>A APA implementou a abordagem combinada na análise dos novos títulos de descarga das indústrias papeleiras que rejeitam o seu efluente tratado na albufeira do Fratel, tendo esta abordagem sido replicada para os outros setores, nomeadamente o urbano.</p> <p>No âmbito da abordagem combinada, os VLE a cumprir nos efluentes rejeitados, quer pela indústria, quer pelas ETAR que descarregam na albufeira de Fratel, foram definidos atendendo à capacidade de carga do meio receptor.</p> <p>Nos TURH está também refletida uma dinâmica associada à variabilidade das condições do meio receptor, como a sazonalidade e a ocorrência de episódios extremos que reduzam a capacidade de carga no meio receptor.</p> <p>As indústrias papeleiras foram também obrigadas à instalação de sondas multiparamétricas com ligação via <i>datalogger</i> à APA, quer para a monitorização do efluente rejeitado, quer para a qualidade da água superficial a jusante da rejeição, permitindo assim o conhecimento quase imediato de qualquer alteração significativa que possa ocorrer e adotar medidas corretivas que se considerem necessárias.</p> <p>De referir ainda o reforço das atividades de fiscalização e monitorização realizadas pela APA, sendo que no rio Tejo, no troço entre Cedillo e Constância é feita uma monitorização de um conjunto de parâmetros dia sim, dia não, com sondas portáteis.</p> <p>Acresce a rede de monitorização que temos com recolha de amostra, de periodicidade mensal, a instalação de duas novas sondas automáticas, uma em Perais e outra no Fratel, permitindo conhecer em tempo real as alterações da qualidade do meio, assim como a contratação de 5 novos vigilantes da natureza e as ações desenvolvidas no âmbito do Plano do Tejo Limpo.</p>

<p>“Depois dos investimentos realizados ao longo dos outros dois ciclos de planeamento para combate à poluição a qualidade das massas de água piorou. Qual a explicação? Estaremos a ser demasiado ambiciosos para atingir os objetivos de 100% das massas de água em bom estado em 2027?”</p>	<p>A APA reconhece que lamentavelmente não se obtiveram os resultados pretendidos, salientando que para esta avaliação intercalar houve um reforço de monitorização. A classificação assinalada é relativa ao período de 2014-2017, tendo 2017 sido um ano de seca na Bacia Hidrográfica do Tejo. A seca é uma das exceções previstas na DQA para o não cumprimento dos objetivos ambientais.</p> <p>Outra questão importante é que no período 2014-2017, as medidas do 2º ciclo que já tinham sido implementadas não tinham ainda tido impacto efectivo sobre o estado das massas de água e outras medidas não tinham ainda tido início. Só com base nos dados de monitorização de 2019 é que será possível aferir se houve efetivamente um evoluir favorável da classificação do estado das massas de água,</p> <p>Foi ainda salientado que o estado da massa de água é fundamental para se ter um equilíbrio com o que é efetivamente o desenvolvimento económico e social e o ambiente, por isso se deve ser ambicioso.</p> <p>O licenciamento é um principal instrumento para garantir o bom estado das massas de água, dado que apenas podem ser licenciadas as atividades que em termos de qualidade e quantidade não comprometem o estado das massas de água.</p>
<p><i>¿Se está trabajando en un escenario de gestión conjunta "real" del río Tajo entre España y Portugal más allá de los desembalses de recursos desde la frontera? ¿Existe o se plantea algún modelo de gestión de los cinco embalses del tramo final del Tajo en España (Azután, Valdecañas, Torrejón-Tajo, Alcántara y Cedillo) para garantizar el buen estado de las masas de agua en el tramo Portugués, así como los caudales ecológicos?</i></p> <p>Miguel Ángel Sánchez</p> <p>Asociación de Municipios Ribereños de los embalses de Entrepeñas y Buendía/ Plataforma en defensa de los ríos Tajo y Alberche de Talavera de la Reina</p>	<p>Efetivamente a DQA impõe que se faça um plano único, no entanto, as diferenças entre a legislação e a organização institucional dos dois países tem contribuído para que até à data não tenha ainda sido possível a elaboração de um plano conjunto. Esta situação tem sido minimizada com a articulação entre os dois países, no sentido de se elaborar um documento comum sobre os planos de ambos os lados para as regiões internacionais para cumprimento da DQA e, deste modo, atingir objetivos ambientais comuns para as massas de água fronteiriças e transfronteiriças com definição de medidas. Essa articulação tem sido realizada no âmbito da CADC.</p>
<p><i>¿Qué escenario se plantea de cara a la modificación necesaria del Convenio de ¿Albufeira en lo que concierne al río Tajo, de cara a aumentar los caudales que España debe dejar llegar a Portugal? ¿Cómo se plantea la</i></p>	<p>O acompanhamento da elaboração e execução dos PGRH da parte Espanhola e Portuguesa da Bacia Hidrográfica do Tejo é realizado periodicamente no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC). No âmbito da CADC foi criado um grupo de trabalho relativo à Qualidade da Água no rio Tejo.</p>

<p><i>modificación de los desembalses para evitar falsas sequías inducidas en Portugal por la escasez de desembalses de España hacia Portugal, y picos de turbinado muy reducidos en el tiempo que son negativos para Portugal? Siendo el Tajo en España un río "excedentario" que trasvasa una parte importante de sus recursos hacia el Mediterráneo, ¿va a plantear Portugal, ante la escasez recurrente de caudales que envía España desde Cedillo, una disminución o cese de esta infraestructura, más ante un escenario de cambio climático y disminución de aportaciones?</i></p> <p>Miguel Ángel Sánchez</p> <p>Asociación de Municipios Ribereños de los embalses de Entrepeñas y Buendía./ Plataforma en defensa de los ríos Tajo y Alberche de Talavera de la Reina</p>	
<p><i>Ante la ampliación de la caducidad de los dos reactores nucleares de Almaraz, ¿qué garantías ofrece España a Portugal para asegurar la calidad de las aguas del Tajo, ante la elevada edad de la central nuclear, que ha superado su vida útil de proyecto?</i></p> <p>Miguel Ángel Sánchez</p> <p>Asociación de Municipios Ribereños de los embalses de Entrepeñas y Buendía./ Plataforma en defensa de los ríos Tajo y Alberche de Talavera de la Reina</p>	<p>Compete à APA acompanhar os aspetos de segurança nuclear associados aos riscos de acidentes em instalações nucleares, ao abrigo do Decreto-lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro. Sem prejuízo das competências próprias da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A APA é também o ponto de contacto junto da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), enquanto Autoridade Competente para as Convenções de Notificação Rápida e Assistência de Acidentes Radiológicos e Nucleares, e junto da Comissão Europeia, ao nível do sistema European Community Urgent Radiological Information Exchange (ECURIE). A APA assegura ainda o contacto técnico com a Autoridade Competente de Espanha para emergências radiológicas e nucleares de Espanha, o Consejo de Seguridad Nuclear (CSN).</p> <p>O Consejo de Seguridad Nuclear de Espanha (CSN) é a entidade reguladora independente de Espanha para estas matérias, que depende apenas do Parlamento Espanhol e reconhecida como tal pelas entidades internacionais e comunitárias. O CSN é assim o regulador de todas as centrais nucleares espanholas, não sendo operador dessas centrais.</p> <p>Portugal e Espanha têm um procedimento de troca de informação para eventos radiológicos e nucleares, suportados no European Community Urgent Radiological Information Exchange (ECURIE), na convenção de notificação rápida de acidentes radiológicos e nucleares da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) e no acordo bilateral entre Portugal e Espanha sobre cooperação em matéria de segurança de instalações nucleares de fronteira.</p>

Os eventos ocorridos recentemente foram classificados como de nível 0. Os eventos de nível 0 são eventos em que existem pequenos desvios sem significado em termos de segurança, sem impacte nos trabalhadores, saúde humana e ambiente. Estes eventos são considerados expetáveis e ocorrem com alguma frequência durante ciclo de vida de uma central nuclear, que dispõem de vários sistemas em redundância, e estão acautelados nos procedimentos de segurança da central.

Sobre a renovação da autorização de operação da Central Nuclear de Almaraz, o plenário do Conselho de Segurança Nuclear de Espanha (CSN) votou favoravelmente, a 7 de março de 2020, a proposta de parecer técnico sobre o pedido de renovação da autorização de operação da Central Nuclear de Almaraz (CNA) localizada em Cáceres, Espanha. Desta forma, a operação da unidade I está autorizada até 1 de novembro de 2027 e da unidade II até 31 de outubro de 2028, as quais entraram em funcionamento em 1981 e 1983, respetivamente.

De acordo com a informação do CSN, a decisão baseou-se na verificação do cumprimento pelo operador das condições da atual autorização - que foi concedida em 2010 - e das instruções técnicas associadas - as Revisões Periódicas de Segurança (RPS) e os regulamentos de aplicação condicional. ~

A radioatividade no ambiente é monitorizada em contínuo através da RADNET - Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ambiente, gerida pela Agência Portuguesa do Ambiente que permite a deteção de situações de aumento anormal de radioatividade no ambiente e a disponibilização de informação ao público.

Esta Rede conta atualmente com 20 estações para monitorização da radioatividade no ambiente cobrindo o Continente e as Regiões Autónomas, das quais 17 estações monitorizam a radioatividade no ar e 3 estações monitorizam a radioatividade na água instaladas na Barragem de Fratel (Rio Tejo), na Barragem do Pocinho (Rio Douro) e na Junqueira (Guadiana).

Em complemento, o Estado Português tem implementado o programa de monitorização radiológica ambiental, que a nível nacional tem como principal objetivo avaliar a exposição efetiva da população Portuguesa à radioatividade ambiental. Este programa consiste na medição contínua e periódica de radionuclídeos naturais e artificiais, existentes em componentes ambientais como o ar, a água e os solos, bem como e em produtos da cadeia alimentar. Estes componentes são considerados as vias diretas de transferência nos vários meios, atmosférico, aquático e terrestre e em última análise, na transferência da contaminação radioativa para o Homem.

O Programa de Monitorização Radiológica Ambiental não evidencia exposição da população portuguesa devido à operação da central nuclear de Almaraz, reforçando que os valores encontrados para o trítio não têm significado do ponto de vista dos efeitos radiológicos.

<p>¿Qué proyectos plantea Portugal para regular/embalsar el Tajo en su territorio?</p> <p>Miguel Ángel Sánchez</p> <p>Asociación de Municipios Ribereños de los embalses de Entrepeñas y Buendía./ Plataforma en defensa de los ríos Tajo y Alberche de Talavera de la Reina</p>	<p>Existem no troço Português do rio Tejo, duas albufeiras, Fratel e Belver, não existindo à data projetos para a construção de novas barragens no troço principal do Tejo.</p>
<p><i>“No es de recibo que se estén pidiendo caudales ecológicos para el Tajo portugués desde España cuando no se percibe que las autoridades portuguesas estén siendo lo suficientemente vigilantes” (de Soledad de la Llama)</i></p> <p>Soledad de la Llama</p> <p>Red Ciudadana para una Nueva Cultura del Agua en el Tajo/Tejo y sus Ríos</p>	<p>O acompanhamento da elaboração e execução dos PGRH da parte Espanhola e Portuguesa da Bacia Hidrográfica do Tejo é realizado periodicamente no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC). A CADC é um importante instrumento de articulação entre os dois países para, em conjunto, encontrar os melhores mecanismos para atingir os objetivos comunitários, nomeadamente os relativos à implementação da Diretiva Quadro da Água, a que ambos os países estão obrigados.</p>
<p><i>“Sobre la necesidad de revisión del Convenio de Albufeira, qué pueden compartir con nosotros respecto del Tajo/Tejo? Cómo van a articular el Convenio para que pueda ser garante de la Directiva Marco del Agua? No sería necesario además incluir fichas específicas en el ETI español y en el portugues para hacer a los planes del tercer ciclo de planificación garantes de ese cumplimiento de la DMA y más aún de la posible implantación de caudales ecológicos?”</i></p> <p>Soledad de la Llama</p> <p>Red Ciudadana para una Nueva Cultura del Agua en el Tajo/Tejo y sus Ríos</p>	<p>Os aspectos relativos à revisão do Convénio de Albufeira saem fora do âmbito da elaboração do PGRH.</p> <p>No que se refere às outras duas perguntas é de referir que o acompanhamento da elaboração e execução dos PGRH da parte Espanhola e Portuguesa da Bacia Hidrográfica do Tejo é realizado periodicamente no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC). A CADC é um importante instrumento de articulação entre os dois países para, em conjunto, encontrar os melhores mecanismos para atingir os objetivos comunitários, nomeadamente os relativos à implementação da Diretiva Quadro da Água, a que ambos os países estão obrigados.</p> <p>A APA considera não ser necessário incluir uma nova QSiGA que <i>“garantes de ese cumplimiento de la DMA y más aún de la posible implantación de caudales ecológicos?”</i>, por considerar que as QSiGAS atualmente seleccionadas para a RH5 permitem abarcar as questões significativas, em termos qualitativos e quantitativos, que podem comprometer que sejam atingidos os objetivos ambientais da DQA.</p>
<p>Como se vão incorporar os aspetos hidromorfológicos na avaliação do estado das massas de água partilhadas entre os dois países? E em particular no cumprimento do Convénio de Albufeira? Como se vão acordar entre os dois países as medidas</p>	<p>A CHT referiu que o ministério do ambiente espanhol tem vindo a desenvolver uma metodologia para a caracterização hidromorfológica das massas de água.</p> <p>No que se refere à harmonização dos sistemas de classificação do estado ecológico entre os dois países, o <i>Programa de Evaluación Conjunta de las masas de agua de las cuencas hidrográficas hispano-portuguesas (POCTEP)</i>, Programa Interreg V A. España – Portugal, tem como objetivos, entre outros: a) a harmonização de</p>

<p>para melhorar as características hidromorfológicas das massas de água.</p> <p>WWF Espanha</p>	<p>metodologias de monitorização do potencial/estado ecológico das massas de água transfronteiriças; b) a monitorização do potencial/estado ecológico das massas de água fronteiriças e transfronteiriças.</p> <p>No âmbito da elaboração do PGRH está prevista a realização de reuniões conjuntas PT-ES para harmonização do estado das massas de água e para a definição do Programa de Medidas.</p>
<p><i>“TEMA: MEJORA DEL ESPACIO FLUVIAL: “DAR MÁS ESPACIO AL RÍO” y RECUPERANDO LAS LLANURAS DE INUNDACIÓN.</i></p> <p><i>1. ¿Qué anchura creen Vds. que deberían tener las ZONAS DE PROTECCIÓN de los ríos en el Siglo XXI? a) ¿100 m? b) ¿300 m? c) ¿500 m? d) ¿1.000 m? e) ¿Otra anchura?</i></p> <p><i>Como saben, En España, actualmente, la Zona de Servidumbre tiene sólo 5 metros! y la Zona de Policía tiene sólo 100 metros!.</i></p> <p><i>2. ¿Qué usos se deberían permitir o prohibir en esas ZONAS DE PROTECCIÓN de los ríos? - Ningún uso humano (declararlas zonas salvajes); Uso humano sostenible (senderos de tierra para desplazamiento a pie); Usos agrícola; Uso urbano; Uso transporte (carreteras, ferrocarril..).”</i></p> <p>Fernando Talayero Sebastián</p>	<p>A questão foi colocada à Confederación Hidrográfica del Tajo</p>
<p><i>“Ex.mos Senhores, estou na sessão e não estou a ver nada sobre a Central Nuclear de Almaraz? Esta não foi considerada!”</i></p> <p>José Moura</p> <p>Nisa, Portalegre</p> <p>(AZU e movimento proTejo)</p>	<p>A QSiGA 29 “ Contaminação Radioativa” faz parte da Lista de potenciais questões por área temática do 3.º ciclo. No entanto, em resultado da aplicação dos critérios de seleção, esta QSiGA não foi selecionada para a RH5.</p> <p>Importa referir que compete à APA acompanhar os aspetos de segurança nuclear associados aos riscos de acidentes em instalações nucleares, ao abrigo do Decreto-lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro. Sem prejuízo das competências próprias da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A APA é também o ponto de contacto junto da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), enquanto Autoridade Competente para as Convenções de Notificação Rápida e Assistência de Acidentes Radiológicos e Nucleares, e junto da Comissão Europeia, ao nível do sistema European Community Urgent Radiological Information Exchange (ECURIE). A APA assegura ainda o contacto técnico com</p>

a Autoridade Competente de Espanha para emergências radiológicas e nucleares de Espanha, o Consejo de Seguridad Nuclear (CSN).

O Consejo de Seguridad Nuclear de Espanha (CSN) é a entidade reguladora independente de Espanha para estas matérias, que depende apenas do Parlamento Espanhol e reconhecida como tal pelas entidades internacionais e comunitárias. O CSN é assim o regulador de todas as centrais nucleares espanholas, não sendo operador dessas centrais.

Portugal e Espanha têm um procedimento de troca de informação para eventos radiológicos e nucleares, suportados no European Community Urgent Radiological Information Exchange (ECURIE), na convenção de notificação rápida de acidentes radiológicos e nucleares da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) e no acordo bilateral entre Portugal e Espanha sobre cooperação em matéria de segurança de instalações nucleares de fronteira.

Os eventos ocorridos recentemente foram classificados como de nível 0. Os eventos de nível 0 são eventos em que existem pequenos desvios sem significado em termos de segurança, sem impacte nos trabalhadores, saúde humana e ambiente. Estes eventos são considerados expetáveis e ocorrem com alguma frequência durante ciclo de vida de uma central nuclear, que dispõem de vários sistemas em redundância, e estão acautelados nos procedimentos de segurança da central.

Sobre a renovação da autorização de operação da Central Nuclear de Almaraz, o plenário do Conselho de Segurança Nuclear de Espanha (CSN) votou favoravelmente, a 7 de março de 2020, a proposta de parecer técnico sobre o pedido de renovação da autorização de operação da Central Nuclear de Almaraz (CNA) localizada em Cáceres, Espanha. Desta forma, a operação da unidade I está autorizada até 1 de novembro de 2027 e da unidade II até 31 de outubro de 2028, as quais entraram em funcionamento em 1981 e 1983, respetivamente.

De acordo com a informação do CSN, a decisão baseou-se na verificação do cumprimento pelo operador das condições da atual autorização - que foi concedida em 2010 - e das instruções técnicas associadas - as Revisões Periódicas de Segurança (RPS) e os regulamentos de aplicação condicional. ~

A radioatividade no ambiente é monitorizada em contínuo através da RADNET - Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ambiente, gerida pela Agência Portuguesa do Ambiente que permite a deteção de situações de aumento anormal de radioatividade no ambiente e a disponibilização de informação ao público.

Esta Rede conta atualmente com 20 estações para monitorização da radioatividade no ambiente cobrindo o Continente e as Regiões Autónomas, das quais 17 estações monitorizam a radioatividade no ar e 3 estações monitorizam a radioatividade na água instaladas na Barragem de Fratel (Rio Tejo), na Barragem do Pocinho (Rio Douro) e na Junqueira (Guadiana).

	<p>Em complemento, o Estado Português tem implementado o programa de monitorização radiológica ambiental, que a nível nacional tem como principal objetivo avaliar a exposição efetiva da população Portuguesa à radioatividade ambiental. Este programa consiste na medição contínua e periódica de radionuclídeos naturais e artificiais, existentes em componentes ambientais como o ar, a água e os solos, bem como e em produtos da cadeia alimentar. Estes componentes são considerados as vias diretas de transferência nos vários meios, atmosférico, aquático e terrestre e em ultima análise, na transferência da contaminação radioativa para o Homem.</p> <p>O Programa de Monitorização Radiológica Ambiental não evidencia exposição da população portuguesa devido à operação da central nuclear de Almaraz, reforçando que os valores encontrados para o trítio não têm significado do ponto de vista dos efeitos radiológicos.</p>
<p><i>“Bom dia</i></p> <p><i>Colocamos a seguinte questão: Qual o motivo pelo qual a CADC não divulga anualmente os relatórios sobre a qualidade das águas transfronteiriças como o faz para a quantidade de água, sendo que o último divulgado respeita ao ano hidrológico de 2009/2010?”</i></p> <p>Ana Silva, José Moura e Paulo Constantino</p> <p>(Os porta-vozes do proTEJO)</p>	<p>A articulação entre Portugal e Espanha, nomeadamente em matérias como a classificação do estado das massas de água e o regime de caudais, é realizada no seio da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC), sendo os relatórios disponibilizados periodicamente no site da CADC.</p> <p>Apenas se divulga anualmente para o regime de caudais porque a classificação das massas de água, realizadas conforme a DQA, só é efetuada nos ciclos de planeamento dos PGRH, ou seja, de 6 em 6 anos, e não anualmente.</p>
<p><i>“Desejamos felicitar a Confederación Hidrográfica del Tajo por ter dado voz às organizações de cidadania espanholas para participarem no Debate.</i></p> <p><i>As principais questões que afetam o rio Tejo em Portugal estão efetivamente a ser apresentadas pela Confederación Hidrográfica del Tajo e a ser respondidas por estes.</i></p> <p><i>Muitos parabéns!</i></p> <p>Ana Silva, José Moura e Paulo Constantino</p> <p>(Os porta-vozes do proTEJO)</p>	<p>Não envolve resposta.</p>

<p><i>“Bom dia,</i></p> <p><i>Colocamos a seguinte questão:</i></p> <p><i>Como se garante a coerência entre uma Convenção de Albufeira que não passou um regime de caudais ecológicos e um plano de gestão hidrológico que prevê a implementação de caudais ecológicos? Esta pretensão de implementar caudais ecológicos também o será em Cedillo e Ponte de Muge, pontos de controlo da Convenção de Albufeira?”</i></p> <p>Ana Silva, José Moura e Paulo Constantino (Os porta-vozes do proTEJO)</p>	<p>O acompanhamento da elaboração e execução dos PGRH da parte Espanhola e Portuguesa da Bacia Hidrográfica do Tejo é realizado periodicamente no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC). A CADC é um importante instrumento de articulação entre os dois países para, em conjunto, encontrar os melhores mecanismos para atingir os objetivos comunitários, nomeadamente os relativos à implementação da Diretiva Quadro da Água, a que ambos os países estão obrigados.</p>
<p><i>“Ainda hoje recebi fotos da massa de água do Tejo Internacional (barragem de Cedillo) que mostram um extenso manto verde de plantas aquáticas, talvez azolla. Possivelmente este manto também estará presente no rio Ponsul, o Sever outros. Quais as medidas conjuntas efectivas que irão ser aplicadas neste 3º Ciclo para reduzir ou eliminar este flagelo?”</i></p> <p>Armindo Silveira</p>	<p>A Azolla é um pteridófito (feto) aquático flutuante, exótico, que em condições favoráveis (temperatura elevada, caudais reduzidos e disponibilidade em nutrientes, principalmente fósforo) multiplica-se rapidamente dando origem a tapetes de cor tipicamente verde - avermelhada que cobrem a superfície da água. Esta planta não é tóxica para o homem ou para os animais, podendo ser utilizada na agricultura como biofertilizante ou ser integrado nas rações para animais devido à sua riqueza em proteínas</p> <p>Os blooms de Azolla acompanhados ou não por lentilha, outro macrófito aquático, são recorrentes na albufeira de Albufeira de Monte Fidalgo (Cedillo), pelo menos desde 2009, dado que os esporos permanecem de uns anos para os outros, no entanto são temporários e tenderão a desaparecer</p> <p>A APA/ARHTO tem vindo a monitorizar a albufeira de Cedillo (6 vezes por ano) e o rio Ponsul (trimestralmente desde 2014 e mensalmente desde abril de 2019) e a realizar ações de fiscalização no sentido de identificar eventuais descargas indevidas, assim como, embora com menor periodicidade, os restantes afluentes à Albufeira de Cedillo.</p> <p>A APA/ARHTO tem vindo a acompanhar por drone e por imagem de satélite e igualmente no terreno os blooms de macrófitos aquáticos.</p> <p>A APA/ARHTO tem estado em contacto com a Confederação Espanhola do Rio Tejo, para a tomada de ações conjuntas.</p> <p>Importa também referir que no âmbito da CADC existe um grupo de trabalho relativo à qualidade da água no Tejo no âmbito do qual se pretende concertar um conjunto de ações para a melhoria da qualidade da água do rio Tejo, nomeadamente ao nível dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica</p>
<p><i>“Já existe data para serem implementados neste 3º e último Ciclo caudais ecológicos entre Espanha e Portugal? Se não, quais são os problemas</i></p>	<p>O acompanhamento da elaboração e execução dos PGRH da parte Espanhola e Portuguesa da Bacia Hidrográfica do Tejo é realizado periodicamente no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas</p>

<p><i>que impedem essa implementação?”</i></p> <p>Armindo Silveira</p>	<p>Luso-Espanholas (CADC). A CADC é um importante instrumento de articulação entre os dois países para, em conjunto, encontrar os melhores mecanismos para atingir os objetivos comunitários, nomeadamente os relativos à implementação da Diretiva Quadro da Água, a que ambos os países estão obrigados.</p>
<p><i>“Espanha pretende implementar um sistema de "rebombagem" da água para a barragem de Alcantara. A APA já foi informada deste projecto como obriga a DQA? Quais os impactos negativos ao nível do cumprimento da DQA?”</i></p> <p>Armindo Silveira</p>	<p>Portugal não tem conhecimento até à data da instalação de reversibilidade da central.</p>
<p><i>“Em caso de acidente na Central Nuclear de Almaraz que atinja as águas do rio Tejo, quais os mecanismos conjuntos de reação rápida que existem para fazer face a esta contaminação radioativa?”</i></p> <p>Armindo Silveira</p>	<p>Compete à APA acompanhar os aspetos de segurança nuclear associados aos riscos de acidentes em instalações nucleares, ao abrigo do Decreto-lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro. Sem prejuízo das competências próprias da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A APA é também o ponto de contacto junto da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), enquanto Autoridade Competente para as Convenções de Notificação Rápida e Assistência de Acidentes Radiológicos e Nucleares, e junto da Comissão Europeia, ao nível do sistema European Community Urgent Radiological Information Exchange (ECURIE). A APA assegura ainda o contacto técnico com a Autoridade Competente de Espanha para emergências radiológicas e nucleares de Espanha, o Consejo de Seguridad Nuclear (CSN).</p> <p>O Consejo de Seguridad Nuclear de Espanha (CSN) é a entidade reguladora independente de Espanha para estas matérias, que depende apenas do Parlamento Espanhol e reconhecida como tal pelas entidades internacionais e comunitárias. O CSN é assim o regulador de todas as centrais nucleares espanholas, não sendo operador dessas centrais.</p> <p>Portugal e Espanha têm um procedimento de troca de informação para eventos radiológicos e nucleares, suportados no European Community Urgent Radiological Information Exchange (ECURIE), na convenção de notificação rápida de acidentes radiológicos e nucleares da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) e no acordo bilateral entre Portugal e Espanha sobre cooperação em matéria de segurança de instalações nucleares de fronteira.</p> <p>Os eventos ocorridos recentemente foram classificados como de nível 0. Os eventos de nível 0 são eventos em que existem pequenos desvios sem significado em termos de segurança, sem impacte nos trabalhadores, saúde humana e ambiente. Estes eventos são considerados expetáveis e ocorrem com alguma frequência durante ciclo de vida de uma central nuclear, que dispõem de vários sistemas em redundância, e estão acautelados nos procedimentos de segurança da central.</p> <p>Sobre a renovação da autorização de operação da Central Nuclear de Almaraz, o plenário do Conselho de Segurança Nuclear de Espanha (CSN) votou favoravelmente, a 7 de março de 2020, a</p>

	<p>proposta de parecer técnico sobre o pedido de renovação da autorização de operação da Central Nuclear de Almaraz (CNA) localizada em Cáceres, Espanha. Desta forma, a operação da unidade I está autorizada até 1 de novembro de 2027 e da unidade II até 31 de outubro de 2028, as quais entraram em funcionamento em 1981 e 1983, respetivamente.</p> <p>De acordo com a informação do CSN, a decisão baseou-se na verificação do cumprimento pelo operador das condições da atual autorização - que foi concedida em 2010 - e das instruções técnicas associadas - as Revisões Periódicas de Segurança (RPS) e os regulamentos de aplicação condicional. ~</p> <p>A radioatividade no ambiente é monitorizada em contínuo através da RADNET - Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ambiente, gerida pela Agência Portuguesa do Ambiente que permite a deteção de situações de aumento anormal de radioatividade no ambiente e a disponibilização de informação ao público.</p> <p>Esta Rede conta atualmente com 20 estações para monitorização da radioatividade no ambiente cobrindo o Continente e as Regiões Autónomas, das quais 17 estações monitorizam a radioatividade no ar e 3 estações monitorizam a radioatividade na água instaladas na Barragem de Fratel (Rio Tejo), na Barragem do Pocinho (Rio Douro) e na Junqueira (Gadiana).</p> <p>Em complemento, o Estado Português tem implementado o programa de monitorização radiológica ambiental, que a nível nacional tem como principal objetivo avaliar a exposição efetiva da população Portuguesa à radioatividade ambiental. Este programa consiste na medição contínua e periódica de radionuclídeos naturais e artificiais, existentes em componentes ambientais como o ar, a água e os solos, bem como e em produtos da cadeia alimentar. Estes componentes são considerados as vias diretas de transferência nos vários meios, atmosférico, aquático e terrestre e em última análise, na transferência da contaminação radioativa para o Homem.</p> <p>O Programa de Monitorização Radiológica Ambiental não evidencia exposição da população portuguesa devido à operação da central nuclear de Almaraz, reforçando que os valores encontrados para o trítio não têm significado do ponto de vista dos efeitos radiológicos.</p>
<p><i>“Bons dias, No âmbito da anterior sessão de participação pública ficou por responder às questões do email abaixo. Assim, solicita-se saber se os serviços da apa pretendem responder ou não? É referido que houve apenas 5 participações nesta fase de participação pública. Nessa sequência, gostaríamos de ter acesso ao conteúdo das</i></p>	<p>A resposta ao e-mail da APAS, datado de qua 09/09/2020 13:01, onde constam as perguntas já anteriormente colocadas por e-mail, consta da Ficha de Contributos, que pela sua extensão não é aqui repetido.</p>

<p><i>respectivas participações. Aguarda-se resposta.”</i></p> <p>João Azevedo (APAS – Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena)</p>	
<p><i>“Bom dia, Gostaria de saber se irá ser disponibilizada no site a apresentação realizada na sessão que se realizou em 8 de julho de 2020.”</i></p> <p>Sara Dionisio</p>	<p>As apresentações estão disponíveis em https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=1521</p>
<p><i>“Bom dia, Reparei que se passa da QSiGA 7 para a QSiGA 9. foi um erro de numeração ou a questão existe mesmo.</i></p> <p>Ana Silva</p>	<p>As QSiGAS são definidas a nível nacional e numeradas de 1 a 35. A QSiGA 8 “<i>Agravamento da qualidade da água devido aos sedimentos (arrastamento e suspensão)</i>” não está identificada para a RH5.</p>
<p><i>As questões relativas à contaminação não contempla a questão dos OGM, nem da Radioactividade.</i></p> <p>Ana Silva</p>	<p>As questões relacionadas com os OGM saem fora do âmbito da Diretiva Quadro da Água pelo que não estão referenciados em nenhuma das potenciais QSiGAS identificadas a nível nacional.</p>
<p><i>Ao nível da contaminação por micro plásticos não importaria considerar medidas no sentido de conter a entrada dessas partículas nas massas de água, com especial atenção no que diz respeito às micro-partículas têxteis?”</i></p> <p>Ana Silva</p>	<p>A presença de plásticos e microplásticos na água constitui uma das preocupações da Comissão Europeia, estando Portugal alinhada com o estabelecido pela Comissão Europeia</p>
<p><i>Bom dia</i></p> <p><i>Na apresentação da CHTajo não foi selecionada para apresentação a questão dos caudais ecológicos. A sua definição para os troços do Tejo imediatamente a montante da fronteira é um importante instrumento para assegurar um bom estado ambiental das massas de água, em conjunto com a implementação de um regime semelhante em Portugal. A definição do regime de caudais ecológicos em Espanha e Portugal contribui também para os objetivos do Convénio de Albufeira que</i></p>	<p>A questão foi colocada à Confederación Hidrográfica del Tajo</p>

estabelece que ambas as partes devem colaborar na melhoria do estado das massas de água e na prevenção e controlo dos impactos ambientais transfronteiriços.

Concretamente, a definição do regime de caudais ecológicos em Espanha para os troços do Tejo a montante da fronteira determinará o processo de melhoria do regime de caudais em vigor no quadro da Convenção de Albufeira, e a substituição do regime provisório que está atualmente em vigor.

O que é que os colegas espanhóis podem esclarecer sobre as iniciativas previstas nesta área? Ao que sei, este regime já foi definido para alguns troços de montante do Tejo, mas tarda a ser estabelecido para os troços de jusante.

Rodrigo Proença de Oliveira

A sessão foi encerrada Presidente da Confederación Hidrográfica del Tajo, e pelo Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente.

RH6 - Sessão da Região Hidrográfica do Sado e Mira 9 de julho de 2020

No âmbito da 2ª fase de elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6), do 3º ciclo de planeamento, 2022-2027, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., através da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo), realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA).

Considerando a situação excecional de Estado de Emergência decretado no contexto do combate à pandemia COVID-19, a sessão foi realizada por meios telemáticos, com a realização de uma videoconferência *online* (webinar), na plataforma ZOOM, no dia 09 de julho de 2020, entre as 10h30m e as 12h00m.

A Sessão de Participação Pública foi constituída por cinco momentos, designadamente, boas vindas aos participantes, apresentação das QSiGA identificadas na RH6, participação pública, resposta a questões colocadas pelos participantes e encerramento da sessão.

A sessão de participação pública contou com um total de 63 inscrições, 8% a título individual e 92% em representação de uma entidade/organização.

O painel de oradores foi constituído por:

- José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- António André Matoso Pereira, Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA, I.P.
- Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH da APA, I.P.
- Manuela Morais, Professora da Universidade de Évora.

André Matoso, Administrador da Região Hidrográfica do Alentejo, procedeu à abertura da sessão, dando as boas vindas institucionais e agradecendo a presença e participação de todos os presentes.

André Matoso começou por referir que a Agência Portuguesa do Ambiente, IP promove, durante um período de 6 meses, o procedimento de participação pública relativo às Questões Significativas da Gestão da Água na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6), com o objetivo de completar e melhorar o conjunto de QSiGA identificadas nesta Região. O procedimento de participação pública das QSiGA, que surge numa fase ainda preparatória dos PGRH, constitui uma oportunidade única, que deve ser potenciada pela administração e pelas partes interessadas. A participação e envolvimento dos principais agentes neste processo é fundamental para a concertação de posições e de compromissos sobre as questões a serem tratadas nos PGRH.

Seguidamente, André Matoso apresentou a delimitação geográfica da bacia do Sado e Mira, procedendo à síntese das principais pressões qualitativas pontuais que mais afetam as águas subterrâneas e superficiais, dado que a análise das principais pressões e impactes é fundamental para a identificação das QSiGA.

Foi também apresentada a classificação do estado global das massas de água superficiais e subterrâneas, tendo André Matoso em seguida, analisado o ponto de situação da implementação de medidas de âmbito regional relativas à avaliação intercalar do PGRH no final de 2017 e de outras medidas específicas.

Foram apresentadas as QSiGA, por área temática, identificadas na RH6 (25 QSiGA em 7 áreas temáticas).

Em seguida procedeu à análise individual de cada área temática e das QSiGA que as constituem, designadamente, o que tem sido feito e o que importa desenvolver e foi efetuado um pequeno questionário aos participantes, cujos resultados são apresentados no corpo do relatório base.

Seguiu-se a fase das perguntas colocadas pelos participantes na sessão e correspondentes respostas, conduzida por Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Alentejo.

As questões foram colocadas através de e-mail, tendo sido respondidas durante a sessão por Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo, Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos hídricos da APA, I.P. e Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH da APA, I.P.

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes e correspondentes respostas:

“No âmbito do novo ciclo estão a proceder a nova caracterização e diagnóstico das massas de água. Está concluída ou ainda em curso?”

Responde Alice Fialho: De fato, como o Dr. André teve oportunidade de referir, o trabalho de monitorização tem sido um trabalho contínuo e é um trabalho que começou há 10 anos atrás. Em 2009 começámos intensamente a monitorizar as massas de água, temos uma área de grande dimensão, muitas massas de água e ao longo destes ciclos, mediante uma estratégia nacional, fomos identificando um conjunto de massas de água que vamos monitorizando ao longo dos vários anos, de forma a que no final de um ciclo de planeamento, tenhamos todas as massas de água monitorizadas. Temos um problema, que muitas das massas de água não têm água, mas até essas neste momento, consideramos que já as temos monitorizadas porque sabemos quando têm água e quando não têm água e todo este trabalho tem sido de facto muito importante. Para este 3º ciclo, começámos a monitorizar em 2014 até 2017. Com todo um conjunto de monitorização que realizámos conseguimos realizar o relatório intercalar que é parte da informação que já disponibilizámos e hoje consta do relatório das QSiGA. Em 2018 e 2019 continuámos a monitorizar e estes dados de monitorização vão então integrar a caracterização e diagnóstico para o 3º ciclo de planeamento. Portanto, esta é uma monitorização que nunca está concluída e nos últimos 2 anos monitorizámos todos os elementos que contribuem para a avaliação do estado das massas de água. Para terem noção, este ano é um ano em que pela 2ª vez vamos realizar avaliação do biota e também dos sedimentos, porque a Diretiva Quadro determina a monitorização de todos estas matrizes, a matriz água, sedimento e biota. Também temos vindo de forma progressiva a alargar a monitorização a todas as tipologias de massas de água, incluindo as massas de água costeiras e de transição. Nos últimos 2 anos, a APA criou logística e rotinas, também de monitorização destas massas de água, principalmente as massas de água costeiras e de transição, porque implica uma logística de embarcações, de um conjunto de requisitos, e, portanto, esse esforço com recursos internos e também alguma aquisição de serviços externos, a complementar toda esta monitorização. Portanto, a resposta é sim, neste momento temos dados suficientes para a caracterização e diagnóstico das massas de água para o 3º ciclo, porque também complementando a monitorização, atualizamos as pressões da região hidrográfica, nomeadamente as pressões urbanas. Também neste ciclo fizemos um esforço para complementar e conhecer melhor todas as rejeições, portanto, o setor urbano está neste momento muito bem caracterizado e também a parte quantitativa, também se melhorou muito o conhecimento sobre as pressões

hidromorfológicas. Este é um trabalho que entendemos como contínuo, terá sempre que ter associada esta estratégia de atualização e de monitorização.

“O atraso na implementação das medidas poderá pôr em causa o objetivo de atingir no fim do ciclo de planeamento os 72% do bom estado das massas de água. A esta data é possível fazer uma avaliação deste risco?”

Responde Fernanda Gomes: A questão do atingir os objetivos ambientais, a definição das metas para 2021, foram realizadas no 2º ciclo com base na avaliação do estado que havia na altura e o conhecimento das pressões que havia na altura, foi feita uma estimativa da definição dessa meta, que neste caso era 75% para 2021 e tínhamos 40% das massas de água em bom estado. Com esta avaliação intercalar que se fez em 2018, baseada na monitorização que se fez entre 2014 e 2017, verificámos que em termos percentuais o estado das massas de água em bom estado é 38%, ou seja, houve aqui uma descida de 2%. No entanto, esta monitorização foi uma monitorização muito mais extensa, em muito mais massas de água e com mais parâmetros e portanto também reflete o princípio da DQA, one out all out. Também paralelamente a esta avaliação do estado, fez-se a avaliação do ponto de implementação das medidas. Esse ponto de avaliação foi feito para 2016 e 2017, neste momento estamos a fazer agora também para o ano de 2018, 2019, ou seja este ponto de situação das medidas só reflete 2 anos de implementação de medidas pelo que ainda é muito pouco para se saber a eficácia ou qual vai ser o efeito dessas medidas no estado das massas de água. Muitas medidas também que estavam previstas para serem iniciadas em 2016 e 2017 foram adiadas, cerca de 56% das medidas específicas foram adiadas, houve aqui assim uma grande ambição, até por parte dos próprios setores, de acharem que tinham que iniciar uma série de medidas e que na realidade isso não aconteceu. Neste novo ponto de situação das medidas também vamos ver como é que está essa situação de implementação das medidas. Com a nova monitorização do estado das massas de água também vamos ver como é que está o estado quanto à monitorização de 2017 e 2018 e temos que no 3º ciclo fazer esta revisão. Consoante o estado das massas de água, consoante as medidas que estão em curso ver o que é que é necessário ainda de definir de medidas e claro que vamos ter a agravante de uma nova crise financeira que aí vem derivado do estado da pandemia Covid, que também tem que entrar em conta na definição de novas medidas e mesmo na definição de objetivos ambientais para se atingir o bom estado das massas de água.

“Gostaríamos de saber, em consonância com as questões 1, 5, 6, 19, 20 como vão considerar o aumento da pressão nos recursos hídricos, que os vários empreendimentos turísticos de grandes dimensões presentemente planeados para a orla costeira Tróia- Melides, incluindo 2 campos de golf, virão colocar sobre as águas subterrâneas ali naquela zona tão sensível.”

Responde Alice Fialho: todos estes processos de grande dimensão são alvo de avaliação de impacte ambiental. No âmbito dessa avaliação são avaliadas as utilizações e as disponibilidades para se atribuírem ou não títulos de utilização de água quer de captação quer de rejeição. Também são alvo de programas de monitorização, são avaliadas as condicionantes e os problemas que cada empreendimento pode constituir para os recursos hídricos e são definidas medidas e condicionantes no sentido de minimizar os impactes. Depois são alvo de programas de monitorização quando têm captações próprias e no caso dos campos de golfe não têm captações novas e têm sistemas de gestão de água no sentido de reutilização de águas para utilizar na rega. Temos também nesta zona deste sistema aquífero da bacia do Tejo-Sado uma rede de monitorização que nos permite acompanhar a evolução dos níveis sob o ponto de vista quantitativo e também sob o ponto de vista qualitativo, uma rede de monitorização ativa que nos permite avaliar e verificar a influência dessas atividades. Quando se detetam problemas, na emissão de parecer aos relatórios de pós-avaliação são reajustadas medidas ou definidas medidas no sentido de vir a monitorizar e a regredir qualquer situação de contaminação que possa estar a acontecer. A APA tem em curso o desenvolvimento de um estudo para avaliar as

disponibilidades para todas as massas de água no sentido de se vir a definir limites à extração de água. As massas de água subterrâneas para o estado quantitativo têm legislação própria que determina o nível de exploração que podemos ter numa determinada massa de água e também no âmbito do plano, em cada ciclo de planeamento, quando verificamos que esses valores podem estar a ser demasiado altos por indicação das redes piezométricas, no caso das águas subterrâneas, no âmbito do plano pode haver necessidade de rever essa legislação e rever esse valor de forma a que não sejam colocados em causa os recursos renováveis da massa de água.

Responde Felisbina Quadrado: A questão das disponibilidades numa região que tem sido fustigada nos últimos anos por uma seca prolongada torna-se um assunto extremamente premente e por isso a relação que existe entre os diferentes utilizadores e que foi conseguido desde 2017 no âmbito da sub- Comissão Sul em que se sentou à mesma mesa os vários utilizadores e se encontrou os melhores caminhos para de uma forma racional e sustentável utilizar as disponibilidades existentes, demonstram claramente que este é o caminho que temos que seguir. Paralelamente a APA tem estado a dotar-se de instrumentos e de conhecimento no sentido de melhorar cada vez mais o licenciamento. O licenciamento é efetivamente o instrumento ideal, não só para a Administração enquanto gestora dos recursos hídricos mas também para os próprios utilizadores, para que não tenham uma perspetiva que poderá depois não se concretizar. É muito importante que o licenciamento de fato tenha esta vertente de ter aqui uma análise do risco, ou seja, quando eu atribuo um determinado valor, qual é o risco que eu tenho de não conseguir garantir durante algum tempo face a vicissitudes que possam vir a acontecer e, para além disso, garantir o bom estado das massas de água. É portanto um exercício complicado e por isso nós no âmbito da elaboração dos planos do 3º ciclo lançámos um estudo que está neste momento a decorrer para avaliar as disponibilidades existentes nas massas de água superficiais e subterrâneas, foi feito um levantamento dos dados existentes em várias estações desde 1930 até 2015, ou seja, incluindo já os anos mais recentes que é onde efetivamente e nomeadamente, a partir de 2000 começa a haver uma diminuição significativa das disponibilidades, da precipitação e o aumento da temperatura que se reflete evidentemente nas disponibilidades e temos que ter aqui uma avaliação que nos permita ter já este enquadramento mais atual e a partir daqui ficarmos com esta informação para podermos licenciar de uma forma mais próxima daquilo que são as disponibilidades não criando falsas expectativas e garantindo que os utilizadores têm uma melhor articulação entre si, garantindo que não há aqui um conflito de usos. Outra questão que é importante aqui lançar e falando nomeadamente dos golfes mas de todas as utilizações é que de fato Portugal lançou, na sequência de um regulamento comunitário, legislação para utilização de águas para reutilização. É muito importante esta nova origem, é evidente que estamos a iniciar este caminho, é evidente que terá que haver aqui um apoio muito grande quer através do Fundo Ambiental quer através do conhecimento que a APA tem, mas não pode deixar de ser algo que se tem que considerar para efetivamente se contar para as utilizações. A utilização de APR tem que constituir agora um desafio para as utilizações, nomeadamente, nas bacias onde a escassez efetivamente é um problema grave.

“As RH Sado e Mira estão a ser afetadas por um longo período de seca, principalmente o Sado, tem arrastado a sua situação crítica. De que forma o novo ciclo de planeamento vai integrar esta questão e o atingir do bom estado das massas de água?”

Responde Felisbina Quadrado: Temos vários instrumentos ao nosso dispor e vamos usa-los e nas situações em que no que se refere ao estado da massa de água, o principal motivo por que não atingiu o bom estado foi por questões associadas à questão daquilo que são os impactos da seca poderemos usar a exceção do 4.6 que está no n.º 6 do artigo 4.º da Diretiva Quadro da Água, ou seja, é uma derrogação temporária sendo que teremos que avaliar se não fosse por isso teríamos atingido o bom estado. Neste plano, aquilo que são os efeitos da seca prolongada

e os efeitos das alterações climáticas vão ter um efeito muito maior neste 3º ciclo atendendo ao que se tem estado a verificar.

“Sobre a possível utilização de pesticidas e herbicidas pelo sector do arroz. Tem a ARH efetuado análises regulares ao solo e águas utilizados nesta cultura para deteção de contaminantes químicos/metais pesados?”

Responde Alice Fialho: Como já referimos e a Felisbina completou também agora, nós monitorizamos a matriz água, a matriz sedimentos e a matriz biota. Nos sedimentos, estes são monitorizados a jusante de ETAR's de grande dimensão. A nossa monitorização é feita nos cursos de água, com todas estas componentes e todos estes parâmetros em função das localizações das pressões, definimos assim a monitorização das variadas substâncias. Assim, consideramos ter a situação caracterizada ao nível da bacia porque também integramos os resultados de monitorização dos utilizadores, nomeadamente de monitorização efetuada pelo setor urbano. Também a monitorização efetuada pelas associações de regantes e pela EDIA nos vários cursos de água a jusante dos perímetros de rega é uma importante componente de dados que integramos nesta monitorização e avaliação do estado das massas de água.

“A ARH tem preparado algum plano para reduzir ou eliminar as escorrências, provenientes de minas (ativas ou abandonadas), para a bacia do Sado e Mira?”

Responde Alice Fialho: Da mesma forma, na nossa rede de monitorização também temos pontos estratégicos a jusante das minas e monitorizamos objetivamente os metais e as substâncias que fazem sentido nessas estações e que nos permitem avaliar o impacto dessas pressões no meio. Relativamente a planos de recuperação, é esse o trabalho que nós fazemos com os stakeholders, nomeadamente com a ADM que é a entidade responsável pela gestão das minas abandonadas, identificam-se os planos em curso ou a iniciar, para assim serem considerados enquanto medidas associada a determinada pressão.

Responde André Matoso: Isto é um excelente exemplo do que é a participação pública, do que é o envolvimento dos stakeholders. O estuário do Sado que é uma zona riquíssima do ponto de vista de não só de ecossistemas mas de produção de aquicultura, a bacia tem pontos onde a indústria mineira em séculos passados do tempo dos Fenícios, há ainda a contaminação com metais pesados, cobre, chumbo, zinco, entre outros. A preocupação de quem está no fim do sistema a produzir ostras, conhece a bacia, está interessado, questiona-nos e nós também temos que fazer esse papel junto da ADM- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, que é uma empresa pública e que fez trabalho já de recuperação das minas do Lousal e que por exemplo na mina de Canal Caveira, temos que ver como é que está ainda a situação e com base nos dados de monitorização verificármos se está minimizado.

“A APETRO (energia em movimento), enquanto stakeholder na gestão e utilização da água subterrânea, no âmbito deste processo de consulta pública, uniu-se à Brownfield Engineering, ao CERIS e ao RAM GROUP, no sentido de desenvolvermos uma metodologia de avaliação da qualidade da água subterrânea em caso de contaminação antrópica e pontual, baseada na metodologia de Avaliação e gestão do Risco para a saúde humana e ecossistemas. Trata-se de um projeto a que a ARH Alentejo já teve acesso e conhecimento. Como encaram este contributo de um stakeholder voluntário e como vêm que se possa, no sentido do que se passa um pouco por toda a Europa, enquadrar este tipo de abordagem ou metodologia no âmbito dos PGRH.”

Responde Alice Fialho: Este consórcio convidou-nos para nos dar conhecimento do projeto e solicitar os nossos contributos de fato é uma metodologia importante. A APA está sempre disponível para participar nestas iniciativas, dar os seus contributos e dialogar com os stakeholders e integrar nova informação.

Responde Felisbina Quadrado: Eu chamo a atenção que nós temos regras comunitárias a cumprir, a Diretiva das águas subterrâneas define já metodologias, nós desenvolvemos já os critérios de classificação que estão já aprovados no âmbito da Diretiva em Bruxelas e portanto o que é mais importante aqui é conhecer as massas de água, é descobrir medidas de remediação quando já temos problemas como é o caso de Sines, é necessário recuperar essas massas de água.

Alice Fialho dá por concluída a parte de questões e solicita à professora Manuela Morais que efetue as conclusões desta sessão.

Manuela Morais iniciou a sua intervenção endereçando os seus cumprimentos a todos os participantes que tornaram a sessão de PP muito interessante e estimulante, complementando todo o trabalho realizado pela ARH-Alentejo e pela APA.

Agradeceu aos participantes as intervenções efetuadas, referindo que é desta forma que se consegue ir mais além em matérias tão complexas como é a gestão da água.

Referiu ter-se assistido a uma apresentação muito bem estruturada que apela a uma ampla participação de todos, como aliás se viu pelos 60 participantes presentes na sessão. Nesse sentido deu os parabéns a toda a equipa da ARH-Alentejo, particularmente ao André Matoso e à Alice Fialho, assim como à equipa da APA central, liderada pela Felisbina Quadrado. Referiu que as apresentações efetuadas implicam um enorme trabalho de base, transmitindo de forma simples e sintetizada, aspetos extremamente complexos, de uma forma que todos compreendem. Trabalho de base este por sua vez essencial para o cumprimento dos objetivos ambientais da DQA/Lei da Água, ou seja, o Bom Estado das massas de água.

Sublinhou que a PP das QSiGA surge numa fase preparatória dos novos Planos de Região Hidrográfica, constituindo uma oportunidade para a concertação de compromissos sobre questões a serem incluídas nos Planos.

Neste contexto referiu que a identificação das QSiGA implica uma análise rigorosa das principais pressões e impactes, sobretudo relevantes numa região como o Alentejo, onde a escassez da água representa uma enorme preocupação relacionada com a quantidade e qualidade da água e consequentemente com os objetivos ambientais da DQA.

Sublinhou que na RH6 57% das massas de água superficiais não apresentam Bom Estado (i.e rios, albufeiras, águas de transição, águas costeiras); sendo a situação melhor para as águas subterrâneas com 11% das massas de água a não atingirem o Bom Estado. Consequentemente, e tal como referido durante as apresentações realizadas pela ARH-Alentejo, enfatizou o enorme caminho que ainda é necessário percorrer. Todavia, alertou para as comparações entre os resultados de 2015 e 2018, onde numa primeira análise poderá parecer que houve uma pioria do estado. Situação esta que simplesmente resulta de um alargamento da monitorização a um maior número de massa de água com inclusão de mais elementos de qualidade biológica. Por outro lado, referiu que a situação de escassez de água observada nos últimos anos tem comprometido a avaliação do estado, sobretudo do estado ecológico. Informou que é por isso que a nível europeu se investigam novas metodologias de análise e novos elementos biológicos/parâmetros que incluíam também a fase seca, tratando-se de uma linha de investigação em que Portugal também participa.

Em consequência sublinhou a importância da monitorização e da implementação de medidas para uma melhoria da situação. Neste contexto, fez notar que para avaliar a eficácia da aplicação das medidas (regionais e específicas) é necessário tempo e também conhecimento. Referiu que se avançou muito no conhecimento sobre as massas de água e respetivo estado, sendo agora o momento para se atuar ao nível da reabilitação e recuperação.

Nesse sentido realçou o convite da ARH-Alentejo para que se reflita sobre diferentes aspetos, nomeadamente:

- Identificação dos problemas que afetam a água na região;
- Serviços prestados pelos ecossistemas (e.g. abastecimento, rega, biodiversidade);
- Questões a abordar entre o momento presente e 2027, para eventualmente puderem ser incluídas nos Planos;
- Priorização dos desafios identificados.

Referiu a lista das QSIGA, identificadas na RH6, agrupadas em 7 áreas temáticas, realçando aspetos que considerou relevantes.

1. Sobre a Governança, realçou: 1) a plataforma de licenciamento que permite efetuar uma análise de riscos; 2) a importância da monitorização já implementada; 3) a necessidade de reforçar as equipas de campo e de laboratório para se obter mais monitorização e maior conhecimento das massas de água; 3) o desenvolvimento de ferramentas de planeamento, de modelos de análise e fiscalização; 4) a importância da articulação com outras entidades para uma avaliação concertada das disponibilidades de água; 5) o aumento do conhecimento para uma utilização eficiente da água.

2. e 3. Sobre a Qualidade e Quantidade, referiu: a interdependência destes dois aspetos, nomeadamente na identificação das sub-bacias com maiores problemas, sobretudo as que estão mais sujeitas ao regadio e à agricultura intensiva (i.e Mira, Sado, Roxo e Alcáçovas). Nesse aspeto é importante dar atenção à poluição orgânica e química sobretudo tendo em atenção a tendência de aumento das áreas de regadio na região. Neste contexto realçou a intervenção de Felisbina Quadrado, no que se relaciona com a importância de se identificarem projetos de reutilização de água, obviamente com avaliação de risco, para a agricultura, golfe e jardins.

4. Sobre a Biodiversidade, referiu: que as sub-bacias mais afetadas são também as que apresentam maiores problemas de quantidade e de qualidade, com destruição e fragmentação de habitats que depois se repercute na avaliação do estado ecológico

5. No que se relaciona com a Gestão de Riscos, destacou: a seca, uma consequência da tendência de diminuição de precipitação com anos consecutivos com precipitação muito abaixo da média anual, sobretudo a partir de 1976. Neste contexto realçou a necessidade de uma grande concertação entre os diferentes utilizadores da água para uma atuação responsável e solidária, ou seja, é necessário pensar que o recurso água é escasso, tendo em consequência de se encontrar situações de compromissos entre os ecossistemas e os diferentes setores de produção.

6. Sobre o Quadro Económico e Financeiro, referiu ser transversal a todas as sub-bacias que integram a RH6, sendo fundamental a articulação dos diferentes setores de utilização da água: urbano; agrícola; turístico; e industrial, em ações concertadas de formação e de sensibilização para o reconhecimento do valor económico, social e ambiental da água.

7. Por último terminou a sua intervenção focando a última temática apresentada na sessão de PP, Comunicação e Sensibilização: considerou ser esta de extrema importância para uma articulação sustentável entre diferentes entidades e utilizadores, numa região que sofre de escassez de água. Referiu a importância de todos falarmos a mesma linguagem, os técnicos, os académicos, os utilizadores, mas também o cidadão comum. Nesse sentido enfatizou o que necessita de ser fomentado de forma concertada:

- Desenvolvimento de novas metodologias de comunicação e divulgação da informação

- Envolvimento dos setores e das comunidades locais e suas associações na divulgação e comunicação das políticas e estratégias de gestão da água;
- Promover a formação de grupos regionais para discussão das matérias vertidas nos planos de recursos hídricos;
- Articulação e partilha de dados de base entre instituições para melhor conhecimento das pressões (sector pecuário no âmbito da implementação do REAP);
- Aumento do conhecimento das utilizações de água ao nível das necessidades, consumos e perdas de água (Agricultura);
- Articulação e partilha de dados de base + sistematização dos investimentos efetuados que contribuirão para melhorar/preservar o estado das massas de água e permitirão potenciar a utilização efetiva do quadro comunitário de apoio.

Terminou a sua intervenção apelando à participação, uma prática fundamental para se conseguir uma região melhor, mais justa e sustentável. Apelou à consulta dos relatórios disponíveis no site e à colocação de comentários e opiniões na plataforma “Participa”. Desejou ainda que a sessão de PP possa constituir um incentivo a uma participação mais ativa por parte de todos nós.

André Matoso agradece a apresentação das conclusões efetuadas por Manuela Morais e passa a palavra a Pimenta Machado, Vice-Presidente da APA, agradecendo a todos pela participação.

Pimenta Machado cumprimenta todos os participantes e agradece a participação. Deixa 2 notas sobre a sessão e sobre aquilo que é o papel da APA. As QSiGA constituem a primeira fase do processo para construir o plano. As QSiGA devem incorporar aquilo que são os problemas da região para que depois o Plano possa responder a esses problemas. Desde 1940 passámos por 9 episódios de seca aos quais esta região se deve adaptar. Temos que incentivar o tema das águas para reutilização, o tema da eficiência hídrica, que são temas que vão ter uma expressão no plano. Temos que criar condições para que o cidadão possa aceder à nossa informação que muita nós produzimos. Há um projeto em que deposito bastante expectativa que é o SNIRH21 que vai suceder ao atual SNIRH.

No final, foi solicitado por Alice Fialho aos participantes que respondessem a um inquérito de satisfação da sessão, cujos resultados são apresentados no relatório base.

RH7 - Sessão da Região Hidrográfica do Guadiana **9 de julho de 2020**

No âmbito da 2ª fase de elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (RH7), do 3º ciclo de planeamento, 2022-2027, A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., através da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo), realizou uma sessão de participação pública sobre as Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA).

Considerando a situação excecional de Estado de Emergência decretado no contexto do combate à pandemia COVID-19, a sessão foi realizada por meios telemáticos, com a realização de uma videoconferência *online* (webinar), na plataforma ZOOM, no dia 09 de julho de 2020, entre as 15h00m e as 16h30m.

A Sessão de Participação Pública foi constituída por cinco momentos, designadamente, boas vindas aos participantes, apresentação das QSiGA identificadas na RH7, participação pública, resposta a questões colocadas pelos participantes e encerramento da sessão.

A sessão de participação pública contou com um total de 60 inscrições, 25% a título individual e 75% em representação de uma entidade/organização.

O painel de oradores foi constituído por:

- José Carlos Pimenta Machado, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- António André Matoso Pereira, Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA, I.P.
- Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH da APA, I.P.
- Manuela Morais, Professora da Universidade de Évora.

André Matoso, Administrador da Região Hidrográfica do Alentejo, procedeu à abertura da sessão, dando as boas vindas institucionais a todos os participantes e saudando em especial os participantes da Confederação Hidrográfica do Guadiana, dado que esta bacia internacional é partilhada com o reino de Espanha.

André Matoso começou por referir que a Agência Portuguesa do Ambiente, IP promove, durante um período de 6 meses, o procedimento de participação pública relativo às Questões Significativas da Gestão da Água na Região Hidrográfica do Guadiana (RH7), com o objetivo de completar e melhorar o conjunto de QSiGA identificadas nesta Região. O procedimento de participação pública das QSiGA, que surge numa fase ainda preparatória dos PGRH, constitui uma oportunidade única, que deve ser potenciada pela administração e pelas partes interessadas. A participação e envolvimento dos principais agentes neste processo é fundamental para a concertação de posições e de compromissos sobre as questões a serem tratadas nos PGRH.

Seguidamente, André Matoso apresentou a delimitação geográfica da bacia hidrográfica internacional do Guadiana, procedendo à síntese das principais pressões qualitativas pontuais que mais afetam as águas subterrâneas e superficiais, dado que a análise das principais pressões e impactes é fundamental para a identificação das QSiGA.

Foi também apresentada a classificação do estado global das massas de água superficiais e subterrâneas, tendo André Matoso em seguida, analisado o ponto de situação da implementação de medidas de âmbito regional relativas à avaliação intercalar do PGRH no final de 2017 e de outras medidas específicas.

Foram apresentadas as QSiGA, por área temática, identificadas na RH7 (27 QSiGA em 7 áreas temáticas).

Em seguida procedeu à análise individual de cada área temática e das QSiGA que as constituem, designadamente, o que tem sido feito e o que importa desenvolver e foi efetuado um pequeno questionário aos participantes, cujos resultados são apresentados no corpo do relatório base.

Seguiu-se a fase das perguntas colocadas pelos participantes na sessão e correspondentes respostas, conduzida por Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Alentejo.

As questões foram colocadas através de e-mail, tendo sido respondidas durante a sessão por Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo, Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos hídricos da APA, I.P. e Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do DRH da APA, I.P.

De seguida enumeram-se as questões colocadas pelos participantes e correspondentes respostas:

“O porquê novamente da não consideração do Sistema Aquífero Évora - Montemor? Que medidas de proteção à elevada pressão devido aos blocos de rega, usos agrícolas e/ou abastecimento que essa Massa de Água Subterrânea de elevada importância regional e que medidas de mitigação/ acompanhamento estão pensadas/propostas?”

Responde Alice Fialho: De referir que a fase em que estamos das Questões Significativas são isso mesmo, é o início do 3º ciclo, estamos no levantamento das Questões Significativas, simultaneamente estamos a fazer o diagnóstico/caraterização da Região Hidrográfica e uma dessas componentes é a revisão das massas de água. Este é um sistema aquífero que de fato foi identificado durante o ciclo passado, tendo-se constatado que faria sentido ser identificado e assumimos deste logo esse compromisso, que esta era uma daquelas massas de água subterrânea que iria ser revista e entrar neste ciclo de planeamento. Não aparece nesta fase das QSiGA uma vez que não é no âmbito deste relatório que fazemos essa caraterização e essa identificação. Nos trabalhos futuros ao longo de todo o processo de planeamento que estamos a iniciar, esta informação acontecerá. Relativamente à proteção desta massa de água, consideramos que a proteção de recursos hídricos, quer subterrâneos, quer superficiais, tem muito a ganhar nesta região hidrográfica, de intensa atividade agrícola, com a valorização das galerias ripícolas e dos cursos de água nesta região de forma a garantir que haja retenção de componentes contaminantes para as massas de água. Também relativamente às águas subterrâneas, temos durante os últimos anos vindo a desenvolver esforços no sentido de regularizar os títulos das captações de águas subterrâneas, que nos últimos anos não foi possível concretizar porque o processo de gestão das utilizações para consumo humano estava em fase de identificação de quais as captações que tinham condições para ficar na situação ativa ou situação de reserva de abastecimento. Durante o presente ano, tem-se vindo a concretizar essas situações e a regulamentar e a publicar inclusivamente as zonas de proteção das captações de água subterrânea. Quero referir que neste sistema aquífero não há atualmente captações de água subterrânea para consumo humano ativas, foram todas substituídas pela origem do Monte Novo. Elas poderão no futuro ficar em situação de reserva, continuarão a ter necessidade de proteção mas, neste momento não há captações ativas nesta massa de água. No âmbito dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental dos blocos de rega, a situação das captações de

água subterrânea é sempre salvaguardada no sentido de serem definidas áreas de proteção a essas captações.

“Cada vez mais se verifica uma enorme pressão para a Utilização das Reservas Estratégicas de Abastecimento de Água às populações, seja subterrânea ou superficial, por Indústrias Agropecuárias e /ou para a Rega de hectares de vinhas. Estando somente a sua proteção e garantia de preservação enquadrada (erradamente) em PDM, sabendo-se da volatilidade das decisões de cada executivo municipal, como poderão estas reservas estar enquadradas nestes relatórios?”

Responde Alice Fialho: Como referi, temos a preocupação nos processos de licenciamento de acautelar sempre estas situações da origem de água subterrânea no sentido da sua preservação.

Alice Fialho solicita a colaboração de Felisbina Quadrado para dar alguma informação sobre os trabalhos que estão a ser desenvolvidos relativamente às disponibilidades e necessidades, se é matéria que temos sempre que integrar na análise nesta situação de proteção das origens e de todas as massas de água, sendo elas subterrâneas ou superficiais.

Responde Felisbina Quadrado: Antes de mais gostaria de cumprimentar todos os que estão nesta sessão agradecendo a disponibilidade para estarem presentes neste encontro para falarmos um pouco sobre a gestão dos recursos hídricos desta bacia bem importante como é o Guadiana. É fundamental nesta fase termos uma avaliação dos problemas que existem e como é que depois vamos encontrar o programa de medidas adequado. Relativamente às questões das disponibilidades hídricas cada vez se põe com mais acuidade esta temática e por isso a APA para este 3.º ciclo de planeamento está a elaborar um estudo em colaboração com o Professor Rodrigo de Oliveira que permita avaliar as disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas, por massa de água, em cenário atual e em cenários de alterações climáticas. Isto vai-nos permitir ter aqui uma ferramenta que quer para o licenciamento, quer para a gestão dos recursos hídricos vais ser fundamental e até para percebermos efetivamente que volumes existem disponíveis para utilizações que potencialmente possam aparecer, também vai ser importante para os stakeholders perceberem previamente aos seus projetos e não haver aqui uma expectativa gorada, conhecendo antecipadamente que as disponibilidades existem, em primeiro lugar o conhecimento. Em segundo lugar, medidas de proteção, estamos a falar de reservas estratégicas do abastecimento público, que já têm medidas de proteção quer do ponto de vista qualitativo, quer do ponto de vista quantitativo, e também os PGRH's cada vez mais com a nova Diretiva das águas de consumo humano, nos vai obrigar a definir os riscos associados a todas as bacias de drenagem das origens de água, efetivamente, há aqui um fechar de vários planos e de vários instrumentos que temos que articular no sentido de efetivamente se proteger do ponto de vista de qualidade e de quantidade, dando cumprimento ao artigo 7.º da Diretiva Quadro que é cada vez precisar menos tratamento para produzir uma água para abastecimento público e digamos que estas questões têm que ficar bem definidas e com a definição dos perímetros de proteção acaba por ser uma medida de proteção das origens.

André Matoso intervém, uma vez que se está a falar de águas subterrâneas, dizendo que lhe foi colocada uma questão no bate-papo relacionada genericamente com a atividade de empresas de sondagem que têm um desempenho lamentável. A questão não serão respondida aqui mas sim por escrito.

“A importância da reserva estratégica de água nesta região hidrográfica através de Alqueva é incontornável. De que forma o próximo PGRH envolverá nas relações com Espanha aspetos da qualidade da água, aspetos de quantificação do volume de água que Espanha utiliza a partir desta reserva estratégica- Alqueva bem como a participação no custo dessa utilização. “

Responde Felisbina Quadrado: Esta questão está a ser largamente debatida no âmbito da CADC, tem estado nas reuniões de trabalho do grupo Guadiana, tem-se discutido também as captações que existem na margem esquerda do Alqueva. Existe já uma resolução aprovada no âmbito da CADC que prevê a partilha dos custos pelos utilizadores de Espanha, dos custos do serviço da água a utilizar, como pagam os utilizadores portugueses, portanto, estão a ser feitos todos os esforços no sentido de operacionalizar todas estas medidas que foram aprovados no âmbito da CADC no sentido de regularizar toda a situação. O que é importante para a elaboração do PGRH é conhecer bem o recurso, como é que elas são utilizadas para perceber efetivamente em cenários mais desfavoráveis como é que essa gestão deve ser realizada no sentido de evitar a escassez. Portugal já fez uma proposta de regulamentação, de autorização e gestão de captações em troços internacionais e que irá ser discutido numa próxima reunião da CADC que foi adiada devido aos problemas políticos de Espanha de formação de governo e depois também devido à pandemia.

“Em anos chuvosos, a albufeira do Alqueva efetua descargas de volumes consideráveis de água doce. Quando há necessidade de realizar estas descargas, poderá a APAmbiente promover uma coordenação entre a EDIA e os utilizadores que se encontram a jusante, através da comunicação dessas mesmas descargas? No caso da aquacultura, as espécies que são produzidas na zona de estuário do Guadiana são afetadas quando a salinidade baixa. Esta situação é agravada se as descargas ocorrerem em semanas de marés mortas (ocorrem quando a lua está em quarto minguante ou crescente). Se existir uma comunicação das descargas, os produtores poderão precaver-se e tomar medidas necessárias para não serem muito afetados.”

Responde Fernanda Gomes: O fato de haver descargas de águas que possam provocar impactes a jusante noutros setores económicos, poder-se-ia fazer uma reunião de maneira a que se possa avisar quando houver essas descargas para que os setores económicos, neste caso concreto, os aquicultores não fiquem prejudicados na sua produção de peixes. A ARH pode realizar essa reunião entre os vários setores e fazer com que haja aqui uma coordenação, um protocolo de troca de informação.

Responde Felisbina Quadrado: A APA desenvolveu uma plataforma que tem a ver com o programa Rios, que no fundo tem as nossas estações automáticas com telemetria e portanto também damos acesso (não é uma plataforma de acesso público porque é uma plataforma de gestão) à proteção civil e a alguns utilizadores, como por exemplo associações de regantes, os concessionários da EDP e também ao aquicultor que colocou essa questão podemos dar acesso, ou podemos também criar, como fizemos para o Tejo, um alarme que recebe o *sms*, é uma questão de acordar com a pessoa que colocou a questão.

Alice Fialho dá por concluída a parte de questões e solicita à professora Manuela Morais que efetue as conclusões desta sessão.

Manuela Morais iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os participantes, nomeadamente os elementos da ARH-Alentejo e da APA central, presentes.

Referiu ter-se assistido a uma apresentação muito bem estruturada onde o que é complexo parece simples; prova do grande conhecimento de base e capacidade de síntese por parte da ARH-Alentejo, essencial para transmitir de forma clara e objetiva, assuntos complexos. Consequentemente deu os parabéns a toda a equipa da ARH-Alentejo, particularmente ao André Matoso e Alice Fialho, assim como à equipa da APA central, liderada pela Felisbina Quadrado.

Agradeceu ainda, todo o trabalho realizado para o cumprimento dos objetivos da Diretiva Quadro da Água/Lei da Água, no que se relaciona com o Bom Estado das Massas de Água, uma vez que o cumprimento destes objetivos promove a Região Alentejo.

Referiu que a Participação Pública dedicada às Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), numa fase preparatória dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas, constitui uma oportunidade para a concertação de compromissos sobre questões a serem incluídas nesses mesmos Planos. Nesse sentido, referiu o trabalho realizado pela ARH-Alentejo na análise rigorosa das principais pressões, numa região como o Alentejo que sofre os efeitos da escassez de água, por sua vez relacionados com problemas de quantidade e qualidade da água.

Sublinhou que na RH7 59% das massas de água superficiais não apresentam Bom Estado (i.e rios, albufeiras, águas de transição, águas costeiras); sendo a situação melhor para as águas subterrâneas com 25% das massas de água a não atingirem o Bom Estado. Estes resultados provam a importância, por um lado da monitorização que contribui para um maior conhecimento dos problemas que afetam as massas de água; por outro a necessidade da implementação de medidas que contribuam para melhorar a situação global. Relativamente às medidas (regionais e específicas) fez notar que para avaliar a eficácia da sua aplicação é necessário tempo e também conhecimento. Referiu que se avançou muito no conhecimento sobre as massas de água e respetivo estado, sendo agora o momento para se atuar ao nível da reabilitação e recuperação.

Realçou os três aspetos considerados essenciais na definição das QSiGA: 1) cumprimento dos objetivos da DQA/Lei da Água; 2) relevância das QSiGA, identificadas através da monitorização ou de outras avaliações técnicas; 3) eficácia das medidas, assegurando que determinada questão deixe de ser significativa.

Nesse sentido realçou o convite da ARH-Alentejo para que se reflita sobre diferentes aspetos, nomeadamente:

- Identificação dos problemas que afetam a água na região;
- Serviços prestados pelos ecossistemas (e.g. abastecimento, rega, biodiversidade);
- Questões a abordar entre o momento presente e 2027, para eventualmente puderem ser incluídas nos Planos;
- Priorização dos desafios identificados

Referiu a lista das QSiGA, identificadas na RH7, e agrupadas em 7 áreas temáticas, realçando aspetos que considerou relevantes sobre o que já foi implementado e o que será necessário implementar.

1. Sobre a Governança, realçou: 1) a plataforma de licenciamento que permite efetuar uma análise de riscos; 2) a importância da monitorização já implementada; 3) a necessidade de reforçar as equipas de campo e de laboratório; 3) o desenvolvimento de ferramentas de planeamento, de modelos de análise e fiscalização; 4) a importância da articulação com outras entidades para uma avaliação consertada das disponibilidades de água; 5) o aumento do conhecimento para uma utilização eficiente da água.

2. e 3. Sobre a Qualidade e Quantidade, referiu: a interdependência destes dois aspetos, nomeadamente na identificação das sub-bacias mais afetadas (e.g. Caia, Guadiana, Degebe, Cobres, Múrtega, Ardila e Chança).

Realçou a importância da escassez de água em termos globais e da relação com as aflúncias provenientes de Espanha, com impacto nos regimes de caudais e conseqüentemente na qualidade e avaliação do estado. Neste contexto sublinhou a importância da definição dos

perímetros de proteção das origens de água e o acompanhamento do regime de caudais estabelecidos na Convenção de Albufeira.

Sublinhou o aspeto particular da bacia do Gaudina ser uma bacia internacional, nomeadamente: na importância da reabilitação da ETAR de Badajoz; na importância de comparar metodologias de monitorização e análise; na definição de medidas comuns entre Portugal e Espanha; na articulação de ações com a Confederación Hidrográfica del Guadiana nas bacias partilhadas; na Atualização do inventário de captações no Guadiana internacional (troço Caia-Cuncos); na criação do Grupo de Trabalho ad-hoc sobre o Regime de Caudais para o rio Guadiana na Secção de Pomarão.

Referiu os projetos em curso que permitem um aumento de conhecimento, nomeadamente: projeto INTEREREG Luso-Espanhol de monitorização; projeto VALÁGUA direcionado para o estuário e zona costeira; projeto URSA que estuda a recirculação de subprodutos de ALQUEVA.

Terminou esta temática sublinhando o referido pela Eng^a Felismina Quadrado, no que se relaciona com a importância do Alqueva como reserva estratégica de Água e regularização das captações a nível internacional.

4. Sobre a Biodiversidade, realçou: a importância do conhecimento sobre a biodiversidade, e neste contexto realçou a importância da conectividade entre habitats, minimizando a fragmentação dos mesmos com reflexo na avaliação do estado.

Realçou novamente a importância dos projetos internacionais com Espanha, nomeadamente o Projeto ACECA que visa o estabelecimento de Protocolo comum para controlo do “jacinto-de-água” no rio Guadiana.

Referiu ainda, como relevante, o esforço que tem sido feito na prevenção do risco de contaminação com “mexilhão zebra” na região hidrográfica do Guadiana.

5. No que se relaciona com a Gestão de Riscos, destacou: a seca, uma consequência da tendência de diminuição de precipitação com anos consecutivos com precipitação muito abaixo da média anual, sobretudo a partir de 1976. Neste contexto realçou a necessidade de uma grande concertação entre os diferentes utilizadores da água para uma atuação responsável e solidária perante um recurso que cada vez é mais escasso.

6. Sobre o Quadro Económico e Financeiro, referiu ser transversal a todas as sub-bacias que integram a RH7, sendo fundamental a articulação dos diferentes setores de utilização da água: urbano; agrícola; turístico; e industrial, em ações concertadas de formação e de sensibilização para o reconhecimento do valor económico, social e ambiental da água. Realçou a importância das práticas de economia circular na reutilização da água e a promoção de ações de sensibilização para o reconhecimento do valor económico da água

7. Por último terminou a sua intervenção focando a última temática apresentada na sessão de PP, Comunicação e Sensibilização: considerou ser esta de extrema importância para uma articulação sustentável das diferentes entidades e utilizadores, numa região que sofre de escassez de água.

Enfatizando o que necessita de ser fomentado de forma concertada:

- Desenvolvimento de novas metodologias de comunicação e divulgação da informação
- Envolvimento dos setores e das comunidades locais e suas associações na divulgação e comunicação das políticas e estratégias de gestão da água
- Sensibilizar as entidades nacionais e internacionais para a importância da sustentabilidade dos recursos hídricos partilhados entre Portugal e Espanha

- Promover a formação de grupos regionais para discussão das matérias vertidas nos planos de recursos hídricos
- Articulação e partilha de dados de base entre instituições para melhor conhecimento das pressões (sector pecuário no âmbito da implementação do NEREAP)
- Aumento do conhecimento das utilizações de água ao nível das necessidades, consumos e perdas de água (Agricultura)
- Articulação e partilha de dados de base + sistematização dos investimentos efetuados que contribuirão para melhorar/preservar o estado das massas de água e permitirão potenciar a utilização efetiva do quadro comunitário de apoio

No final da sua intervenção apelou a uma participação ativa de todos através da consulta aos relatórios disponibilizados no site e à colocação de comentários e opiniões na plataforma “Participa”. Desejou ainda que a sessão de PP possa constituir um incentivo a uma participação mais ativa por parte de todos nós.

O Dr. André Matoso agradece a apresentação das conclusões efetuadas por Manuela Morais e passa a palavra a Pimenta Machado, Vice-Presidente da APA, agradecendo a todos pela participação.

Pimenta Machado cumprimenta todos os participantes, acima de tudo agradecer à equipa da APA, à ARH do Alentejo, liderada por André Matoso. Pimenta Machado deixa duas notas. Relativamente às QSiGA que é uma fase prévia à construção do processo de planeamento, é fundamental fazer uma aposta e claramente identificar aquelas que são verdadeiramente relevantes para que no processo de planeamento elas deem uma resposta a esses problemas que foram aqui desenhados, uma fase prévia verdadeiramente importante. Sabemos todos que o desafio do bom estado das massas de água que é o objetivo final em si mesmo, temos aqui um longo caminho a fazer. O contexto em que ele é feito, o contexto das alterações climáticas, o contexto da seca, da escassez, são os temas que vão ter que ter uma resposta neste processo de planeamento. Outra nota muito importante tem a ver com respostas do lado da adaptação ao tema da seca, já foi aqui sublinhado o tema das águas para reutilização, claramente é um caminho que nós estamos a fazer, uma aposta muito clara, a APA preparou o diploma legal, preparou o guia metodológico e agora é muito importante que os setores se envolvam nisto, apostem nisto. Foi lançado muito recentemente o aviso do POSEUR para criar condições para que se possam financiar projetos para a reutilização de águas residuais. Há outro tema, o da eficiência hídrica, como sabem para o Algarve e para o Alentejo estamos a preparar as bases para um plano de eficiência hídrica. Temos também como objetivo até ao fim do ano apresentar o SNIRH21 para suceder ao velho SNIRH.

No final, foi solicitado por Alice Fialho aos participantes que respondessem a um inquérito de satisfação da sessão, cujos resultados são apresentados no relatório base.

RH7 - Sessão conjunta Portugal-Espanha da Região Hidrográfica do Guadiana 10 de setembro de 2020

1. Âmbito: 3º Ciclo de Planeamento do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (2022-2027)

2. Tema: Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) na Região Hidrográfica do Guadiana (PT)

Esquema Provisional de Temas Importantes (EPTI) de La Demarcación Hidrográfica del Guadiana (ES)

3. Data: 10 de setembro de 2020, 10h30-12h30

4. Local: Plataforma Zoom (via telemática)

5. Oradores:

- Samuel Moraleda Ludeña, Presidente de la Confederación Hidrográfica del Guadiana (CHG)
- José Ángel Rodríguez Cabellos, Jefe de la Oficina de Planificación Hidrológica de la CHG
- Francisco Javier Viseas Trinidad, Jefe de Área de Planificación, Planes y Estudios de la Oficina de Planificación Hidrológica (OPH-CHG)
- Pimenta Machado, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- António André Matoso Pereira, Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

6. Documentação disponibilizada: Apresentação PowerPoint em Português e em Espanhol

7. Desenvolvimento da Sessão:

No dia 10 de setembro de 2020, pelas 10h30, teve início a sessão online conjunta entre Portugal e Espanha, de apresentação das Questões Significativas da Gestão da Água, no âmbito do 3º Ciclo de Planeamento do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (2022-2027). Esta sessão decorreu em paralelo com o procedimento de participação pública, entretanto, prorrogado até 15 de setembro de 2020, face à declaração de estado de emergência relativo à pandemia provocada pela Covid-19.

7.1. Boas-vindas e Introdução à Sessão

O Presidente da Confederação Hidrográfica do Guadiana (CHG), Samuel Moraleda, deu as boas-vindas aos participantes e iniciou a sua intervenção recordando os presentes que no final de janeiro deste ano de 2020 se iniciou o procedimento de consulta pública com a publicação no “Boletín Oficial del Estado” (BOE) do “Esquema Provisional de Temas importantes” (EPTI) por

um período de seis meses, que foram suspensos durante o Estado de Alarme pela Covid-19, de forma que, esse período de consulta pública, em Espanha termina a 30 de outubro de 2020.

Assim, informou que no dia 30 de março teve início a primeira apresentação telemática do processo de participação do EPTI, sendo que na sequência da Covid-19, se optou por continuar pela realização telemática dos debates e apresentações.

Samuel Moraleda deu nota que nos encontramos na fase de Planeamento, em que importa analisar as pressões e os principais problemas que condicionam o alcance dos objetivos ambientais. As questões significativas da gestão da água permitem diagnosticar o estado da bacia, para então debater as diferentes soluções e alternativas que configuram o futuro Plano de Gestão da Região Hidrográfica, objeto destas sessões.

Samuel Moraleda apresentou a ordem de desenvolvimento dos trabalhos da sessão, informando que se seguiria com uma apresentação de André Matoso, Administrador da ARH Alentejo/APA e de José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe do Gabinete de Planeamento Hidrológico da CHG para Questões Importantes. Em seguida, seria realizado um pequeno questionário aos participantes e, em seguida, as questões colocadas pelos participantes seriam debatidas num debate moderado por Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo/APA e por Francisco Javier Viseas Trinidad, Chefe da Área de Planeamento, Planos e Estudos da Oficina de Planeamento Hidrológico (OPH-CHG). Participariam no debate José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe da Assessoria de Planeamento Hidrológico da CHG e Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA, bem como Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água da APA. Por fim, referiu que iria intervir Pimenta Machado, Vice-Presidente da APA e ele próprio, o Presidente da Confederação Hidrográfica do Guadiana, Samuel Moraleda Ludeña.

Após a apresentação do programa da sessão, Samuel Moraleda deu a palavra a António André Matoso Pereira, Administrador da ARH Alentejo, que iniciou a sua apresentação agradecendo aos mais de 150 participantes na sessão, Portugueses e Espanhóis, por acolherem este processo participativo.

7.2. Apresentação do Tema

Após a referida introdução, André Matoso, Administrador da ARH Alentejo, refere que o processo português de determinação dos Temas Importantes é muito semelhante ao espanhol, sendo que este país chama Temas Importantes às Questões Significativas da Gestão da Água-QSiGA, mas que se trata basicamente do mesmo conceito.

A apresentação PowerPoint das Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) começou por enquadrar o momento em que se encontra a fase de planeamento e o processo participativo prévio à elaboração dos Planos de Gestão da Região Hidrográfica. Nesta sequência, foi apresentada a localização da bacia do Guadiana e indicada a parte que pertence a Portugal.

Entre as principais pressões qualitativas a que está sujeita a bacia do Guadiana encontram-se pressões específicas decorrentes das descargas urbanas e industriais, nomeadamente agroalimentares e indústria extrativa.

Continuando com a análise das diferentes pressões a que a bacia está sujeita, é referido que as pressões podem ser divididas em quatro grupos: Pressões Qualitativas, Pressões Quantitativas, Pressões Hidromorfológicas e Pressões Biológicas.

No que se refere à deterioração qualitativa da água, observa-se que o setor agrícola contribui com um grande aporte de nitratos, principalmente por meio de poluição difusa. Também por parte das descargas urbanas, é aportada uma quantidade significativa de matéria orgânica.

Em consequência, observa-se que 38% das massas de água superficiais estão em estado bom ou superior a bom e que 59% destas massas de água superficiais têm classificação abaixo de bom (3% estão em estado desconhecido).

Por outro lado, observa-se que 75% das massas de água subterrâneas estão em bom estado e 25% em estado medíocre.

Relativamente à implementação das medidas regionais, verifica-se que nem todas as medidas previstas foram realizadas, e que o grau de execução das medidas ronda os 6%, estando 48% em execução.

Consequentemente foram identificados 27 QSiGA e agrupados em 7 áreas temáticas.

A primeira área temática diz respeito à Governança, com foco no fortalecimento de equipas técnicas com pessoal altamente qualificado, desenvolvimento de plataformas integradas de licenciamento, aprimoramento da monitorização da água, entre outras.

A segunda área temática versa sobre a qualidade da água, onde se podem encontrar QSiGA orientadas para a melhoria da monitorização, especialmente no estuário e na costa (projeto VALAGUA: Valorização Ambiental e Gestão Integrada da Água e dos Habitats no Baixo Guadiana Transfronteiriço), entre outras.

A área temática seguinte trata da quantidade de água, com o objetivo de estudar, implementar e monitorizar os caudais ecológicos das diferentes massas de água, bem como a monitorização de massas de água, entre outras medidas.

Relativamente à biodiversidade, foi apresentada a proposta de gestão conjunta portuguesa e espanhola para a valorização ambiental dos habitats do Baixo Guadiana Transfronteiriço (projeto VALAGUA), procurando a conectividade entre habitats e a sua monitorização.

Relativamente à gestão do risco de seca, André Matoso, Administrador da ARH Alentejo, indica que Portugal está a realizar planos de gestão da seca, bem como que está a desenvolver "A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020" (ENAAC), entre outras ações.

Prossegue com a área temática do equilíbrio económico e financeiro, centrada na recuperação de custos em diferentes setores. Por fim, na área de comunicação e sensibilização, destaca-se a participação conjunta dos dois países.

A seguir, faz uso da palavra José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe do Gabinete de Planeamento Hidrológico da CHG, que inicia a apresentação em espanhol, relativa ao Esboço de Temas Importantes, lembrando aos participantes na Sessão dos emails de ambas as administrações para os quais podem dirigir perguntas, designadamente, oficinadeplanificacion@chguadiana.es e pgrh@apambiente.net, Espanhol e Português, respetivamente.

Após esta informação, José Ángel Rodríguez Cabellos inicia a sua apresentação enquadrando o momento de participação em que ambos os países se encontram, no âmbito do processo de planeamento, sendo que o período de informação pública termina para Portugal em meados de Setembro e para Espanha em Outubro.

À semelhança da divisão das questões importantes que dizem respeito à concretização dos objetivos ambientais fixados pela "Diretiva Marco del Água" (DMA), Espanha divide estas questões em 11 Temas Importantes, onde resumirá as de maior interesse para esta sessão transfronteiriça.

O primeiro destes Temas Importantes é "A Poluição urbana e industrial". Com efeito, após o uso das águas, estas são lançadas no meio ambiente carregadas de poluentes, principalmente nos centros urbanos e nos pequenos aglomerados urbanos. Isto implica a alteração das

características biológicas e físico-químicas do ambiente, sendo que no âmbito da Demarcação estes poluentes têm uma grande presença orgânica, derivada das aglomerações urbanas.

Como consequência, 29% das massas de água superficiais apresentam um risco alto ou médio de não atingir os objetivos ambientais devido a esta pressão. O principal setor que causa o problema é o das águas residuais domésticas.

Para atingir os objetivos, são propostas duas alternativas: a alternativa 0, ou alternativa de tendência, onde com a tendência atual se observa que o investimento real executado dos investimentos e medidas previstas é de 13%, pelo que, a este ritmo, seria impossível o cumprimento dos objetivos ambientais do Plano dentro do prazo estipulado pela DMA.

Consequentemente estabelece-se a alternativa 1, que consiste em aplicar todas as medidas antes do ano de 2027, o que implica iniciar e executar 8% dos investimentos no período 2021/27, para os quais é necessário ordenar, esclarecer e priorizar as medidas de depuração através do plano DSEAR (Depuração, Saneamento, Eficiência, Poupança- “Aforro” e Reutilização) e melhorar os aspetos relacionados com a governança que melhorem a exploração ineficiente das instalações existentes.

A segunda questão importante a abordar é a “Poluição Difusa”, sendo esta uma poluição não pode ser atribuída a uma fonte localizada ou pontual, atingindo as massas de água superficiais e subterrâneas através do escoamento, contaminando-as.

A origem deste tipo de contaminação no Guadiana é de origem agrícola e pecuária e, em menor medida, de origem mineira e industrial. Os excedentes de nitrato fazem com que 15 das 20 massas de água subterrâneas e 41 das massas de água superficiais apresentem mau estado químico.

Foram identificadas onze zonas sensíveis a nitratos dentro da Demarcação para a gestão desta problemática, sendo que no atual Plano Hidrológico vigente se justificou a extensão do alcance dos Objetivos Químicos de bom estado, e no caso de três massas de água subterrâneas para além de 2027, devido à lentidão dos processos de renovação da água.

Para atingir os objetivos, são propostas duas alternativas: alternativa 0, ou alternativa de tendência, onde com a tendência atual se observa que o investimento real realizado dos investimentos e medidas previstos é de 37%, pelo que a este ritmo seria impossível o cumprimento dos objetivos ambientais do Plano dentro do Prazo estipulado pela DMA.

Consequentemente estabelece-se a alternativa 1, que consiste em realizar o investimento pendente e potencializar estas medidas com as observações da Comunidade Europeia e o cumprimento da Diretiva Nitratos.

Em relação ao próximo Tema Importante, “Espécies Exóticas Invasoras”, o desequilíbrio dos ecossistemas devido à introdução de espécies exóticas é a segunda causa de perda de biodiversidade após a destruição de habitats. As espécies mais importantes pelos seus impactos socioeconómicos e ambientais são: o Jacinto de Água (camalote), o nenúfar mexicano, a samambaia (helecho de agua), a ameioja asiática e o peixe chinês.

Na zona mais próxima da fronteira proliferam o Jacinto de água (camalote), o nenúfar mexicano e a samambaia d'água (helecho de agua), provocando alterações no ecossistema e colapso de infraestruturas. Especificamente, o Jacinto de Água (camalote) está a ter um grande impacto, ameaçando cruzar a fronteira com Portugal.

Neste caso, a Alternativa 0 ou alternativa de tendência significaria continuar com as medidas de controlo existentes para espécies invasoras. Embora o investimento feito no ciclo de

planeamento anterior tenha sido 17 vezes maior do que o efetuado no PH 2015-2021, a situação só está piorando.

Por isso, a Alternativa 1 centra-se em intensificar as medidas e, sobretudo, dotá-las de uma sistematização e enquadramento planificado, uma estratégia de controlo e erradicação, identificação precoce, entre outras. Tudo isto em conjunto com a redução dos nutrientes derivados da poluição agrícola.

Outro problema importante que afeta o alcance dos objetivos ambientais são as “Dificuldades de definição, implementação e monitoração dos caudais ecológicos”.

Os caudais ecológicos são aqueles necessários para mitigar a situação de alteração do regime natural causado pelos usos da água e pelas estruturas de regulação ou derivação, as quais têm relação direta com os aspetos quantitativos.

Na bacia do Guadiana existem três zonas diferenciadas: na zona alta existe uma forte relação rio-aquífero, na zona média existe uma elevada regulação através de albufeiras e na parte sul devem ser garantidos aportes suficientes à albufeira de Alqueva.

As pressões derivadas da extração de água afetam 45 massas com a tipologia Rio e 11 massas de água subterrâneas. Por outro lado, das 82 barragens e reservatórios, apenas 19 deles possuem regime completo de caudais ecológicos e a meta é chegar a 40 neste ciclo de planeamento.

Para atingir os objetivos, são propostas duas alternativas: alternativa 0, ou alternativa de tendência, onde com a tendência atual se observa que o investimento real realizado dos investimentos e medidas previstos é de 0%, pelo que a este ritmo seria impossível o cumprimento dos objetivos ambientais do Plano dentro do Prazo estipulado pela DMA.

Consequentemente estabelece-se a alternativa 1, sendo que a alternativa 1 consiste em aplicar todas as medidas antes do ano 2027, o que implica iniciar e executar 100% dos investimentos no período 2021/27, além de melhorar o conhecimento da eficácia dos caudais e estabelecê-los em áreas protegidas, lagos, águas de transição, entre outros.

José Ángel Rodríguez Cabellos continua a sua apresentação expondo o seguinte Tema Importante: “A Adaptação às Mudanças Climáticas”, uma vez que os estudos realizados pelo CEDEX apontam para cenários futuros onde o nível de escoamento será menor, a temperatura aumentará e as frequências de secas aumentarão.

Esta área do esquema de Temas Importantes é excepcionalmente transversal, pois afeta ecossistemas e a biodiversidade e tem estreita relação com a contaminação derivada de uma depuração deficiente dos caudais devolvidos.

Para atingir os objetivos, são propostas duas alternativas: alternativa 0, ou alternativa de tendência, onde com a tendência atual se observa que o investimento real realizado dos investimentos e medidas previstas é de 5,5%, portanto, a este ritmo, seria impossível atingir os objetivos ambientais do Plano dentro do Prazo estipulado pela DMA.

Consequentemente estabelece-se a alternativa 1, sendo que a alternativa 1 consiste em aplicar todas as medidas antes do ano 2027, o que implica iniciar e executar o resto dos investimentos no período 2021/27, além de melhorar a eficiência e coordenação com outras Administrações, entre outras medidas.

Por último, a “Coordenação entre Administrações” reveste-se de uma importância vital para a concretização dos objetivos ambientais, sendo que neste caso estão envolvidas administrações dos dois países, Espanha e Portugal, administrações autónomas como a Comunidade de Castela-

La Mancha, a Comunidade da Extremadura e a Comunidade Autónoma da Andaluzia, para além das autarquias locais.

Para atingir os objetivos, são propostas duas alternativas: alternativa 0, ou alternativa de tendência, onde com a tendência atual se observa que o investimento real realizado dos investimentos e medidas previstas é de 2,25%, portanto, a este ritmo, seria impossível atingir os objetivos ambientais do Plano dentro do Prazo estipulado pela DMA.

Consequentemente estabelece-se a alternativa 1, sendo que a alternativa 1 consiste em aplicar todas as medidas antes do ano 2027, o que implica iniciar e executar os restantes investimentos no período 2021/27, para além de envolver todas as autoridades.

Depois de terminar a exposição, José Ángel Rodríguez Cabellos explica que se levará a cabo por Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo e por Francisco Javier Viseas Trinidad, Chefe da Área de Planeamento, Planos e Estudos do Gabinete de Planificação Hidrológica (OPH-CHG) um breve questionário e que será cedida a palavra aos participantes na Sessão.

7.3. Participação Pública

Alice Fialho toma a palavra para saudar os participantes e informar que irá ler as perguntas em português, e que Francisco Javier Viseas Trinidad, irá ler as perguntas em espanhol.

Alice Fialho também destaca a utilidade destas ferramentas no processo de participação. Após esta introdução, Francisco Javier Viseas Trinidad, explica a importância da dinâmica do questionário em espanhol.

Os resultados obtidos são apresentados no corpo do relatório base.

7.4. Debate

Em seguida, intervém Francisco Javier Viseas Trinidad, Chefe da Área de Planeamento, Planos e Estudos da Oficina de Planeamento Hidrológico (OPH-CHG), que recorda os emails para os quais as dúvidas podem ser endereçadas e explica que primeiro será lida e respondida a pergunta por um representante de Portugal, e a seguir a próxima pergunta será lida e respondida pelos representantes de Espanha em turnos alternados.

Afirma que as questões que não permitam resposta na sessão telemática serão respondidas por escrito e serão colocadas à disposição dos interessados, tanto pela administração portuguesa como espanhola.

Em seguida, apresentou ao debate dois novos participantes: Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA e a Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água - Departamento de Recursos Hídricos, APA.

Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo, lê a primeira pergunta, que é feita pela secção portuguesa do World Wildlife Fund for Nature, ou World Wildlife Fund em português, que questiona:

“O que é necessário para legalizar as bacias hidrográficas e transvases do rio Chança e para se garantir os caudais ecológicos do estuário, vontade política? Compensação a Portugal pelas captações do Chança? Uma revisão da Convenção de Albufeira?”

Responde a esta pergunta Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA que esclarece que essas questões são complexas, principalmente do ponto de vista técnico e que agora se está a trabalhar em questões técnicas para depois tomar qualquer decisão política.

Para o efeito, foi criado um grupo de trabalho entre Portugal e Espanha, com uma agenda definida e que está a trabalhar no estudo das condições técnicas, nomeadamente na definição dos caudais ecológicos de todas as massas de água envolvidas.

Além disso, a captação no Bocachanza implica negociação entre os dois países, com as suas limitações sociais e ecológicas.

José Ángel Rodríguez Cabellos lembra que o aproveitamento do rio Chança está incluído na Convenção de Albufeira, herdeira do Acordo 68.

Outra coisa é o projeto de captação no Bocachanza para secas, enquanto não for concluída a utilização da barragem do Andévalo, questão que permanece por resolver e que exige um acordo entre Espanha e Portugal, acordo que será posterior ao estudo dos caudais ecológicos e sujeito ao cumprimento da DQA.

Por último, afirma que antes de se rever a Convenção seria pertinente finalizá-la, uma vez que não foi cumprida a determinação sobre os caudais ecológicos.

A seguir Francisco Javier Viseas Trinidad, lê a seguinte pergunta, enviada pela seção espanhola do Fundo Mundial para a Natureza ou Fundo Global for the Nature em espanhol:

“Como se vão incorporar os aspetos hidromorfológicos na avaliação do estado das massas de água em ambos os países, e em particular nas obrigações e acordos alcançados no âmbito da Convenção de Albufeira?”

José Ángel Rodríguez Cabellos explica que em Espanha a determinação do estado e do aspeto hidromorfológico é regulamentada por um Decreto Real que enumera os aspetos fundamentais a ter em consideração, entre eles os caudais ecológicos.

Nesta matéria, Espanha e Portugal partilham um projeto a nível europeu, onde se discutem estes temas, se coordenam métricas, indicadores, etc. ... Embora não existam atualmente resultados definitivos, está-se a trabalhar no mesmo.

Francisco Javier Viseas Trinidad continua, lendo a seguinte pergunta enviada pela seção espanhola do World Wildlife Fund for Nature, ou World Wildlife Fund em espanhol:

“Como se coordenarão as ações para fazer face à melhoria do estado hidromorfológico e à implementação de um regime de caudais ambientais que contribua para a melhoria das massas de água entre os dois estados membros, no âmbito dos Programas de Medidas dos Planos Hidrológicos do terceiro ciclo de planeamento 2021-2027?”

José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe do Gabinete de Planeamento Hidrológico do CHG, responde que as medidas que determinam a hidromorfologia passam pela determinação de um regime de caudais ecológicos e pela recuperação morfológica dos rios. A parte da restauração morfológica dos rios é de responsabilidade de cada país no seu território nacional e, se forem de âmbito de transmissão, serão estudados em conjunto, como ocorre com os caudais ecológicos.

Além disso, os caudais ecológicos devem estar relacionados com o regime de caudais mínimos que devem circular entre os dois países, por exemplo, o regime de caudais ecológicos mínimos que foi calculado no rio Guadiana no último troço do rio antes de entrar em Portugal, açude de Badajoz, é inferior aos caudais que Espanha é obrigada a manter. Por outro lado, ainda não foi definido o regime de caudais no troço internacional do rio Guadiana, aquando da reentrada em Espanha, passando a ser fronteira com Portugal.

Após esta intervenção, Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA, indica que estamos perante uma negociação importante, pois os caudais ecológicos devem

ser definidos primeiro, e devem ser feitos em uníssono, uma vez que não é possível traçar um plano de gestão da região hidrográfica único e completo.

Após este esclarecimento, Francisco Javier Viseas Trinidad, lê a última pergunta enviada pela secção espanhola do World Wildlife Fund for Nature, ou Global Fund for Nature em espanhol:

“Considerando a necessária coordenação na gestão da água entre os dois países para cumprir os objetivos ambientais da Diretiva Quadro da Água, considera a possibilidade de desenvolver um plano hidrológico conjunto de bacias hidrográficas entre Espanha e Portugal com objetivos comuns? Que opções legislativas existem para integrar este suposto plano hidrológico conjunto e completo no quadro da Convenção de Albufeira?”

Perante esta questão, José Ángel Rodríguez Cabellos, chefe do Gabinete de Ordenamento Hidrológico do CHG, indica que a DMA estabelece a possibilidade de se realizarem planos nacionais nas suas próprias secções de bacias em coordenação com os planos nacionais de outros países. O objetivo é um plano de bacia conjunto e isso também se tem refletido nas questões colocadas pelos participantes na sessão.

Com efeito, aquando da consulta dos Planos Hidrológicos, será divulgado ao público um documento conjunto entre Espanha e Portugal, para além dos respetivos Planos de cada país. Em termos jurídicos, em Espanha os planos hidrológicos têm mais requisitos de conteúdo do que os mínimos fixados pela DMA, pelo que os planos espanhóis têm mais conteúdo do que os portugueses.

Sobre esta questão específica, José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe do Gabinete de Planeamento Hidrológico do CHG, afirma que seria mais fácil coordenar os dois planos se tivessem o mesmo conteúdo, embora esta problemática jurídica não seja insolúvel do ponto de vista prático já que seria o suficiente para expandir as exigências dos portugueses. Após esta resposta, deu a palavra aos seus homólogos portugueses, caso quisessem comentar o assunto, mas estes declinaram o uso da palavra, continuando com a leitura das questões colocadas pelos participantes na Sessão, desta vez em português.

Em seguida, Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo, lê uma pergunta, feita pela secção portuguesa do World Wildlife Fund for Nature, ou World Wildlife Fund em português:

“Que medidas se alinham relativas à redução da carga poluente difusa resultante da enorme intensificação agrícola que se tem verificado na parte média e portuguesa da Bacia? Como se articulam essas medidas entre PT e ES?”

Responde à pergunta Alice Fialho, que explica que Portugal alargou o conhecimento do estado das massas de água durante este período para proteger os recursos hídricos e zonas vulneráveis aos nitratos, acompanhado de uma forte monitorização.

Por outro lado, destaca que se tem a oportunidade de estabelecer medidas conjuntas nas massas de água transfronteiriças e monitorização conjunta das massas de água partilhadas, para combater eficazmente a poluição difusa, um dos principais problemas para se atingir o bom estado das massas de água.

Toma a palavra António André Matoso Pereira, Administrador da ARH Alentejo que destaca o papel social e económico que a agricultura tem na região do Alentejo a nível nacional, e também que entre os participantes na sessão estão várias entidades ligadas ao sector agrícola que conhecem a importância da agricultura nesta região e para Portugal. Do ponto de vista ambiental, a tendência deve ser de compatibilização das boas práticas agrícolas com o desenvolvimento sustentável.

Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo, intervém para dar nota que na próxima semana se reunirá com vários sectores, agrícola e agropecuário, entre outros, para ver em que medida se pode contribuir para o bom estado das massas de água.

José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe do Gabinete de Ordenamento Hidrológico do CHG acrescenta que, para além da DMA, deve ser observada a Diretiva Nitratos e nesta diretiva também existem medidas que devem contribuir de forma fundamental para a concretização dos objetivos ambientais, como as zonas sensíveis aos nitratos e os programas de ação, cujo objetivo fundamental não é reduzir a fertilização, mas sim os excessos de nutrientes que acabam nas massas de água. Enfatiza que o objetivo principal dessas diretrizes é a redução do excesso de nutrientes, compatibilizando os objetivos ambientais com a agricultura, que é um desenvolvimento económico sustentável necessário.

O que é relevante é a redução do excesso de fertilizantes que, além de serem uma despesa, não contribui para uma maior produção. Se os resultados não forem suficientes, pode-se evitar que grandes escoamentos de nutrientes ocorram para fora das áreas irrigadas e / ou adicionar sistemas de depuração verdes, especialmente no âmbito da restauração hidromorfológica dos leitos dos rios através da introdução de meios naturais de retenção.

Lê a pergunta seguinte Francisco Javier Viseas Trinidad, Chefe da Área de Planeamento, Planos e Estudos da Oficina de Planeamento Hidrológico (OPH-CHG), formulada pelo CREA (Associação de Comunidades de Regantes de Andaluzia) e COPREHU (Comissão Promotora de Regadios de Huelva):

“Quando se aborda a contaminação mineira devida a águas ácidas, teve-se em conta a experiência de Huelva com as albufeiras de Chança, Andévalo e Olivargas? Nessas albufeiras, por meio da simples represa das ditas águas contaminadas, ocorre um fenómeno de autodepuração por mecanismos físico-químicos e microbiológicos, que fazem com que a água tenha uma qualidade pré-potável.” Também propõe que na próxima Comissão de seguimento da convenção de Albufeira se trate do regime dos caudais na seção do Rio Guadiana onde se localiza a estação do Pomarão e o aumento da extração no Bocachanza para 150 hm³/ano.”

Perante esta questão, José Ángel Rodríguez Cabellos, chefe do Gabinete de Planeamento Hidrológico do CHG, responde que o objetivo principal no combate às águas ácidas é que essas águas nem cheguem às albufeiras, que a tendência deve ser evitar que estas águas deixem os seus pontos de origem. Ele lembra que o rio Tinto confunde suas águas com águas ácidas desde tempos imemoriais, por isso deve ser analisado sob outro ponto de vista.

Embora seja verdade que tais descargas tenham ocorrido e ditas águas tenham chegado às albufeiras, sendo o que se produz nas albufeiras de Chança e Andévalo um aproveitamento da água graças ao seu depósito. A possibilidade de aproveitamento dessas águas é amplamente reconhecida, como já se faz há 40 anos na barragem do Chança e há 10 anos no Andévalo, porém o aproveitamento não é o desejável, mas sim a prevenção de descargas.

Em seguida, passa a responder às questões relacionadas com a Proposta de Acompanhamento da Convenção de Albufeira e com a comissão para a aplicação e desenvolvimento da convenção. De facto, é precisamente uma obrigação da Convenção estabelecer o regime de caudais no Pomarão, como referido anteriormente por Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA, pelo que este tema está presente em todas as reuniões do grupo de trabalho conjunto entre Espanha e Portugal.

Em relação ao aumento da extração no Bocachanza, no momento não existe acordo para este uso entre os países, pelo que, enquanto este não existir, esse uso é ilegal. Já o Bocachanza recebe águas internacionais não distribuídas na Convenção 68, pelo que exigiria um pacto entre países, todos sujeitos ao cumprimento de objetivos ambientais.

Em suma, o principal objetivo a estabelecer é o regime de caudais do Pomarão, depois disto e desde que o cumprimento dos objetivos ambientais não fosse comprometido, poderia ser estudada uma ampliação da extração no Bocachanza.

Lê a pergunta seguinte, Francisco Javier Viseas Trinidad, Chefe da Área de Planeamento, Planos e Estudos da Oficina de Ordenamento Hidrológico (OPH-CHG), de José María Sánchez García:

“Quais as medidas concretas e controláveis, destinadas à agricultura (além da informação e formação dos agricultores), que têm pensadas para controlar a contaminação difusa? Foram consideradas infraestruturas verdes ou faixas de proteção de vegetação junto aos leitos dos rios, conforme recomendado pela própria Comissão Europeia?”

José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe do Gabinete de Planeamento Hidrológico do CHG, responde que sendo precisamente o principal objetivo no combate à poluição difusa a redução do excesso de nutrientes, são fundamentais as campanhas de informação e formação. O objetivo ambiental é reduzir drasticamente o excesso de nutrientes, embora seja verdade que os níveis de nitrato continuam a aumentar, o que não é aceitável.

Por este motivo, foram consideradas mais medidas, como as infraestruturas verdes que foram previamente detalhadas, para que estes níveis de nutrientes não impactassem as massas de água, especialmente no contexto da recuperação de canais, instalando sistemas verdes de depuração.

Estes níveis indesejáveis de nutrientes conduzem a problemas ambientais, incluindo a proliferação de espécies invasoras, tanto na zona da Extremadura do CHG como na zona do Alqueva em Portugal.

Em seguida, Alice Fialho, Chefe da Divisão de Planeamento e Informação da ARH Alentejo, encerra o período de participação, com a leitura de uma última pergunta:

“Que ações conjuntas há sobre espécies invasoras, nomeadamente mexilhão zebra que já está nas bacias em redor do Guadiana? Esta é uma ameaça enorme para sistemas agrícolas.”

Alice Fialho, responde que se está a trabalhar num projeto conjunto com Espanha para a partilha de informação, monitorização e alertas para combater o risco de introdução de espécies invasoras.

José Ángel Rodríguez Cabellos, Chefe do Gabinete de Ordenamento Hidrológico do CHG, toma a palavra, referindo que não foi detetada a presença do mexilhão zebra na bacia do guadiana, visto que têm medidas preventivas específicas para evitar que esta espécie seja introduzida na bacia do Guadiana, sendo especialmente eficazes as medidas destinadas à desinfeção de barcos e utensílios capazes de alojar o mexilhão zebra.

Toma a palavra António André Matoso Pereira, Administrador da ARH Alentejo da Agência Portuguesa do Ambiente, IP que acrescenta que Portugal está envolvido em vários projetos que incluem a monitorização de várias espécies invasoras, bem como a aquisição de equipamento para a desinfeção de embarcações portuguesas.

Não havendo mais perguntas, procede-se ao encerramento da Sessão.

7.5 Encerramento da Sessão

Inicia a exposição Pimenta Machado, Vice-Presidente da APA, agradecendo à equipa de trabalho, tanto a espanhola coordenada por Samuel Moraleda Ludeña, Presidente da Confederação Hidrográfica do Guadiana, como à equipa de trabalho portuguesa coordenada por André Matoso, administrador da ARH do Alentejo, bem como a todos os participantes na sessão.

Continua o encerramento da sessão com três notas sobre a mesma. A primeira, que estamos num ponto do processo de planeamento, a participação ativa, muito importante para a procura de alternativas e soluções, pois são justamente os usuários que estão envolvidos na sua resolução.

Por outro lado, embora o planeamento hidrológico esteja há muito tempo no foco dos esforços das administrações, estamos diante de novos desafios próprios da atualidade, como alterações climáticas ou secas entre outros, com o seu correspondente desafio.

Por fim, de sublinhar o valor acrescentado da profunda colaboração e articulação entre Espanha e Portugal para uma resposta conjunta na bacia do Guadiana, reforçando e potenciando esta colaboração nos processos participativos conjuntos. Por tudo isto, convida o CHG a participar na estratégia nacional em matéria de planificação hidrológica em Portugal.

Termina a exposição agradecendo ao Presidente da Confederação Hidrográfica do Guadiana, Samuel Moraleda Ludeña, pela coordenação entre administrações, bem como ao trabalho de André Matoso, Administrador da ARH Alentejo e sua equipa, bem como às entidades que colaboraram com a mesma.

Por fim, faz uso da palavra o Presidente da Confederação Hidrográfica do Guadiana, Samuel Moraleda Ludeña, agradecendo a todos os presentes e, em especial, a assistência dos seus colegas portugueses André Matoso, Administrador da ARH do Alentejo, Felisbina Quadrado, Diretora do Departamento de Recursos Hídricos da APA e Fernanda Gomes, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do Departamento de Recursos Hídricos da APA.

RH8 - Sessão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve

10 de julho de 2020

A sessão de participação pública para apresentação das QSIGA da RH8 decorreu no dia 10 de julho de 2020, através da plataforma Zoom.

O Eng^o Pedro Coelho, diretor do departamento de Administração da Região Hidrográfica do Algarve (ARH algarve), iniciou a sessão, procedendo à apresentação das QSIGA por áreas temáticas, tendo organizado a sua comunicação em quatro partes:

- Enquadramento
- Breve caracterização da RH8
- QSIGA identificadas na RH8
- Participação Pública

À medida que foram sendo apresentadas as QSIGA por cada área temática (Governança, Qualidade da Água, Quantidade de Água, Biodiversidade, Gestão do Risco, Quadro Económico e Financeiro e Comunicação e Sensibilização), no final de cada uma foi lançada a seguinte pergunta aos participantes:

De todas as QSIGA de “Área Temática”, qual a que mais contribui para não atingir os objetivos ambientais?

Para cada uma das áreas temáticas, as respostas selecionadas maioritariamente pelos participantes foram as seguintes:

- Governança – Recursos Humanos especializados e meios logísticos insuficientes
- Qualidade da água – Contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos
- Quantidade da água – Escassez de água
- Biodiversidade – Destruição/Fragmentação de habitats
- Gestão de riscos – Secas
- Quadro Económico e Financeiro – Ineficiências no uso da água (setores agrícola e pecuário)
- Comunicação e Sensibilização – Insuficiente envolvimento dos setores e participação pública

A apresentação de cada área temática contou com a participação de alguns técnicos especialistas da ARH do Algarve, nomeadamente:

- Qualidade da água – Eng^a Edite Reis e Dr^a Conceição Gago
- Quantidade da água – Eng^a Edite Reis
- Biodiversidade – Dr. Alexandre Furtado
- Gestão dos riscos – Arqt^a Paula Noronha e Eng^o Paulo Cruz
- Comunicação e sensibilização – Eng^a Paula Vaz

Finalmente, foi feito o apelo à participação pública, bem como divulgados os meios disponíveis para o efeito: correio eletrónico, plataforma PARTICIPA, site da APA, *Instagram*.

Seguiu-se um período destinado ao esclarecimento de questões lançadas pelos participantes.

Associação Portuguesa dos Aquacultores

Fernando Gonçalves

Questão:

Foi referido ter sido criado um grupo de trabalho para resolver a questão da deterioração da qualidade das águas superficiais na ria Formosa, em especial na zona de Olhão.

Gostaria de saber quem são as entidades que fazem parte desse grupo de trabalho e se os produtores de bivalves estão representados nesse grupo?

Já foram identificadas as principais causas das constantes descargas de esgotos (principalmente na zona de Olhão) e efetuadas propostas e tomadas medidas para a sua resolução?

Resposta:

(Eng^o Pedro Coelho) O grupo de trabalho incorpora o IPMA, ARH do Algarve, Águas do Algarve, CM Olhão e AmbiOlhão, isto é entidades gestoras de águas e saneamento em alta e em baixa, e ainda o ICNF e a DGRM.

Este grupo de trabalho está a desenvolver um Plano de Monitorização para monitorizar toda a frente urbana de Olhão, com 20 pontos de monitorização de qualidade da água. O IPMA vai fazer a monitorização da qualidade dos bivalves.

O objetivo é identificar focos de poluição na qualidade da água e bivalves, para que as entidades gestoras em baixa possam identificar as intervenções a realizar e passar a projeto de execução, no sentido de resolver problemas de ligações ilícitas, descargas, entupimentos e obstruções.

São vários problemas que existem na rede de saneamento em baixa e, por isso, a monitorização microbiológica é um desafio neste âmbito.

Questão:

De que forma a aquacultura pode contribuir para a degradação das zonas costeiras, como foi referido na apresentação?

Dou como exemplo a ria de Aveiro onde no passado as entidades ambientais não permitiram que algumas antigas salinas fossem convertidas em aquaculturas. Hoje em dia, os muros dessas antigas salinas não existem e as mesmas são um "mar de lama". Aquelas que foram convertidas em aquaculturas continuam com os muros intactos... Devido à quebra dos muros das antigas salinas não convertidas, as marés entram dentro da ria de Aveiro de forma mais rápida, chegando aos campos agrícolas do baixo Vouga com maior intensidade, começando a provocar a salinização em algumas zonas.

Resposta:

(Arqt^a Paula Noronha) Relativamente aos efeitos da aquacultura nas zonas costeiras, desenvolvida em tanques ou antigas salinas, a mesma constitui uma pressão hidromorfológica.

As aquaculturas podem contribuir para afetar a orla costeira e também podem ser afetadas, pois a utilização mais intensiva de viveiros e a utilização de determinadas espécies pode provocar alterações nos sedimentos e nas cotas dos viveiros, bem como nos materiais usados para a proteção dos viveiros, entre outras consequências. Nesta sequência, as aquaculturas também podem ser afetadas.

O importante é que o Plano Setorial acompanhe a gestão de outros planos e que todas estas questões sejam consideradas.

Arqt^o Ricardo Camacho

Questão:

No contexto da sessão pública em curso e acerca do desafio lançado gostaria de saber *qual a estratégia do plano* relativamente à dinâmica de transformação do território físico, nomeadamente o impacto das medidas agora propostas e da sua coordenação com outras ações no território, entre a gestão da massa de água superficial e a preservação de elementos de valor natural e construído como por exemplo o Forte de Cacela a Velha ou o equilíbrio do espaço natural da Ria de Alvor.

Resposta:

(Arqt^a Paula Noronha)

O equilíbrio do espaço natural da Ria do Alvor está relacionado com as questões da aquacultura, com a manutenção da qualidade e circulação da água na própria ria. Foi feita há pouco tempo uma intervenção por parte dos concessionários e da ARH para melhorar as condições de utilização das atividades económicas e do espaço natural, com a devida salvaguarda do ecossistema.

Quanto à salvaguarda do Forte de Cacela, a nossa intervenção reflete-se mais no valor natural e, tal como muitos locais onde se desenvolvem atualmente projetos de salvaguarda de arribas e património (ex: Sagres), também no âmbito dos Planos de Ordenamento e Plano de Valorização do Litoral, estão previstas ações de melhoria das condições naturais e biofísicas do sistema, como é o caso da ria Formosa.

Neste momento, não há nenhum projeto em curso e poderá não constar de nenhuma medida, mas poderá este Plano vir a acompanhar outros projetos mais concretos, onde esta questão esteja refletida.

Universidade do Algarve

Luís Costa (Estudante doutoramento)

Questão:

- Considerando com os rebaixamentos verificados nos últimos anos na massa de água subterrânea M18 - CAMPINA DE FARO - SUBSISTEMA VALE DE LOBO de acordo com a rede de monitorização oficial da autoridade da água (SNIRH);
- Considerando o aumento dos níveis de cloretos verificados na mesma massa de água de acordo com a rede de monitorização oficial da autoridade da água (SNIRH);
- Considerando a importância do sector turístico e do golfe situada sobre esta massa de água e a sua dependência de água subterrânea para consumo/rega e o conseqüente risco para todo o sector inerente de fenómenos de intrusão salina;

Não seria de justificar um regime de exceção de forma a considerar relevante a inclusão da QSiGA 21 - Intrusão nas águas subterrâneas (salina e outras origens) um dos temas mais sensíveis a ser discutido e incluído na lista de QSiGA's da RH8?

Resposta:

(Eng^a Edite Reis) Por um lado a intrusão salina é pontual no Algarve e esta questão já está considerada nas QSiGA apresentadas, por outro lado a questão da contaminação por cloretos está também contemplada nas QSiGA relativas à contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos e à sobre-exploração de aquíferos.

Não parece que justifique a adoção de uma nova QSIGA, dado que estas questões, conforme referido anteriormente, já estão consideradas em várias QSIGA selecionadas.

DGRM

Edgar Afonso

Questão:

Gostaria de saber se está prevista no âmbito das QSIGA para a RH8 a avaliação e monitorização de lixo flutuante (macro e micro partículas de plásticos e outras substâncias similares) que possam vir a ter impacto no ambiente marinho e nas atividades económicas, por acumulação de lixo, na superfície e nos sedimentos, em áreas críticas - portos, áreas de pesca ou de culturas aquícolas, turismo balnear, etc.

Resposta:

(Eng^o Pedro Coelho) Esta questão já foi respondida, ao longo das sessões promovidas por outras regiões hidrográficas, pela Eng^a Fernanda Gomes, tendo sido dada a indicação de que as ARH, no âmbito das suas atividades normais, também fazem monitorização do lixo marinho, sendo este um desafio emergente, devidamente acompanhado pela APA.

Cooperativa Formosa

Marta Rocha

Questão:

Não equacionam a necessidade de efetuar dragagens para ajudar na melhoria da qualidade da água dentro da ria formosa, nomeadamente do OLH3 e OLH5?

Resposta:

(Eng^o Pedro Coelho) Esta é uma matéria que estamos a acompanhar, que tem sido discutida em diversos fóruns e que tem de ser avaliada para se determinar as medidas adequadas neste domínio.

No trabalho de modelação a desenvolver, provavelmente ir-se-à concluir que é necessário reabilitar a ria e aplicar determinadas medidas adequadas.

Fenareg

Questão:

Está em desenvolvimento o plano regional de eficiência hídrica para o Algarve (grupo de trabalho no qual participamos). Um dos aspetos identificados, além do potencial no uso de fontes alternativas de água, é o aumento da capacidade de armazenamento de água para dar resposta aos desafios da seca.

De que forma este ponto do aumento do armazenamento interanual é integrado no novo ciclo de planeamento dos recursos hídricos?

Resposta:

(Eng^o Pedro Coelho) A possibilidade de aumentar a capacidade de armazenamento é uma matéria que tem sido abordada no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica e vai ser complementada por um estudo das disponibilidades hídricas, que está a ser conduzido pela DRH

com um conjunto de especialistas de âmbito nacional, e por outro estudo, a iniciar-se, de avaliação da oferta hídrica para a região do algarve, em que serão analisadas as questões infraestruturais do algarve, com o objetivo de avaliar a oferta.

Uma vez respondidas as questões recebidas por email durante a sessão, foi feito novo apelo à participação, lembrando o prazo para o efeito – 15 de setembro -, tendo por base a consulta dos documentos disponíveis, quer no site, quer na plataforma PARTICIPA.

O Secretário do Conselho de Região Hidrográfica do Algarve, Prof. José Paulo Monteiro, foi então convidado a enunciar as principais conclusões da sessão, que resumiu nos seguintes pontos:

- Os inquéritos efetuados durante a sessão indicaram, como problema, o reduzido número de meios humanos disponíveis, pelo que a APA está de parabéns pelo trabalho que, mesmo nesta circunstância, tem desenvolvido;
- A importância da participação ativa, sendo essencial a leitura dos documentos de suporte disponíveis;
- Existem 108 massas de água no Algarve e para atingir os objetivos ambientais nessas massas foram selecionadas 18 QSIGA de 35 possíveis, sendo importante a opinião dos participantes sobre se consideram que há QSIGA que não foram selecionadas e deviam ter sido ou vice-versa;
- A importância da área temática relativa à Comunicação e Participação e de haver mais cultura de participação, com destaque para a alteração que o artº 14 da DQA introduziu nesta matéria;
- A aquacultura, as áreas urbanas com rejeição de efluentes domésticos, turismo e pecuária são as pressões principais na ria Formosa, rio Arade, ria de Alvor, zonas de transição e costeiras;
- Relevância da apresentação efetuada sobre a evolução do processo de planeamento desde o passado ciclo até ao atual, em que apenas no Algarve (Campina de Faro) e no Alentejo (Sines) houve uma alteração na delimitação das massas de água- aquíferos, por causa da natureza dos problemas encontrados;
- As massas de água são temporárias, sendo apenas a ribeira de Seixe permanente, embora existam massas de água predominantemente secas, a maior das quais a de Algibre, que em certos setores apresentam escoamento ativo mesmo após 2 anos sem chuva. Esta situação deve-se ao facto de estas ribeiras temporárias funcionarem num regime de interação com aquíferos, o que justifica a apresentação de setores com escoamento quase permanente;
- Na Gestão dos Riscos, e para além dos problemas hidromorfológicos associados à degradação costeira, destacam-se os fenómenos climáticos extremos, como a seca. A este respeito, e entre as possíveis formas de mitigação, salienta-se a possibilidade de aproveitamento das águas residuais como uma medida a considerar na gestão da água, entre outras alternativas. Relativamente às cheias, distinguem-se duas origens diferentes: uma resultante da atividade humana e outra do escoamento das bacias (fenómeno natural).

O Engº Pimenta Machado, Vice-Presidente da APA encerrou a sessão, destacando os seguintes pontos:

- As QSIGA são um ponto de partida para a construção dos Planos, com o objetivo de responderem às ameaças e conflitos existentes;
- O Algarve é das regiões mais vulneráveis às alterações climáticas;

- A elaboração do PREHA está em curso e tem em vista dar resposta aos problemas da seca. A APA contratou especialistas para trabalhar, mais do lado da oferta, nas soluções definidas neste Plano, com o objetivo de as estudar e aprofundar;
- No âmbito do Plano de Estabilização Económico e Social (PEES) foi afetada verba ao Algarve para financiar projetos que promovam a eficiência hídrica do uso da água;
- Um grande desafio para o Algarve é também o Litoral, nomeadamente no que respeita à construção dos novos POOC, um já em curso e outro a iniciar.